



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas**  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e



Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

**BRUNO AUGUSTO DE SOUZA**

**VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO) E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL PRODUZIDA  
POR UM PROCESSO INTEGRADOR/FRAGMENTADOR**

Anápolis

2016

BRUNO AUGUSTO DE SOUZA

**VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO) E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL PRODUZIDA  
POR UM PROCESSO INTEGRADOR/FRAGMENTADOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello

Anápolis

2016

Ficha catalográfica

S729v

Souza, Bruno Augusto de.

Valparaíso de Goiás (GO) e a segregação residencial produzida por um processo integrador/fragmentador [manuscrito] / Bruno Augusto de Souza. – 2016.

113 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Melo.

Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

Inclui tabelas.

Inclui bibliografia.

1. Geografia urbana. 2. Urbanização. 3. Metropolização – Valparaíso de Goiás(GO). 4. Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida – Valparaíso de Goiás(GO). 5. Dissertações – UEG/TECCER. I. Título.

CDU 911.375(817.3)(043.3)

BRUNO AUGUSTO DE SOUZA

**VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO) E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL PRODUZIDA  
POR UM PROCESSO INTEGRADOR/FRAGMENTADOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Marcelo de Mello  
Presidente / UEG-TECCER

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Milena d'Ayala Valva  
Membro / UEG-TECCER

---

Prof. Dr. Sandro de Oliveira Safadi  
Membro / IFG

Anápolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2016.

Dedico esta pesquisa aos meus familiares,  
e todos aqueles que me ajudaram ao longo de minha jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, especialmente meu pai (Washington Luiz de Souza), minha mãe (Glaciníria Nunes de Souza), minha irmã (Rafaela Cristina Souza) e Pipo (*in memoriam*).

A minha esposa, Kárita Andrade Cavalcante de Souza.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo de Mello.

A arguidora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Milena d'Ayala Valva.

Ao arguidor Prof. Dr. Sandro de Oliveira Safadi.

A arguidora suplente Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janes Socorro da Luz.

Ao Prof. Dr. Leandro Oliveira de Lima.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Divina Aparecida Leonel Lunas Lima.

Ao meu amigo Rubens Elias Santana Moraes.

Aos meus colegas Francispaula Luciano e Sérgio Inácio do Nascimento.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

## RESUMO

Este trabalho aborda as questões referentes à construção do espaço urbano, especificamente do município de Valparaíso de Goiás. Demonstramos a ação dos agentes do espaço urbano, assim como os processos de industrialização e urbanização na construção do território brasileiro, após citar fatos que contribuíram para o crescimento populacional do Brasil como um todo, focamos no estado de Goiás. A importância desse estado se dá por compreender o município de Valparaíso de Goiás, foco deste estudo, assim como constituir o atual Distrito Federal em seu território. A construção de Brasília propiciou uma alteração drástica no estado de Goiás, pois com a grande quantidade de migrantes que não conseguiram se estabelecer na nova capital federal, os mesmos se deslocaram e se estabeleceram no território goiano limítrofe à Brasília. Valparaíso de Goiás é um município goiano limítrofe à capital federal e que possui altas taxas de crescimento populacional, esse município surge no contexto da construção da capital federal e é emancipado na última década do século XX, possui atualmente (2016) mais de 150.000 habitantes. Nesse estudo focamos na questão habitacional de Valparaíso de Goiás, para isso, utilizamos dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para compreender como as demandas habitacionais se propagam na faixa 1 do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado no governo Lula em 2007 e continuado no governo Dilma. Esse programa habitacional inicia suas atividades em 2009 e como discurso afirma que prioriza a população de baixa renda que se enquadra na faixa 1 em questão, essa faixa compreendia a população com até R\$1.600,00 de renda no período, visto que o programa se encontra na terceira fase e possui alterações em algumas de suas características nas faixas de renda. Dessa forma, buscamos dados do déficit habitacional em Valparaíso de Goiás por meio de dados da Fundação João Pinheiro (FJP), assim como analisamos a situação da população por meio de dados oficiais para embasar nossa discussão e verificar a realidade socioeconômica dos moradores do município, para assim, compreender as demandas por moradia que os mesmos se encontram.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Metropolização. Minha Casa, Minha Vida. Segregação residencial.

## ABSTRACT

This paper addresses the issues concerning the construction of urban space, specifically in the city of Valparaíso de Goiás. We demonstrate the action of the urban space agents, as well as the processes of industrialization and urbanization in the construction of Brazil, after citing facts that contributed to the population growth in Brazil as a whole, we focus in the state of Goiás. The importance of this state occurs by understanding the city of Valparaíso de Goiás, focus of this study, as well as constitute the current Federal District in its territory. The construction of Brasília led to a drastic change in the state of Goiás, because with the large number of migrants who failed to settle in the new federal capital, they moved and settled in neighboring territory of Brasília. Valparaíso de Goiás is a borderline municipality to the federal capital and has high rates of population growth, the municipality is within the context of the construction of the federal capital and is emancipated in the last decade of the twentieth century, has currently (2016) more than 150,000 inhabitants. In this study we focus on the housing issue of Valparaíso de Goiás, for this, we use 2010 Census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) to understand how the housing demands spread on range 1 of the housing program Minha Casa, Minha Vida that it's part of the Growth Acceleration Program (PAC) created by the Lula government in 2007 and continued in the Dilma government. This housing program started its activities in 2009 and as discourse says that prioritizes low-income population that falls in the range 1 in question, this group comprised the population up to R\$1.600,00 income in the period, as the program is in the third stage and it has changes in some of its features in income levels. Thus, we seek the housing deficit data in Valparaíso de Goiás through data of João Pinheiro Foundation (FJP) and analyze the situation of the population through official data to base our discussion and checking the economic reality of the residents of the municipality, to thus understand the demands for housing.

**Keywords:** Urban space. Metropolitazion. Minha Casa, Minha Vida. Residential Segregation.



## LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização de Santa Luzia na Província de Goyaz - 1872	28
Mapa 02	Localização de Luziânia e do atual Distrito Federal (Brasília) em Goiás - 1950	30
Mapa 03	Localização de Luziânia e os municípios originados das fragmentações - 1980	31
Mapa 04	Localização das RIDEs no Brasil (2014)	48
Mapa 05	Municípios da RIDE-DF (2014)	51
Mapa 06	Localização de Valparaíso de Goiás (GO) (2014)	57
Mapa 07	Localização da BR-040 e da Ferrovia Centro-Atlântica (2015)	58
Mapa 08	Valparaíso de Goiás: bairros (2015)	72
Mapa 09	Valparaíso de Goiás: domicílios (2010)	74
Mapa 10	Valparaíso de Goiás: domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até 3 salários mínimos (2010)	76
Mapa 11	Valparaíso de Goiás: domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos (2010)	78
Mapa 12	Valparaíso de Goiás: domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 5 a 10 salários mínimos (2010)	80
Mapa 13	Valparaíso de Goiás: domicílios sem rendimento nominal mensal per capita (2010)	82
Mapa 14	Valparaíso de Goiás: domicílios próprios e quitados (2010)	84
Mapa 15	Valparaíso de Goiás: domicílios próprios e em aquisição (2010)	87
Mapa 16	Valparaíso de Goiás: domicílios alugados (2010)	89
Mapa 17	Valparaíso de Goiás: domicílios cedidos por empregador (2010)	91
Mapa 18	Valparaíso de Goiás: domicílios cedidos de outra forma (2010)	93
Mapa 19	Valparaíso de Goiás: domicílios com outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos) (2010)	95

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01	População dos municípios goianos e mineiros da RIDE-DF - 2015	52
Gráfico 02	Evolução populacional de Valparaíso de Goiás: 1997-2015	56
Gráfico 03	Porcentagem de domicílios por região em Valparaíso de Goiás - 2010	74
Gráfico 04	Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até 3 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás - 2010	76
Gráfico 05	Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás - 2010	78
Gráfico 06	Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 5 a 10 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás - 2010	80
Gráfico 07	Porcentagem de domicílios sem rendimento nominal mensal per capita por região em Valparaíso de Goiás - 2010	82
Gráfico 08	Porcentagem de domicílios próprios e quitados por região em Valparaíso de Goiás - 2010	84
Gráfico 09	Porcentagem de domicílios próprios e em aquisição por região em Valparaíso de Goiás - 2010	87
Gráfico 10	Porcentagem de domicílios alugados por região em Valparaíso de Goiás - 2010	89
Gráfico 11	Porcentagem de domicílios cedidos por empregador por região em Valparaíso de Goiás - 2010	91
Gráfico 12	Porcentagem de domicílios cedidos de outra forma por região em Valparaíso de Goiás - 2010	93
Gráfico 13	Porcentagem de domicílios com outra condição de ocupação por região em Valparaíso de Goiás - 2010	95

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Bairros que compreendem as regiões de Valparaíso de Goiás (regionalização proposta pelo autor)	73
-----------	--	----

Quadro 02	Características de renda dos domicílios por região de Valparaíso de Goiás - 2010	83
Quadro 03	Características domiciliares por região de Valparaíso de Goiás	96

### **LISTA DE MOSAICOS**

Mosaico 01	Vila Guaíra, Residencial Santa Maria, Jardim Céu Azul, Setor de Chácaras Anhanguera, Morada Nobre e Jardim Oriente em Valparaíso de Goiás (2002, 2005, 2008, 2012, 2013, 2014)	85
------------	--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População total do Brasil, segundo os recenseamentos gerais: 1872-1940	23
Tabela 02	Evolução populacional de Luziânia (antiga Santa Luzia): 1872-2015	29
Tabela 03	População rural e urbana no estado de Goiás: 1940-2010	34
Tabela 04	População estimada das Regiões Metropolitanas do REGIC - 2015	41
Tabela 05	População estimada das 12 principais metrópoles do Brasil - 2015	42
Tabela 06	Seção de atividade do trabalho principal dos moradores de Valparaíso de Goiás: 2010	59
Tabela 07	Projetos concluídos ou em conclusão do Programa Crédito Solidário com percentual de obras acima de 90% em Valparaíso de Goiás: 30/04/2009	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGENVAL	Agência Nacional de Desenvolvimento Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COOPHAMDFE	Cooperativa Habitacional dos Moradores do Distrito Federal e Entorno
DF	Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FJP	Fundação João Pinheiro
GO	Goiás
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LUB	Legislação Urbanística Básica
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
MG	Minas Gerais
ONG	Organização não governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PL	Projeto de Lei
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

	<b>RESUMO</b>	05
	<b>ABSTRACT</b>	06
	<b>LISTA DE MAPAS</b>	07
	<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	08
	<b>LISTA DE QUADROS</b>	08
	<b>LISTA DE MOSAICOS</b>	09
	<b>LISTA DE TABELAS</b>	10
	<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	11
	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
1	<b>O ESPAÇO URBANO COMO TERRITÓRIO DE CONFLITOS</b>	17
1.1	OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO	18
1.2	O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO/URBANIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	21
1.3	O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA	25
1.4	AÇÕES EFETIVADAS NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO	32
2	<b>A CONSTITUIÇÃO DAS METRÓPOLES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b>	36
2.1	O REGIC COMO INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES URBANAS	39
2.2	DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO À METROPOLIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: A DÉCADA DE 1970 E O MOVIMENTO PÓS-1988	43
2.3	A CRIAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO JURÍDICO PARA A GESTÃO DOS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO: AS RIDES	45
2.3.1	<b>A RIDE-DF</b>	50
3	<b>VALPARAÍSO DE GOIÁS NO CONTEXTO DA RIDE-DF E OS REGISTROS DE UMA DESARTICULAÇÃO METROPOLITANA</b>	54
3.1	FORMAÇÃO HISTÓRICA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS	54
3.2	ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E GEOGRÁFICA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS	56

3.3	POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL E ANÁLISE DO DÉFICIT HABITACIONAL EM VALPARAÍSO DE GOIÁS	60
4	<b>O PAC E A REPRODUÇÃO DE UMA DESARTICULAÇÃO METROPOLITANA EM VALPARAÍSO DE GOIÁS (E A FRAGMENTAÇÃO DE UM MUNICÍPIO DESINTEGRADO)</b>	69
4.1	PAC EM VALPARAÍSO DE GOIÁS: MINHA CASA, MINHA VIDA	70
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	97
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	101
	<b>ANEXOS</b>	111

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a produção e a reprodução do espaço urbano no município de Valparaíso de Goiás (GO). Nosso foco é a questão habitacional no referido município, em especial a repercussão do Minha Casa, Minha Vida – um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) –, criado em 2007, no governo Lula e mantido pelo governo Dilma.

No curso da pesquisa, consideramos que a partir da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, um quantitativo considerável de migrantes buscou em Brasília melhores condições de vida; contudo, poucos conseguiram fixar residência em seu território. Muitos encontraram no território limítrofe à capital federal a alternativa para suas demandas por moradia. Neste cenário, o município de Luziânia aparece de maneira destacada.

O movimento migratório fez com que Luziânia experimentasse um crescimento populacional considerável; bem como um processo de fragmentação marcado pela criação de outros municípios, nas décadas de 1980 e 1990, por meio da fragmentação de seu território. Um dos municípios criados foi Valparaíso de Goiás, desmembrado de Luziânia em 1995.

Na data de sua emancipação, os conjuntos habitacionais e os loteamentos que originaram o município de Valparaíso de Goiás contavam com uma população de quase 80.000 habitantes. No transcurso de vinte anos, a população do município quase dobrou, atingindo a marca de 150.000 habitantes em 2014, segundo estimativa do IBGE.

Por estar próximo ao Distrito Federal, Valparaíso de Goiás aparece como opção para os migrantes que não conseguem se estabelecer na capital federal. A crescente demanda por moradia faz com que um déficit habitacional expressivo seja reproduzido no município. Em 2007, o governo federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida; com vistas a construção de habitações de interesse social em todo o território nacional. Por meio do Programa, unidades habitacionais foram edificadas em Valparaíso de Goiás. A presente investigação está centrada nas repercussões do Programa em Valparaíso de Goiás.

Como conceitos fundamentais no desenvolvimento das ações investigativas destacamos: espaço; território; urbanização; industrialização; segregação residencial; metrópole e metropolização. O embasamento teórico foi pautado em autores como: Galvão *et al.* (1969); Santos (1994); Corrêa (1995, 2012); Lefebvre (2001); Santos e Silveira (2006); Carlos (2007); Mello (2009, 2012); Saquet (2009); Souza (2009); Sposito (2012); Firkowski (2013); Moura (2014), dentre outros.



Os principais questionamentos balizadores da pesquisa foram: Qual a repercussão dos diversos empreendimentos habitacionais no processo de aproximação/distanciamento da cidade formalmente idealizada quando comparada com a cidade real caracterizada pela segregação residencial? Em que medida a presença do Estado se estabelece por meio das residências erguidas no contexto dos programas de habitação? O processo de segregação residencial se reafirma por meio das ações dos agentes públicos/privados? Qual a repercussão do Minha Casa, Minha Vida na produção do espaço urbano de Valparaíso de Goiás?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar se o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – realmente beneficiou a população de baixa renda de Valparaíso de Goiás, por meio do eixo Minha Casa, Minha Vida. Os objetivos específicos foram os seguintes: investigar se o PAC promoveu um processo de segregação residencial por meio das obras de habitação recentemente aprovadas, em construção ou concluídas; relacionar os intensos fluxos migratórios aos expressivos déficits habitacionais presentes nas “novas cidades” da RIDE-DF, que, apesar de recentemente criadas, estão entre as que apresentam os maiores índices de crescimento populacional e densidade demográfica em escala nacional.

No Capítulo 1, apresentamos o processo de urbanização do território brasileiro, assim como esse espaço urbano é um território de conflitos; citamos as ações dos agentes no espaço urbano e como esses agentes alteram o referido espaço; abordamos os processos de industrialização na produção do território brasileiro, indicando como ele contribuiu para o aumento populacional no Brasil; demonstramos o processo de apropriação do território goiano; destacamos a formação histórica de Luziânia; e como essa cidade colonial foi inserida no contexto metropolitano das últimas décadas do século XX.

No Capítulo 2, discutimos a constituição das metrópoles no território brasileiro, pois o foco dessa pesquisa é o município de Valparaíso de Goiás, que faz parte de uma região metropolitana; demonstramos como o REGIC investiga as relações urbanas entre as cidades; citamos a questão da metropolização institucionalizada, por meio do movimento pós-Constituição Federal de 1988, que propiciou a criação de diversas regiões metropolitanas sem o devido planejamento; finalizamos o capítulo inserindo o contexto de criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), região metropolitana que engloba três unidades federativas (DF, GO e MG) e que tem Valparaíso de Goiás como um de seus municípios.

No Capítulo 3, analisamos o contexto de criação de Valparaíso de Goiás, desde seus primórdios com o bairro Parque São Bernardo, em Luziânia, passando pelo Núcleo Habitacional Valparaíso I, até sua emancipação em 1995; realizamos uma análise

socioespacial do município, com dados do crescimento populacional, assim como das atividades profissionais que os moradores exercem; por fim, abordamos algumas políticas habitacionais no Brasil, e analisamos o déficit habitacional em Valparaíso de Goiás.

No Capítulo 4, realizamos uma análise de como o Minha Casa, Minha Vida foi implantado em Valparaíso de Goiás, utilizando os dados - de renda e das características gerais dos domicílios - do Censo de 2010 do IBGE, com o intuito de compreender a realidade dos moradores do município. A partir desses dados, confeccionamos mapas temáticos georreferenciados por meio do *software* ArcGIS, para representar as repercussões do Minha Casa, Minha Vida em Valparaíso de Goiás.

## CAPÍTULO 01

### 1 O ESPAÇO URBANO COMO TERRITÓRIO DE CONFLITOS

O espaço habitado pelo homem é produto de relações travadas socialmente. O processo de produção do espaço é marcado por uma expressiva diversidade de elementos revelados pela paisagem; que, por sua vez, é uma representação das ações do homem no espaço. Os elementos capturados pela paisagem indicam, a partir de suas formas e seus conteúdos, as intenções contraditórias de uma sociedade marcada por classes antagônicas, repletas de tensões e conflitos.

Produzido em um ambiente conflituoso, o espaço geográfico evidencia diferenças. Há espaços que se destacam por terem dinâmicas rapidamente alteradas, enquanto outros permanecem por longo tempo apresentando as mesmas formas e funções. Entre os fatores que se destacam no processo de alteração das dinâmicas espacialmente manifestadas estão os de caráter demográfico.

Nesta perspectiva, o espaço é uma categoria de análise da realidade caracterizada por uma ampla gama de possibilidades. Quando abordamos as relações de poder manifestadas espacialmente, penetramos em uma dimensão do espaço representada por uma outra categoria: o território. Para Souza (2009), o território é produto de relações de poder centradas em disputas políticas e econômicas. Todavia, isso não quer dizer que a cultura seja irrelevante no processo de produção do território, pois ele é definido por três elementos principais: as relações de poder, as redes e as identidades. A ação indissociável destes elementos promove a constituição de inúmeras territorialidades, ou seja, o território é um produto social historicamente espacializado (SAQUET, 2009).

No bojo das relações territoriais assimetricamente estabelecidas, os deslocamentos populacionais evidenciam escalas dos jogos de poder. Na presente pesquisa, contemplamos tais deslocamentos manifestados no espaço urbano. Ao tratar de questões urbanas, devemos calibrar nosso olhar investigativo e definir os recortes e as dimensões da pesquisa. Este estudo está centrado na produção e reprodução<sup>1</sup> de um espaço urbano, entendido como produto de

---

<sup>1</sup> De acordo com Carlos (2007, p. 20-21): "A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da

conflitos em torno da hegemonia de sua hierarquização, no contexto de um sistema produtivo em que impera a propriedade privada dos meios de produção.

Nesta perspectiva, destacamos as disputas por moradias e o papel do Estado e dos atores imobiliários. Por esta razão, o território é a categoria de análise privilegiada; assim como: espaço urbano, cidades e segregação residencial.

Dessa forma, investigamos o município de Valparaíso de Goiás, integrante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), região metropolitana que apresenta cenários de crescimento e deslocamentos populacionais vertiginosos.

## 1.1 OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

Analisando esta intrincada temática, Corrêa (1995) apresenta e qualifica os agentes produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais segregados. Cada agente apresenta uma característica, sendo o Estado, segundo Corrêa (1995), o regulador do processo de produção do espaço: ele é pressionado por interesses dos demais agentes e subsidia suas ações de forma desigual, promovendo a valorização diferencial do solo urbano.

Os agentes situados de maneira privilegiada no interior das relações sociais assimétricas, trabalham em prol de uma distribuição desigual da renda e dos recursos advindos da exploração capitalista do solo e das relações urbanas. A partir de um modelo socialmente perverso, uma oposição é engendrada: de um lado, a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria; de outro, a “proliferação” de déficits sociais representados pela restrição no acesso a serviços e equipamentos públicos. Como produto desta oposição materializada territorialmente, grande parte da população encontra-se imersa em problemas só minimizados por meio de protestos, sistematicamente criminalizados pelas estruturas hegemônicas de poder.

Ao considerar a produção desta realidade, um fato deve ser destacado: os investimentos realizados no espaço urbano são distribuídos de maneira desigual. Uma das grandes tarefas dos agentes hegemônicos, apresentados por Corrêa (1995), é planejar e gerir a

---

localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade - neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida".

valorização diferencial do solo urbano. Esta, por sua vez, se manifesta por meio da oferta de equipamentos e serviços urbanos oferecidos de maneira desigual, garantindo a reprodução ampliada do capital, a partir da mercantilização de um solo urbano parcelado e destituído de sua função social.

A valorização desigual do solo urbano estabelece uma seletividade no acesso à habitação. Esta seletividade é representada por conceitos como segregação e auto-segregação<sup>2</sup>. A compreensão de tais processos solicita o entendimento de que, no sistema capitalista, o espaço socialmente produzido é mercadoria. Como tal, existem determinadas condições materiais para que o mesmo possa ser adquirido. Assim, nem todos têm acesso a um solo urbano mercantilizado.

No curso do processo de valorização diferenciada, as cidades apresentam espaços destinados à classe com maior poder aquisitivo e espaços direcionados à classe caracterizada pela baixa renda; além das áreas ocupadas pelos que não possuem renda suficiente para comprar nem mesmo uma parcela pequena de um solo urbano menos valorizado. A partir desta realidade desigual, determinados segmentos sociais são compulsoriamente alocados em “áreas” sem equipamentos e serviços urbanos. No tocante a essa realidade, Corrêa (1995, p. 63) afirma que “os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências [...]. Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda”. Estes últimos não têm possibilidade de escolha.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 138):

A classe operária sofre as conseqüências da explosão das antigas morfologias<sup>3</sup>. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. [...] Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que

<sup>2</sup> A segregação é definida como uma concentração de tipos de população dentro de um determinado espaço (CORRÊA, 1995). Há a segregação e a auto-segregação. A primeira forma define o local daqueles com menor poder econômico residirão, pois por não possuir renda suficiente para selecionar os melhores locais para residência, os mesmos são “devorados” pela seletividade perversa com que os agentes imobiliários manipulam o território. Os segregados muitas vezes residem em áreas de risco e também sem equipamentos urbanos suficientes para atender tal demanda. Já a auto-segregação é aquela que os moradores com maior poder econômico tem liberdade (e dinheiro) para selecionar onde querem residir. Os que se auto-segregam selecionam as melhores áreas, com quantitativo superior de equipamentos urbanos e demais fatores positivos.

<sup>3</sup> Essa explosão está ligada aos problemas da cidade e da sociedade urbana, que foram: as questões da moradia e do habitat, as questões da organização industrial e da planificação global. As primeiras por baixo, as segundas por cima, produziram uma explosão da morfologia tradicional das cidades, enquanto prosseguia a urbanização da sociedade. Donde uma nova contradição se acrescentava às outras contradições não resolvidas da sociedade existente, agravando-as (LEFEBVRE, 2001).

ainda duvidariam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu "habitar" designam na prática a classe operária.

Ao abordar esta questão, Corrêa (1995, p. 65-66) oferece elementos para a identificação de um processo segregador específico, a segregação residencial:

[...] a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro.

Os terrenos destinados às classes com maior poder aquisitivo são apresentados por campanhas publicitárias com vistas ao mascaramento da realidade. O objetivo é vincular um lugar específico a um conceito de qualidade de vida diferenciado, acessível somente aos que têm condições de arcar com os custos elevados de uma parcela supervalorizada de um solo determinado (MELLO, 2009). De acordo com Sposito (2012, p. 140):

[...] em sociedades com grandes disparidades como a brasileira, a valorização exacerbada dos novos produtos imobiliários que se apresentam no mercado, são portadores de sistemas de controle e vigilância e representativos da ideia de que é possível alguma segurança num mundo de imponderabilidades.

A respeito das ações do Estado na condução dos interesses da classe dominante, Corrêa (1995, p. 64) afirma que:

A classe dominante ou uma de suas frações, [...] segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado.

Em síntese, a produção do espaço urbano é controlada pelos que estão posicionados de maneira privilegiada nas relações de poder reguladas pelo Estado. Por meio de pressões, os segmentos detentores dos meios de produção, bem como os proprietários de terras, cooptam os agentes do Estado, com vistas a promoção de uma gestão do território viabilizadora da concentração do capital.

Em um movimento contrário, os segmentos afetados pelo processo segregador postulam alterações no modelo de produção da realidade vigente. Contudo, devemos ter em mente que as ações questionadoras emergem no interior de uma sociedade heterogênea. Os

segregados não formam um bloco social territorializado de maneira homogênea e uniforme (MELLO, 2009).

De acordo com Lefebvre (2001, p. 70):

[...] A cidade tem uma dimensão *simbólica*; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão *paradigmática*; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão *sintagmática*: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias<sup>4</sup>.

Ao revelar sua dimensão simbólica, a cidade demonstra sua complexa teia de relações. Nela estão presentes bancos, companhias de seguros, empreiteiras, fábricas, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, investidores individuais e ordens religiosas (CORRÊA, 2012). A partir desta concentração, ela se torna *locus* dos conflitos sociais (CORRÊA, 1995), por atrair, por exemplo, migrantes em busca de oportunidades de trabalho. Veremos, a seguir, alguns aspectos do processo na urbanização do território brasileiro.

## 1.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO/URBANIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Segundo Santos (1994), a urbanização no Brasil se desenvolveu a partir do século XVIII, mas foi no século XIX que atingiu uma maior expressão. Contudo, somente no século XX ela adquire características próximas das encontradas no século XXI; principalmente no que tange as redes técnicas que dão suporte aos serviços oferecidos a uma parcela da sociedade, privilegiadamente assistida por um Estado tendencioso e mantenedor de relações assimétricas (MELLO, 2009).

---

<sup>4</sup> Lefebvre (2001, p. 67, grifos do autor) define que as isotopias são os espaços políticos, religiosos, culturais, comerciais etc. Em relação às isotopias, os outros níveis se descobrem como heterotopias. "[...] Entretanto, em cada nível são descobertas oposições espaciais que entram nessa relação: isotopia-heterotopia. Por exemplo a oposição entre o "habitat" coletivo e o "habitat" do pavilhão. No plano específico, os espaços também podem ser classificados conforme esse critério da isotopia-heterotopia, constituindo a cidade inteira a isotopia mais ampla, que engloba as outras, ou antes que se sobrepõe às outras (aos subconjuntos espaciais ao mesmo tempo subordinados e constituintes). Uma tal classificação por oposições não poderia excluir a análise dos níveis, nem a do movimento de conjunto com seus aspectos conflitantes (relações de classes, entre outras)". É importante destacar que os níveis que definem as isotopias são dois: O primeiro vai do mais geral ao mais singular (das instituições para a vida cotidiana) e descobre então a cidade como plano específico e como mediação relativamente privilegiada. O segundo nível parte desse plano e constrói o geral utilizando os elementos e significações do observável urbano; nessa segunda hipótese "procede da mesma maneira para atingir, sobre o observável, o "privado", a vida cotidiana dissimulada: seus ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua "cultura" clandestina, sua vida subterrânea".

Analisando os dados dos Recenseamentos Gerais, verificamos que, em 1872<sup>5</sup>, havia no Brasil 10.112.061 habitantes (IBGE, 2014d). Naquele momento, apenas três cidades possuíam mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro, na condição de sede administrativa, apresentou um contingente de 274.972 habitantes; em Salvador foram contabilizados 129.109 habitantes e Recife, por sua vez, atingiu a casa dos 116.671 habitantes (IBGE, 2014c).

Em 1890, o país possuía 14.333.915 habitantes (IBGE, 2014d). Novamente, as três cidades destacadas no parágrafo anterior foram as únicas com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro, com uma população de 522.651 habitantes, o que representava quase o dobro da população registrada em 1872. Salvador também registrou crescimento populacional expressivo, saltando de 129.109 para 174.412 habitantes. Já Recife, registrou um decréscimo populacional na ordem de 4%: possuía, em 1872, 116.671 habitantes, e, 1890, declinou para uma população de 111.556 habitantes (IBGE, 2014c).

Uma década depois, em 1900, o país possuía 17.318.556 habitantes (IBGE, 2014d). Nesse ano, quatro cidades apresentaram uma população superior à de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro, com 691.565 habitantes; São Paulo, com 239.820 habitantes; Salvador, com 205.813 habitantes; e Recife, com 113.106 habitantes (IBGE, 2014c).

Em 1920, o país possuía 30.635.605 habitantes (IBGE, 2014d). Nesse ano, seis cidades ultrapassam a marca de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro, com 1.157.873 habitantes; São Paulo, com 579.033 habitantes; Salvador, com 283.422 habitantes; Recife, com 238.843 habitantes; Belém, com 236.402 habitantes; e Porto Alegre, com 179.263 habitantes (IBGE, 2014c).

Em 1940, o Brasil possuía 41.236.315 habitantes (IBGE, 2014d), um acréscimo de mais de 10 milhões de habitantes se comparado a 1920. As cidades que se destacaram em quantitativo populacional foram: Rio de Janeiro<sup>6</sup>, com 1.764.141 habitantes; e São Paulo, com 1.326.261 habitantes (IBGE, 2014e).

Os dados revelam que a população brasileira aumentou consideravelmente a partir da transição do século XIX para o século XX (ver Tabela 01). Um crescimento que avançou para as cidades, que passaram a receber migrantes em busca de emprego e serviços variados.

---

<sup>5</sup> Em 1872, o IBGE realizou o primeiro Censo.

<sup>6</sup> O Rio de Janeiro foi longamente beneficiado por sua função política. Foi capital do país durante quase dois séculos e se tornou uma metrópole política e econômica. Mas o desenvolvimento industrial de São Paulo fez nascer uma nova metrópole econômica para o Brasil, uma metrópole de outra natureza (SANTOS e SILVEIRA, 2006).



**Tabela 01 - População total do Brasil, segundo os recenseamentos gerais: 1872-1940**

Ano	População
1872	10.112.061
1890	14.333.915
1900	17.318.556
1920	30.635.605
1940	41.236.315

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014d)  
 Organização: Bruno Augusto de Souza (2014)

Os processos de industrialização e urbanização elevaram o quantitativo populacional no Brasil<sup>7</sup>; bem como criaram padrões intraurbanos de moradia. Corrêa (1995) afirma que a partir do século XIX a indústria emergente gerou dois padrões locais intraurbanos. Os padrões se diferenciavam em: a) um padrão envolvendo áreas que eram periféricas, mas não distantes do espaço urbanizado de modo contínuo. Esse padrão tinha a indústria têxtil como um bom exemplo, pois essas indústrias eram localizadas junto às fontes de energia hidráulica e de águas limpas. Como eram isoladas da cidade, os operários residiam em vilas operárias, o que constituía um lugar de produção e de residência desses trabalhadores. Posteriormente, esse espaço foi efetivamente incorporado à cidade, tornando-se um bairro ou um subúrbio; b) o segundo padrão locacional envolvia as indústrias que não dependiam da força hidráulica. Essas indústrias localizavam-se no espaço que hoje constitui a Área Central, sob a forma de manufaturas do período anterior à industrialização, que eram dispersas por toda a cidade e constituíam esse padrão locacional. Em parte surgiram durante a segunda metade do século XIX.

No que diz respeito ao primeiro padrão locacional intraurbano, a cidade do Rio de Janeiro oferece vários exemplos de indústrias têxteis que, entre 1850 e 1900, eram mais ou menos periféricas (CORRÊA, 1995). Santos e Silveira (2006, p. 35) esclarecem que:

Em 1881 existiam 44 estabelecimentos industriais têxteis brasileiros, dos quais a região da Bahia possuía o maior número. Todavia a maior parte da produção correspondia ao Estado do Rio de Janeiro, onde seis estabelecimentos forneciam 8,8 milhões de metros de tecidos, enquanto na Bahia se produziam 3,559 milhões de metros. Já São Paulo, apesar de contar com nove estabelecimentos, produzia apenas 1,97 milhão de metros. Em Minas Gerais, oito estabelecimentos produziam somente 361 mil metros de tecido.

Um fato porém é importante e deve ser ressaltado: a localização da produção mostra claramente o papel preponderante da população. É por essa razão que das 636

<sup>7</sup> O êxodo rural se deu mais ao fato da estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro, do que a presença de emprego nas cidades. Como no Brasil sempre houve a concentração de terras, a estrutura da propriedade rural favoreceu (e favorece) ao mesmo tempo a persistência da pobreza e o abandono do campo. Aqueles que abandonavam o campo, encontravam um refúgio nas cidades. Os meios de comunicação foram em grande parte responsáveis por essa revolução, pois o rádio teve papel importante para o conhecimento de outros lugares com melhores condições de vida ao alcance dos iletrados (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

fábricas existentes no Brasil em 1890, e que empregavam 54.169 operários, as mais numerosas e importantes estavam no Rio de Janeiro. São Paulo, cuja população era de apenas 50 mil habitantes, tinha somente 3.600 operários.

São Paulo possuía um pequeno contingente populacional em comparação com o Rio de Janeiro. Fausto (2001); afirma que em 1880 São Paulo era um núcleo de pequena expressão, com pouco mais de 35.000 habitantes. De acordo com Fausto (2001, p. 22):

A referência à última década do século XIX como momento dramático na vida da cidade não pressupõe um corte brusco. Em primeiro lugar, seria errôneo pensar que São Paulo tinha sido alguma vez algo semelhante a um lugar idílico. Desde os tempos coloniais, há referências esparsas à prática de delitos, à existência de gente pobre, doente, mendigando nas ruas.

Em 1920, São Paulo alcançou 31,5% do total nacional na produção industrial, deixando pra trás o Rio de Janeiro, com 20,8% da produção industrial no país (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Santos e Silveira (2006, p. 36) afirmam que "nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a política oficial de imigração e colonização assinalou a forma de povoamento e de trabalho". Também em São Paulo, parte da imigração constituía uma mão de obra qualificada. Estes imigrantes conheciam um modelo de consumo europeu e almejavam reproduzi-lo em solo brasileiro (IDEM, 2006).

Como vimos, neste período, São Paulo apresentou um crescimento produtivo considerável, visto que ultrapassou o Rio de Janeiro na produção industrial:

São Paulo conseguiu uma expansão máxima da produção de café numa fase em que havia mercado para esse produto, porque o nível de vida estava em elevação na Europa e nos Estados Unidos. Os recursos obtidos permitiram uma realização econômica diversificada na economia cafeeira. Como os preços eram favoráveis e o volume da produção crescia rapidamente, parte do salário podia ser liberada para um consumo mais amplo. Ao mesmo tempo, a industrialização nascente se fez numa fase em que os progressos técnicos eram menos rápidos, de sorte que o tempo de vida de uma fábrica era maior e a cada necessidade de aumentar a produção uma outra fábrica era agregada. A economia era de certo modo concorrencial, e por isso mesmo criavam-se mais empregos e o salário fabril servia, juntamente com o rural, para encorajar o nascimento de outras fábricas (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 36).

Do início do século XX até a década de 1940, houve o estabelecimento de uma rede brasileira de cidades. É nesse período que se inicia a adoção de discursos e práticas voltadas a integração do território nacional<sup>8</sup>. Em 1905, o Brasil contava com 16.782 km de

---

<sup>8</sup> A respeito do processo de integração nacional, de acordo com Santos e Silveira (2006, p. 37), compreende "o aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista". Esses fatores "[...] permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu

estradas de ferro. Em 1950, de acordo com o DNIT (2015), o Brasil contava com 37.000 km de linhas espalhadas pelo país. A região Sudeste, principalmente Minas Gerais e São Paulo, apresentou o maior crescimento da rede ferroviária na década de 1940, com 37,27% da rede nacional. Outra rede importante foi construída a partir de uma constelação de usinas elétricas no país: em 1930, havia 1.208 usinas elétricas. Em 1940, esse número salta para 1.883 (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Após a breve contextualização da dinâmica de crescimento populacional das cidades brasileiras, envolvendo o processo de industrialização/urbanização, passamos a investigar o processo de apropriação do território goiano; pois a realidade urbana privilegiada nesta pesquisa está localizada no estado de Goiás. Assim procedendo, verificamos que nas primeiras décadas do século XX, Goiás não era um estado representativo nos vieses demográfico e industrial em escala nacional, tanto que nenhuma cidade goiana aparece com destaque no período citado. Na segunda metade do século XX este cenário é alterado por fatores contemplados no próximo tópico.

### 1.3 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

O território goiano, antes de sua apropriação pelo sistema econômico articulado nacionalmente, estava inserido no amplo território caracterizado como sertão, devido a sua distância do litoral; que, à época, era a parte do território que concentrava a maior parte da população e das atividades econômicas mais intensas. De acordo com Moraes (2003), não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, mas o sertão era uma condição atribuída a uma expressiva extensão de terras. Tratava-se de uma qualificação imposta, de uma ideologia geográfica promotora de depreciações espacialmente referenciadas.

Goiás se encontrava envolvido neste contexto "depreciado", devido a sua distância dos principais centros econômicos do Brasil. Devemos destacar que foi no século XVIII que surgiram os primeiros núcleos de povoamento em Goiás: os arraiais da Barra e de Sant'Ana,

---

comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. Rompia-se, desse modo, a regência do tempo "natural" para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada" (IDEM, 2006, p. 37, grifo dos autores).

que, em 1739, deram origem à Vila Boa de Goiás, sede administrativa da Capitania de Goiás (LUZ, 2012).

Alguns fatores contribuíram para a incorporação do território goiano nesse período. Bertran (1988, p. 19) afirma que:

A partir de 1736 [...] com a abertura da estrada Goiás-Cuiabá, começam a definir-se melhor os contornos regionais, existindo, via Goiás, comunicações habituais com São Paulo, Bahia e Minas Gerais, além das rotas monçoneiras, fluviais, entre Mato Grosso e São Paulo. Começam a definir-se também os núcleos mineratórios, criando-se pequenos centros regionais como Goiás-Velho, Pilar, Meia Ponte (Pirenópolis), Luziânia, Traíras (Niquelândia), Arraias e Natividade, todos em Goiás [...].

Em 1748, finalmente, foram instaladas as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, com administrações independentes de São Paulo. Por essa época, a decadência da mineração em Minas Gerais contribuía de certa forma para a sedimentação dessas economias auríferas alternativas, que tiveram fôlego por cerca de mais duas décadas em relação a Minas, como condutoras tardias da mineração colonial.

De acordo com Luz (2012, p. 15):

[...] a inserção do Centro-Oeste e, em específico, do território goiano a partir de meados do século XVIII no sistema produtivo nacional se respalda pela dinâmica expansionista do capitalismo. [...] cada etapa do processo de apropriação e transformação do território goiano se articula a um determinado momento e acontecimento em curso na esfera nacional e, em particular, no centro dinâmico do país.

Naquele momento, as migrações começam a adentrar o território goiano. No período mineratório, os fluxos migratórios eram provenientes do Sudeste e Nordeste do país (BERTRAN, 1978, 1988; LUZ, 2012) e originaram atividades comerciais que entraram em decadência no fim do século XVIII e início do século XIX (BERTRAN, 1978; LUZ, 2012), com o declínio da atividade mineradora.

De acordo com Luz (2012, p. 16):

[...] A saída para crise que se instalou foi a atividade agropastoril, principalmente, a pecuária extensiva, em função das características naturais da região e a disponibilidade de amplas áreas para sua prática. Mesmo assim, a segunda fase ligada à produção agropecuária, apesar do desenvolvimento da pecuária, destacava-se pela inércia e isolamento.

Oliveira (2012, p. 170-171) afirma que:

[...] Após o auge da mineração no Século XVIII, Goiás não encontrou imediatamente um produto que substituísse de modo satisfatório a extração de minérios, passando por um longo período de readaptação à situação que se impunha

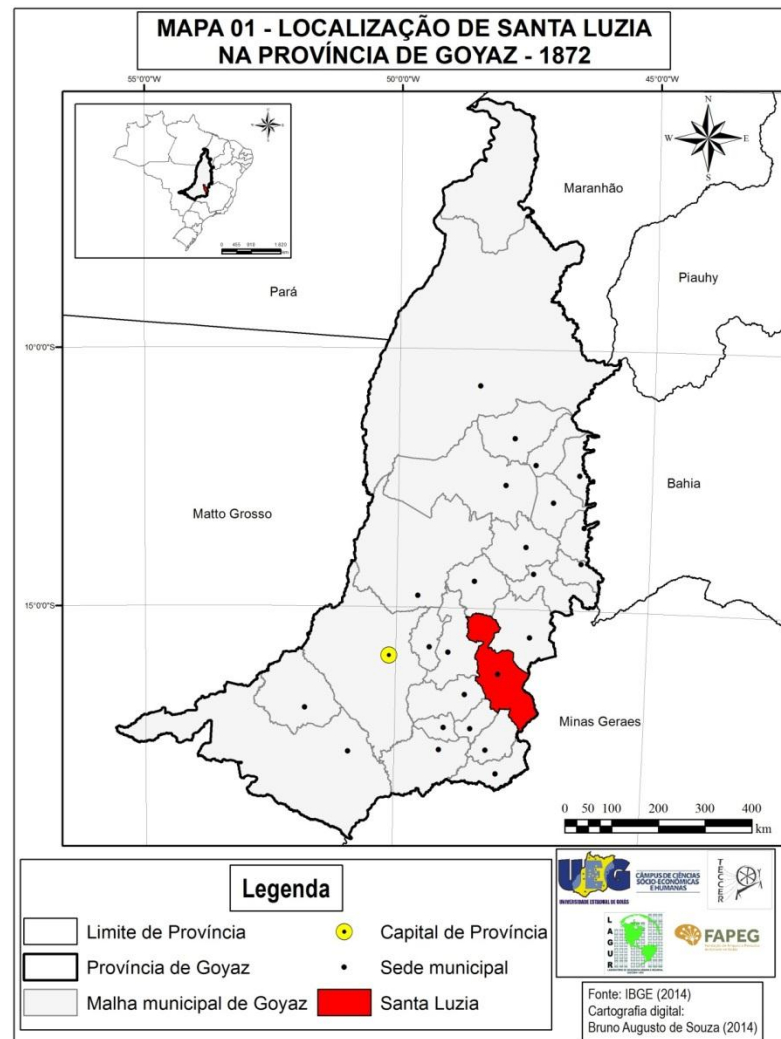
pela escassez do ouro de aluvião. Pode-se dizer que, por todo o século XIX – estigmatizado como o século da decadência por viajantes estrangeiros e também por alguns historiadores – Goiás não encontrou um produto que oferecesse uma saída econômica para a substituição da riqueza fácil da extração aurífera do conhecido século do ouro. No advento do século XX, até o final de suas três primeiras décadas, a situação de Goiás [...] não se modificara substancialmente, pois o mesmo continuava pouco povoado, quase integralmente rural e com uma economia de subsistência.

No atendimento das demandas relacionadas a presente pesquisa, abordamos fatos e eventos peculiares promovidos no território de um núcleo urbano criado no século XVIII, no contexto das atividades mineradoras. O núcleo urbano em questão originou o município de Luziânia, que, posteriormente – no século XX –, foi envolvido por um processo de metropolização centrado na capital federal interiorizada. O processo de metropolização promoveu um outro processo: o de fragmentação. Em um curto espaço de tempo o núcleo urbano colonial, convertido em município, foi envolvido por tramas metropolitanas originadoras de cinco novos municípios.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (1958), a formação do território de Luziânia deveu-se, principalmente, ao paulista Antônio Bueno de Azevedo, falecido em 12 de maio de 1771. No final de 1746, Antônio Bueno, acompanhado de amigos e escravos, partiu de Piracatu (atual Paracatu/MG) rumo ao noroeste, até chegar às margens de um rio batizado com o nome de São Bartolomeu, em homenagem ao santo do dia. Nesse local, o mesmo formou roças e alguns ranchos (IBGE, 1958).

Em 11 de dezembro de 1746, Antônio Bueno de Azevedo seguiu viagem rumo a oeste, fixando residência em um local por ele batizado com o nome de Santa Luzia, em 13 de dezembro de 1746. A fundação do povoado deveu-se à mineração de ouro. A atividade mineradora nele estabelecida foi tão intensa que o arraial, rapidamente, passou a contar com uma população de 10.000 pessoas, inclusive escravos (IBGE, 1958).

Uma Portaria de 30 de outubro de 1749 elevou Santa Luzia à categoria de Julgado. Por meio do Alvará de 21 de dezembro de 1756, foi erigida a freguesia de natureza coletiva. Em 6 de dezembro de 1758, Santa Luzia foi elevada à categoria de Comarca Eclesiástica. Em 1º de abril de 1833, o arraial foi elevado a Vila pela Resolução do Conselho do Governo (mas instalado solenemente somente em 7 de abril de 1834). E, finalmente, em 5 de outubro de 1867, a Vila passou à categoria de Cidade. O Mapa 01 apresenta a localização/situação de Santa Luzia no território da Província de Goyaz, no ano de 1872.



No final do século XVIII, a mineração começou a declinar. Muitas famílias abandonaram o arraial e se fixaram na zona rural, assumindo a lavoura e à criação de gado como atividades principais (IBGE, 1958). A respeito das atividades realizadas em Santa Luzia, Saint-Hilaire (1937, p. 326-327) descreve:

[...] quando estive [...] na parochia de Santa Luzia, onde existem vastas pastagens naturaes, os habitantes se queixavam de não se poderem desfazer das boiadas sinão enviando-as a Bambuhy ou a Formiga, afastadas de cerca de 130 a 146 leguas e, por conseguinte, de só retirarem lucros insignificantes.

Desde sua fundação até 1850, Santa Luzia pertenceu à Comarca de Vila Boa. Pela Lei Provincial de 19 de julho de 1850, foi incorporada à Comarca de Corumbá de Goiás, com sede em Bonfim (atual Silvânia). Em 29 de julho de 1871, pela Lei nº 492, foi criada a Comarca de Imperatriz (Formosa), com sede em Luziânia. Pela Lei estadual nº 22, de 1892, foi criada a Comarca de Lagoa Formosa, passando a sede da Comarca de Luziânia para aquela

cidade. Em 25 de julho de 1907, pela Lei nº 306, foi restabelecida a Comarca de Santa Luzia, com sede na mesma cidade, sendo instalada em 4 de fevereiro de 1908. Por força do Decreto-Lei estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, Santa Luzia passou a denominar-se Luziânia (IBGE, 1958).

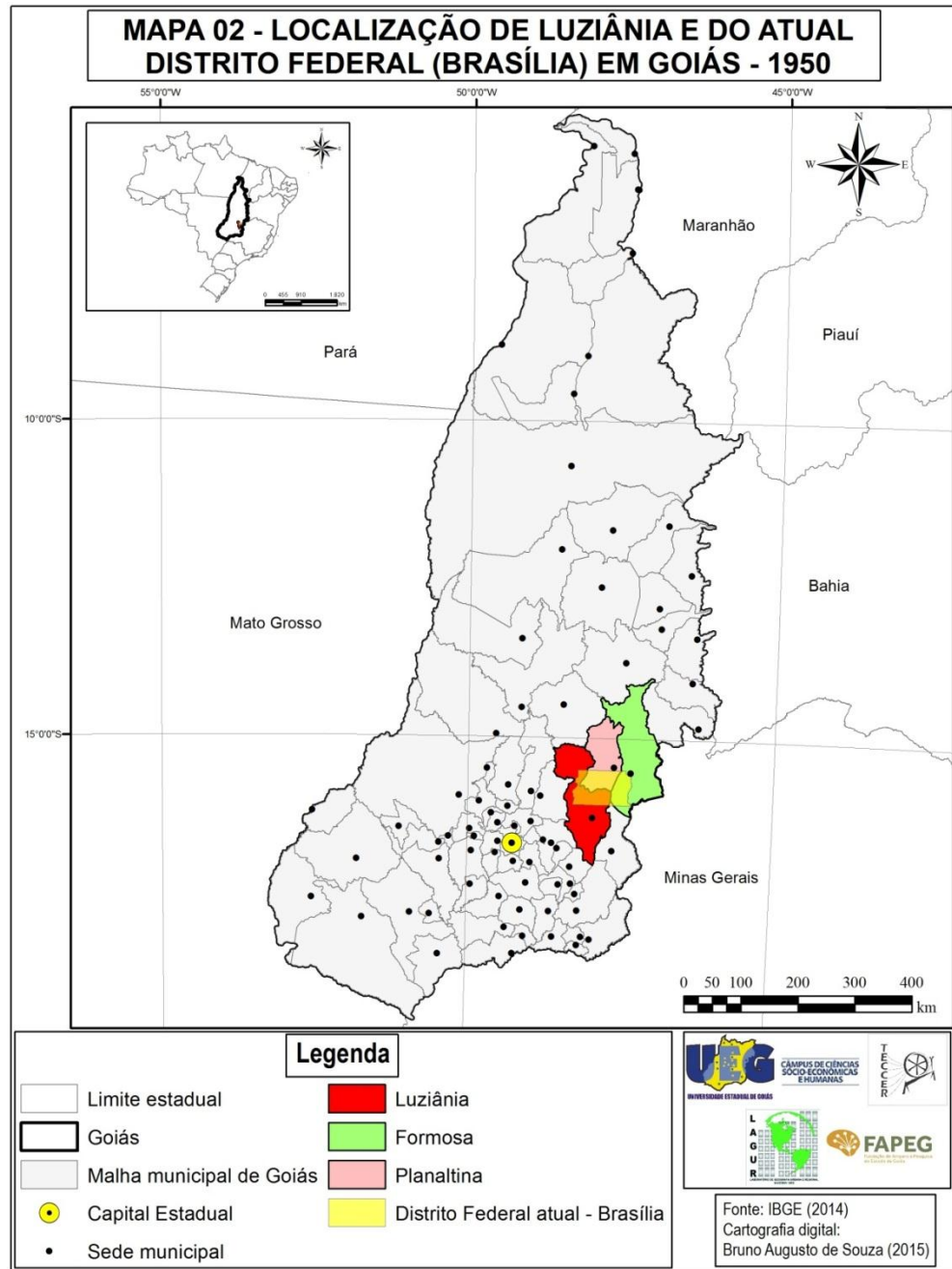
Na data da publicação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros pelo IBGE, em 1958, a influência exercida por Brasília no território de Luziânia já era destacada, a partir da constatação do crescimento de sua população, que passou a receber migrantes de municípios goianos e de outros estados (Tabela 02) (IBGE, 1958). Esse crescimento foi intensificado a partir da década de 1970. É interessante destacar que parte expressiva do território do Distrito Federal (Brasília) pertencia a Luziânia (Mapa 02):

**Tabela 02 - Evolução populacional de Luziânia (antiga Santa Luzia): 1872-2015**

Tabela 02 - Evolução populacional de Luziânia (antiga Santa Luzia): 1872-2010									
Santa Luzia	1872			1900	1920	1940			
	Pop. livre	Pop. escrava	Pop. total	Pop. total	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	
	6.071	432	6.503	8.357	12.461	1.554	15.695	17.249	
Luziânia	1950			1960			1970		
	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total
	1.811	17.846	19.657	5.068	22.816	27.884	9.604	23.203	32.807
	1980			1991			2000		
	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. Urbana	Pop. rural	Pop. total
	75.977	16.840	92.817	194.345	13.329	207.674	130.165	10.917	141.082
	2010			2015					
	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. total (estimativa)					
	162.807	11.724	174.531	194.039					

Fonte: IBGE (2014a, 2014b, 2016a)

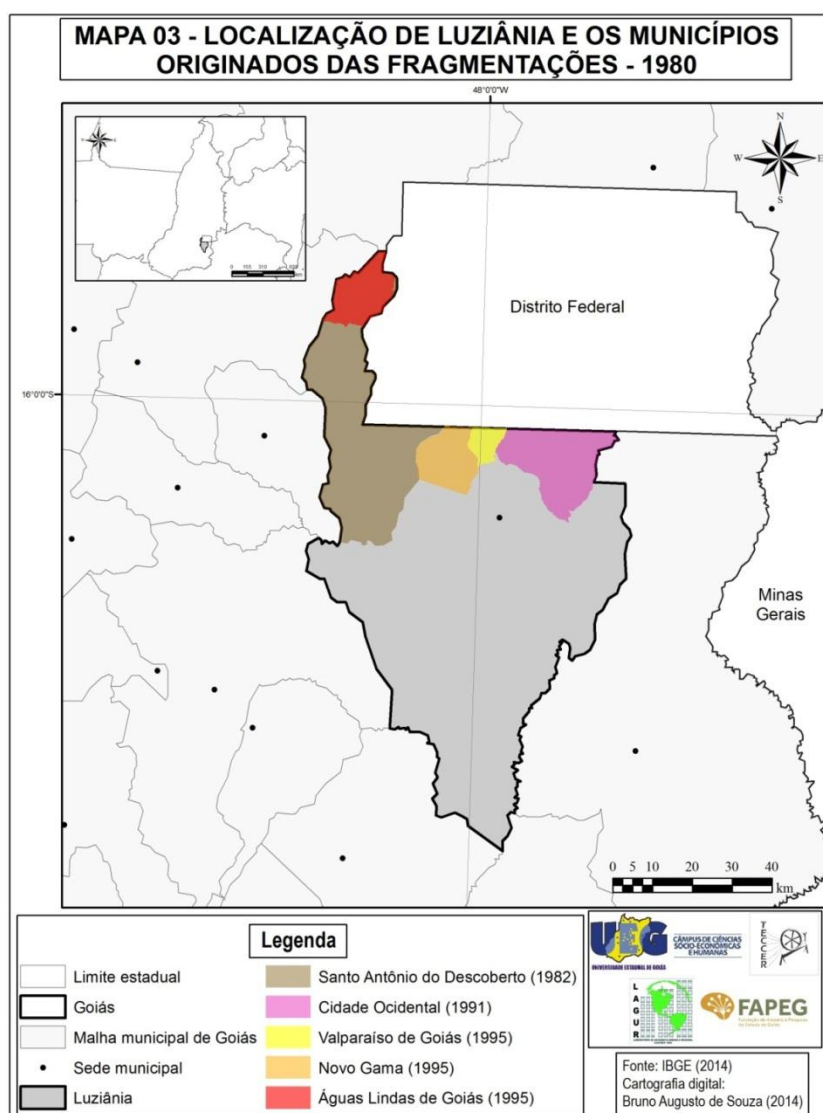
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)



O fluxo migratório centrado na nova capital federal repercutiu em Luziânia e promoveu a fragmentação de seu território. Com as levas de migrantes de Goiás e de outros estados brasileiros, a população de Luziânia cresceu consideravelmente. Seu vasto território e a proximidade com Brasília fizeram com que nele fossem construídos conjuntos habitacionais destinados a abrigar os impedidos de fixar residência na nova cidade-capital. Os conjuntos habitacionais tornaram-se embriões para municípios criados na década de 1990. Mas na década de 1980 o processo de fragmentação já havia sido deflagrado.



Como afirmamos anteriormente, o território de Luziânia deu origem a cinco outros municípios (ver Mapa 03), que são: Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1991), Valparaíso de Goiás (1995) e Novo Gama (1995). Em 1995, foi a vez de Santo Antônio do Descoberto ter seu território fragmentado, abrindo espaço para a criação de Águas Lindas de Goiás. Com essas fragmentações, a população de Luziânia logicamente decresceu na década de 1990. Em 1991, sua população era de 207.674 habitantes, e, em 2000 - após as fragmentações -, seu contingente populacional foi reduzido para 141.082 habitantes. Contudo, a população do município seguiu apresentando um forte ritmo de crescimento: em 2010, a população era de 174.531 habitantes, e a população estimada em 2015, de acordo com dados do IBGE (2016a), é de 194.039 habitantes, representando não só uma alta taxa de migração, mas também uma taxa de crescimento vegetativo elevada. Assim, vê-se que a população de Luziânia ainda cresce, mesmo com a criação de municípios mais próximos ao Distrito Federal.



O crescimento populacional e a fragmentação territorial presentes no município de Luziânia indicam as intensas repercussões da transferência da capital federal no estado de Goiás. No próximo tópico, apresentaremos algumas iniciativas que fomentaram significativas transformações no território goiano.

#### 1.4 AÇÕES EFETIVADAS NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

A ausência de uma infraestrutura básica de transportes isolava o estado de Goiás dos centros econômicos situados no litoral (LUZ, 2012). De acordo com Maciel (2012, p. 29), "em meados do século XX, a hinterlândia brasileira achava-se pouco povoada, integrando-se de modo precário, econômica e culturalmente, à comunidade nacional". Especificamente na primeira metade da década de 1940, o mundo estava sob a conjuntura da 2ª Guerra Mundial. Naquela ocasião, o governo brasileiro adotou medidas para a inserção do vasto território brasileiro à federação nacional (MACIEL, 2012).

Já na primeira metade do século XX é possível identificar ações voltadas para a modernização do território goiano, como: a construção de Goiânia, na década de 1930; e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, na década de 1940. No início da segunda metade do século XX ocorreu a construção e inauguração de Brasília. A transferência da capital federal, para o interior do país, foi acompanhada pela deflagração do processo de modernização agrícola no Brasil, que avançou em direção ao território goiano. Castillo (2007, p. 35) sistematiza o processo de modernização em dois períodos:

[...] o primeiro período abrange aproximadamente as décadas de 1960 e 1970 e caracteriza-se pela constituição do chamado complexo agroindustrial. Esse paradigma é marcado pela forte presença do Estado na articulação entre os agentes envolvidos nos circuitos produtivos modernos, gerando uma maior aproximação e interdependência entre agricultura e indústria.

O segundo período (o atual) é o de consolidação da produção de *commodities* nos Cerrados. A partir dos anos 1980, a forte crise fiscal do Estado brasileiro impele [...] a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola.

Mello (2012, p. 56-57, grifo do autor) afirma que:

Durante muito tempo, o Cerrado foi considerado um ambiente inadequado para a produção agrícola. Após a superação de tal idéia, o bioma teve grande parte de seu território apropriado pela atividade econômica. No processo de redefinição valorativa do Cerrado e de incorporação de seu solo por práticas agrícolas mecanizadas, um elemento deve ser destacado: a capacidade técnica de superação das dificuldades impostas pela natureza "tortuosa" do Cerrado, materializada, por exemplo, na forma de sementes produzidas especialmente para esse ambiente.

De acordo com Luz (2012, p. 18-19):

O Estado [...] foi chamado a participar, generosamente como no caso do Estado de Goiás, no processo de criação dessas novas realidades, desempenhando diferentes papéis, como por exemplo: no estabelecimento de mediações; na normatização e regulação das relações; na planificação de ações e estratégias de desenvolvimento; além, do investimento e financiamento das atividades produtivas e sistemas de engenharia<sup>9</sup>.

Neste contexto, a apropriação do território goiano – pelo capital oriundo da região concentrada<sup>10</sup> – ocorreu por meio da modernização da agricultura e do processo de urbanização por ela imposto. De acordo com IPEA/IBGE/UNICAMP (2001, p. 315):

O sistema de cidades desenhado entre as décadas de 30 e 60, com alto grau de dispersão e, ao mesmo tempo, com centros polares definidos e nítidas centralidades, suportou o avanço das frentes de expansão, sofrendo inevitáveis impactos. Embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas pela economia do Centro-Oeste nos últimos anos, ainda que profundas, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior [...].

Tanto as transformações na infra-estrutura como o surgimento das duas principais aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-Oeste, tal como ele se apresenta atualmente. Na verdade, houve reforço da espacialização preexistente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores.

De acordo com Mello (2009, p. 20, grifo do autor):

No dia 21 de abril de 1960, foi inaugurada, no Planalto Central brasileiro, a nova capital da república. Brasília, chamada também de "capital da esperança" pelo escritor francês André Malraux, foi a terceira capital brasileira. Antes dela, Salvador-BA e Rio de Janeiro-RJ tinham ocupado este posto. A partir da data da inauguração da capital interiorana, iniciou-se a transferência de parte dos órgãos componentes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federais. Já estavam concluídas as suntuosas edificações que os abrigariam na nova sede administrativa do Estado.

<sup>9</sup> Os sistemas de engenharia de acordo com Santos e Silveira (2006), nada mais são que as infraestruturas implantadas no território.

<sup>10</sup> De acordo com Santos e Silveira (2006, p. 42-43), a região concentrada é formada pelos estados das regiões Sudeste e Sul, pois "a partir da década de 1930, encontra-se no Sul uma indústria importante. São Paulo tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e sobretudo foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional. [...] Essa integração começou pela região circunvizinha ao Estado de São Paulo, pois as relações comerciais eram facilitadas pela existência de um embrião de transportes modernos em rede e a relativa proximidade dos mercados permitia um tráfego marítimo mais intenso. [...] O Estado de São Paulo começa a atrair migrantes de todo o país, mas sobretudo do Nordeste. [...] Criavam-se, então, as condições de formação do que é hoje a região polarizada do país. Foi um momento preliminar da integração territorial, dado por uma integração regional do Sudeste e do Sul".

Com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, o processo de apropriação capitalista do Planalto Central brasileiro foi acelerado. Essa apropriação territorial resultou em investimentos no Centro-Oeste que se consolidaram nos anos 1970, com a modernização agropecuária por meio dos Programas Governamentais de incentivo a penetração do capital no interior do país (Polocentro, Prodecir e outros). O Estado induziu a transformação dos Cerrados em área de aptidão agrícola, com vistas a incrementação da exportação de *commodities* (BARREIRA e BORGES, 2013).

Estes investimentos induziram altas taxas de migração para a região em questão. Goiânia, como capital estadual, e Brasília, como capital federal, atraíram migrantes de diversos estados brasileiros. A produção do espaço urbano em Brasília foi peculiar, no dia da inauguração da nova capital, uma série de núcleos que não estavam no projeto urbanístico original denunciavam o caráter perverso do modelo de urbanização em curso. No dia 21 de abril de 1960, Taguatinga, Sobradinho e Gama eram núcleos urbanos consolidados. Segundo o projeto original, núcleos como estes deveriam ser constituídos somente vinte anos após a inauguração de Brasília; ou seja, a partir de 1980 (MELLO, 2009).

Neste contexto, a população urbana no estado de Goiás cresceu de forma acelerada. Até a década de 1960, a população rural era superior a urbana (ver Tabela 03). Após o período citado, a população urbana ultrapassa a rural.

**Tabela 03 - População rural e urbana no estado de Goiás: 1940-2010**

		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Goiás	Rural	539.618	791.510	1.084.907	1.325.765	1.056.254	771.443	605.779	583.074
	Urbana	122.400	219.370	541.469	1.134.242	2.172.965	3.241.119	4.390.660	5.420.714
	Total	662.018	1.010.880	1.626.376	2.460.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788

Fonte: IBGE (2014h); Ipeadata (2014)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2014)

A migração e a urbanização, no Brasil, indicam uma distribuição de renda profundamente desigual, o que repercute na produção do espaço urbano e na mobilidade entre cidades. Neste contexto, um quantitativo expressivo de brasileiros assumiram a condição de migrantes permanentes em distintas perspectivas: migração pendular, sazonal, dentre outras, em busca de meios para reproduzir sua existência (MELLO, 2009).

A migração pendular está visceralmente presente em cenários marcados por intensos movimentos urbanizadores. Ela é aquela em que o indivíduo se desloca diariamente para um município distinto do que ele reside para trabalhar e/ou estudar. A respeito dessa migração, Ojima, Pereira e Silva (2008, p. 4), afirmam que "[...] essa modalidade é

normalmente denominada "deslocamento pendular" por se considerar que trabalhando ou estudando em municípios distintos este movimento possui uma regularidade cotidiana".

As cidades que atraem migrantes são envolvidas por processos densos e complexos. Segundo Santos e Silveira (2006, p. 21), "[...] com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa".

De acordo com Barreira e Borges (2013), na década de 1990 houve uma intensificação na concentração populacional da região Centro-Oeste, em Goiânia e Brasília principalmente. Este fenômeno provocou a expansão de suas periferias, sistematicamente alimentadas por fluxos migratórios inter e intrarregionais, deflagrando processos de metropolização. No próximo capítulo, abordaremos a questão do processo de metropolização no território brasileiro e na capital federal.

## CAPÍTULO 02

### 2 A CONSTITUIÇÃO DAS METRÓPOLES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

As discussões a respeito das cidades no Brasil, de seus marcos legais, foram intensificadas na primeira metade do século XX. No Decreto-Lei nº 311, de 1938, as cidades passaram a ser as sedes dos municípios, isto porque a Constituição de 1824 estabeleceu diferenças entre cidades e vilas<sup>11</sup>, mas não delimitou critérios funcionais para distinguir seus papéis, considerando somente sua origem<sup>12</sup> (FIRKOWSKI, 2013).

De acordo com Firkowski (2013, p. 32):

[...] desde 1938, a estrutura territorial brasileira passa a ser composta pelas cidades - sedes dos municípios - e pelas vilas - sedes dos distritos -, cujas áreas urbanas seriam estabelecidas pelos municípios. Em 1967, uma lei complementar define os critérios para a criação dos municípios, enquanto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) os estados passam a definir os requisitos mínimos para a criação de novos municípios, o que gerou uma grande diversidade de critérios e de limiares para fazê-lo. Como resultado, embora haja marco legal e critérios assemelhados ao que poderia ser chamado de funcionais - número de habitantes, equipamentos urbanos e edificações -, o que prevalece são interesses políticos, muitas vezes eleitoreiros, que resultaram em uma acelerada ampliação no número de municípios no Brasil desde 1988, passando de 3.992, na década de 1980, para 5.507, em 2000, e 5.565, em 2010.

No Brasil, de 2013 ao presente momento, houve a criação de mais cinco municípios, totalizando 5.570. Vemos então que em um curto período, ocorreu a criação de mais de 1.500 municípios no Brasil: um reflexo da descentralização política presente na Constituição Federal de 1988.

Em relação às Regiões Metropolitanas, a Constituição Federal de 1988 - no Capítulo III, Art. 25, § 3º - estabelece que: "Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes".

Saindo da dimensão normativa e nos aproximando da realidade territorializada pelos processos de metropolização, ressaltamos as considerações de Galvão *et al.* (1969, p. 55): "uma metrópole é, antes de mais nada, uma grande cidade, em termos de volume populacional. [...] Uma metrópole é também uma cidade grande, por suas funções urbanas

<sup>11</sup> De acordo com Gouvêa (2005, p. 68): "No Império, a diferença entre cidade e vila era identificada apenas pelo critério demográfico e pela composição dos membros das câmaras municipais".

<sup>12</sup> Em 1824, "a fundação de uma cidade era um direito exclusivo da Coroa, enquanto as vilas podiam se originar de ações dos donatários, capitães e governadores" (SILVA e LIMA, 2011, p. 2).

bastante diversificadas e especializadas". Para Firkowski (2013), um dos vetores que norteiam as discussões a respeito da temática metropolitana é a compreensão teórico-conceitual de que a metrópole é uma grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão, estando articulada à economia global: ela é porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, bem como emite vetores de modernização e complexidade no território nacional.

Acerca do conceito de regiões metropolitanas, Moura (2014, p. 39) afirma que as "regiões metropolitanas são espaços-síntese do processo de urbanização, em seu estágio de metropolização. Espaços densos, contínuos ou descontínuos, concentradores de pessoas, de renda, de conhecimento e de poder, estruturam e articulam a rede de cidades". Nesta mesma direção, Arrais (2014, p. 50) afirma que:

Um espaço metropolitano é, ao mesmo tempo, um espaço de polarização e um espaço de intensos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços na direção da metrópole que exerce força de atração em um conjunto de municípios na escala regional. A polarização é comprovada pela concentração de firmas, empregos e serviços nos polos metropolitanos.

De acordo com Moura (2014, p. 41), a metrópole:

[...] corresponde à cidade principal de uma região, aos nós de comando e coordenação de uma rede urbana, que se destacam não só pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade), e que estabelecem relações econômicas e sociais com várias outras aglomerações.

Firkowski (2013, p. 27) afirma que "[...] à metrópole estão associados elementos definidores, como seu peso na economia, sua concentração de atividades superiores e conexão a uma rede urbana cada vez mais mundial". No Brasil, a questão metropolitana é complexa, pois, de acordo com Moura, (2014, p. 39, grifo da autora):

Capturada pelo legislador sem o rigor do conceito, a denominação "região metropolitana" foi minimizada e restringida a corresponder a nada mais que uma categoria constitucional de unidade regional a ser criada para gestão de funções públicas de interesse comum. A institucionalização de regiões metropolitanas tornou-se recorrente, muitas vezes limitando-se ao ato formal.

Partindo para a realidade metropolitana no mundo concreto, entendemos que, ao drenar população, as metrópoles surgem como *locus* central de ideias. As ideias impostas como válidas são da classe hegemônica, que atua por meio do Estado. A partir das ações verticalizadas no processo de produção de realidades metropolitanas, Serpa (2012, p. 98)

esclarece que "[...] a metrópole parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar". Assim, as metrópoles atropelam, por meio da violência e da força da penetração do capital no espaço urbano, as histórias territorializadas em núcleos urbanos originais criados em diversos momentos.

Assim, de acordo com Serpa (2012), o enredo da metrópole parece sufocar o enredo dos lugares, pois é produtor e produto de hegemonias e hierarquias realizadas em escala mundial. O enredo da metrópole se insere no contexto de competição entre os lugares do mundo, que visam a inserção no mercado de vantagens comparativas e de produção de mais valias relativas, que sublinham a lei de um desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção. Ainda sobre isso, de acordo com Serpa (2012, p. 98):

[...] parece difícil falar ainda de "lugares" como espaços vividos e da experiência, lugares que, de alguma maneira, subvertam ou questionem as lógicas hegemônicas de produção do espaço urbano nas metrópoles capitalistas. Parece, no entanto, que "lugares" existem e persistem nas "brechas" metropolitanas, sobretudo nas áreas populares das metrópoles.

Abordando a questão da destruição dos referenciais urbanos, Carlos (2007) afirma que isso se dá pela busca incessante do novo, que seria a afirmação do progresso e do moderno, o que transforma a cidade em um instantâneo, onde há a sobreposição das formas urbanas que alteram profundamente sua morfologia, revelando uma paisagem em constante transformação.

Este processo estabelece o desaparecimento das marcas do passado histórico da cidade, o que provoca um estado contínuo de estranhamento pela rapidez com que as formas se alteram. Por conseguinte, há um empobrecimento das relações de vizinhança, pelas vias da mudança da relação dos homens com os objetos que lhe são próximos e do esfacelamento das relações familiares. Citamos o processo causado pelo movimento pendular, abordado anteriormente. Ao se deslocar de sua residência diariamente para um município diferente, os moradores se veem desvinculados com o local de sua moradia: eles se sentem desvinculados por não estarem diariamente naquele local, ou mesmo porque não queriam estar ali.

Essa realidade é sentida em Valparaíso de Goiás, pois os moradores desse município possuem fortes vínculos com o Distrito Federal, seja por trabalho, estudo, lazer dentre outros fatores. Silva (2014, p. 24) afirma que:



[...] o senso de pertencimento dos moradores de Valparaíso de Goiás se dá em relação a Brasília. Este se encontra vinculado às práticas socioespaciais e aos espaços de representação estabelecidos no Distrito Federal. Percebe-se que a identidade social é sempre construída em relação ao contexto no qual se insere. Os moradores de Valparaíso de Goiás aparentemente encontram dificuldades para construir uma identidade arcabouçada no senso de pertencimento a esse município.

Esta lógica pode ser entendida quando consideramos a forte polarização metropolitana. As metrópoles tornam-se pólos centrais que atraem migrantes em busca de trabalho, saúde, educação etc. A respeito do quantitativo populacional característico da realidade metropolitana, Galvão *et al.* (1969, p. 55) afirmam:

O volume de população nela concentrado dá margem a uma grande divisão de trabalho e conseqüentemente a produção de bens e serviços variados, que lhe permitem alcançar uma vasta área de influência, a qual, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de suas funções urbanas pelo mercado que representa.

De acordo com Firkowski (2013, p. 27):

Na atualidade, o processo de globalização, aliado à intensificação da concentração de pessoas nas cidades - não mais predominantemente vindas do campo, mas de outras cidades; portanto, com experiências urbanas já definidas, embora em contextos e escalas diferentes -, à mudança nas atividades econômicas [...] e à emergência do setor financeiro, entre outras características, resulta na maior complexidade de funções características de uma metrópole.

Percebemos, então, que o processo de urbanização promovido no Brasil, na primeira metade do século XX, foi intensificado e assumiu uma nova roupagem na transição deste para o século XXI. Passou a vigorar uma migração urbano-urbano e não mais rural-urbano. Há uma redefinição no cenário das cidades pequenas, médias e grandes; bem como das metrópoles. É nítida a existência de um aparato jurídico desconectado das demandas apresentadas pelo mundo concreto: ele responde mais aos interesses particulares de agentes econômicos e partidos políticos do que as demandas dos cidadãos de um país marcado por realidades urbanas cada vez mais complexas e conflituosas. A seguir, apresentaremos uma pesquisa pautada nas relações travadas entre as cidades.

## 2.1 O REGIC COMO INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES URBANAS

No âmbito da investigação da rede urbana brasileira, uma das mais importantes pesquisas oficiais que aborda a questão é a REGIC – Regiões de Influência das Cidades –. Este estudo está sob a responsabilidade do IBGE e objetiva "subsidiar o planejamento estatal

e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes" (IBGE, 2008, p. 9).

O REGIC 2007 foi o 4º estudo das regiões de influência das cidades brasileiras, os estudos anteriores foram realizados nos anos de 1966, 1978 e 1993, e publicados em 1972, 1987 e 2000 respectivamente. Como marco fundamental, o estudo de 1966, por exemplo, estabeleceu uma Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, com objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras por meio da análise dos fluxos de bens e serviços (IBGE, 2014f). O REGIC de 2007 (publicado em 2008), "descreve fluxos entre cidades brasileiras, identifica a hierarquia entre os centros e dimensiona a abrangência de sua polarização" (IPARDES, 2009, p. 5). As atualizações das pesquisas evidenciam o processo de territorialização de novas tecnologias, bem como com as alterações nas redes técnicas no curso das redefinições das regiões de influência das cidades brasileiras: fator preponderante na primeira década do século XXI, que resultou em modificações marcantes no território brasileiro (IBGE, 2008).

Para a definição da rede urbana brasileira, o REGIC 2007 considerou as relações de subordinação administrativa no setor público federal – para definir a gestão federal – e de localização das sedes e filiais de empresas – para estabelecer a gestão empresarial. Os equipamentos e serviços qualificados pela pesquisa, como capazes de dotar uma cidade de centralidade, repercutindo nas regiões de influência das cidades, foram os seguintes: informações de ligações aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior, diversidade de atividades comerciais e de serviços, oferta de serviços bancários e presença de domínios de Internet (IBGE, 2008).

No REGIC 2007 (IBGE, 2008, p. 11), as **metrópoles** são consideradas "[...] os 12 principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta". O estudo distingue as metrópoles em três subníveis, de acordo com sua extensão territorial e a intensidade das relações. A metodologia do REGIC considera metrópole como a região metropolitana, englobando todos os municípios que fazem parte das regiões metropolitanas citadas, por isso, o quantitativo habitacional é bem superior do que se considerarmos somente a cidade sede da região metropolitana. São Paulo aparece como **grande metrópole nacional**, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, situada no primeiro nível de gestão territorial. Rio de Janeiro e Brasília aparecem como **metrópoles nacionais**, também consideradas de

primeiro nível de gestão territorial<sup>13</sup>, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões respectivamente, em 2007. Em um segundo e terceiro níveis de gestão territorial são destacadas as seguintes **metrópoles**: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com populações que variam de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) (IBGE, 2007).

Ao atualizarmos o quantitativo populacional das regiões metropolitanas consideradas pelo REGIC, a população da Região Metropolitana de São Paulo salta para mais de 21 milhões de habitantes, enquanto a região metropolitana menos populosa é a Região Metropolitana de Belém, com 2.402.437 habitantes (ver Tabela 04).

**Tabela 04 - População estimada das Regiões Metropolitanas do REGIC - 2015**

<b>Região Metropolitana</b>	<b>População estimada</b>	<b>% População total</b>
RM São Paulo	21.090.791	10,3%
RM Rio de Janeiro	12.280.703	6,0%
RM Belo Horizonte	5.829.921	2,9%
RM Porto Alegre	4.258.926	2,1%
RIDE DF e Entorno	4.201.737	2,1%
RM Fortaleza	3.985.295	1,9%
RM Salvador	3.953.288	1,9%
RM Recife	3.914.317	1,9%
RM Curitiba	3.502.790	1,7%
RM Manaus	2.523.901	1,2%
RM Goiânia	2.421.831	1,2%
RM Belém	2.402.437	1,2%
Total Brasil	204.450.649	100%

Fonte: IBGE (2016b)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

Uma realidade metropolitana que merece destaque é a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)<sup>14</sup>, pois apresentou um aumento populacional significativo nos últimos anos: em 2007, ano de realização da pesquisa, a RIDE-DF apresentou 3,2 milhões de habitantes. Sete anos depois, em 2014, a população superou a marca dos 4 milhões de habitantes, representando um crescimento populacional de 25% em relação a 2007. Tal crescimento, em menos de uma década, denuncia a intensa dinâmica presente neste território.

Se considerarmos a população dos municípios sedes das metrópoles apontadas pelo REGIC, a partir dos dados de 2007, ano de realização da pesquisa, a metrópole mais populosa era São Paulo, com 10.886.518 habitantes, e a menos populosa era Goiânia com 1.244.645 habitantes (IBGE, 2015d). Ao atualizarmos esses dados para 2015, vemos que São

<sup>13</sup> Rio de Janeiro e Brasília estão no primeiro nível de gestão territorial juntamente com São Paulo, pois são foco para centros localizados em todo o país (IBGE, 2008).

<sup>14</sup> Trataremos especificamente da RIDE/DF posteriormente.

Paulo ainda continua como a metrópole mais populosa, com 11.967.825 habitantes, e a menos populosa continua a ser Goiânia, com 1.430.697 habitantes (ver Tabela 05).

**Tabela 05 - População estimada das 12 principais metrópoles do Brasil - 2015**

UF	Metrópole	População estimada
SP	São Paulo	11.967.825
RJ	Rio de Janeiro	6.476.631
BA	Salvador	2.921.087
DF	Brasília	2.914.830
CE	Fortaleza	2.591.188
MG	Belo Horizonte	2.502.557
AM	Manaus	2.057.711
PR	Curitiba	1.879.355
PE	Recife	1.617.183
RS	Porto Alegre	1.476.867
PA	Belém	1.439.561
GO	Goiânia	1.430.697

Fonte: IBGE (2016b)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

Contemplando ainda as classificações apresentadas pelo REGIC (2007) para dimensionar as regiões de influência das cidades, temos as capitais regionais. A pesquisa identificou 70 **capitais regionais**, subdivididas em: **Capital Regional A** - 11 cidades, com médias de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos<sup>15</sup>; **Capital Regional B** - 20 cidades, com médias de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e **Capital Regional C** - 39 cidades, com médias de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos. As capitais regionais, assim como as metrópoles, estão situadas no estrato superior da rede urbana. Possuem capacidade de gestão em nível imediatamente inferior ao das metrópoles e sua área de influência está em âmbito regional. Nelas são realizadas conjuntos de atividades citados de maneira expressiva na avaliação dos relacionamentos (IBGE, 2008).

Na classificação do REGIC (2007), em uma posição diretamente inferior as capitais regionais, aparecem os centros sub-regionais. A pesquisa identificou 164 **centros sub-regionais**, divididos em: **Centro sub-regional A** - 85 cidades, com médias de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e **Centro sub-regional B** - 79 cidades, com médias de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos. Os centros sub-regionais são aqueles com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial. A área de atuação desses centros é reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais (IBGE, 2008). No estado de

<sup>15</sup> "O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino" (IBGE, 2008, p. 11).

Goiás, o estudo considera três centros sub-regionais A que são: Anápolis, Rio Verde e Itumbiara.

Em seguida aparecem os **centros de zona**, constituídos por 556 cidades de menor porte, com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. São divididos em: **Centros de zona A** - 192 cidades, com médias de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com 9 cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e **Centro de zona B** - 364 cidades, com médias de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235 cidades, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação (IBGE, 2008).

Por fim, o estudo identificou os **centros locais**: 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, com população predominantemente abaixo de 10 mil habitantes, com médias de 8.133 habitantes (IBGE, 2008).

Devemos ressaltar que o território brasileiro é marcado por uma extrema complexidade, o que dificulta a realização de uma pesquisa com esta natureza, principalmente quando há análises com um nível de profundidade considerável. O estudo do IBGE demonstra um alto padrão de análise, o que suscita ponderações e críticas no que tange ao lugar destinado a inúmeras cidades.

É importante destacar, ainda, que o processo de metropolização foi contemplado por legislações específicas em dois momentos destacados. O primeiro ocorreu no contexto da ditadura militar, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); e o segundo está inserido no texto da Constituição Cidadã, promulgada em 1988. É o que veremos a seguir.

## 2.2 DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO À METROPOLIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: A DÉCADA DE 1970 E O MOVIMENTO PÓS-1988

A análise das realidades manifestadas pelas metrópoles solicitam o entendimento do processo de metropolização. A "metropolização, como um estágio da urbanização, é o processo que confere características metropolitanas ao espaço" (MOURA, 2014, p. 40). De acordo com Firkowski (2013, p. 28), "[...] a metropolização pode ser compreendida como o processo de concentração e urbanização massivas".

O processo de metropolização estabeleceu a necessidade de normas específicas para sua regulação. Para regular as relações metropolitanas temos a Região Metropolitana. Galvão *et al.* (1969) afirmam que o processo de metropolização nada mais é que o próprio processo de urbanização, mas que a partir de certo momento, se torna muito complexo, o que gera graves problemas de integração entre o núcleo central da área e os municípios vizinhos. Decorre daí as demandas por normas direcionadas para a gestão compartilhada de territórios de municípios autônomos, visando a integração de serviços de interesse comum.

De acordo com Moura (2014, p. 41):

[...] a metropolização contemporânea engendra um processo que inclui em espacialidades únicas metrópoles e cidades de diferentes portes de sua região de influência. A percepção desse processo se traduz em uma pluralidade de denominações alusivas à metrópole ou à configuração de arranjos espaciais - categorias mais expressivas deste estágio da metropolização -, posto que as novas formas e os novos conteúdos da cidade e da aglomeração são objetos recorrentes nas análises da reconfiguração territorial.

Na metrópole, o crescimento desordenado promove uma série de problemas. Em muitos centros dinâmicos, congestionamentos, poluição, falta de água ou de espaço (GALVÃO *et al.*, 1969) estão presentes. Por esta razão, o Estado deve intervir nos processos de planejamento e gestão destes espaços urbanos.

De acordo com Firkowski (2013, p. 33, grifos da autora):

O refinamento analítico pode ser observado quando são propostos dois recortes espaciais distintos ou duas escalas de análise: a *área* e a *região* metropolitana; a primeira definida como a área efetivamente metropolitana e a segunda, como a área que poderia se tornar metropolitana a médio prazo - cerca de uma ou duas décadas. Portanto, neste recorte estariam incluídos municípios ainda não tão expressivos ou mesmo sem uma real dinâmica metropolitana, mas que, à luz da perspectiva do planejamento, deveriam ser considerados. Assim, explicita-se não apenas a preocupação com o presente mas também com o futuro, razão de ser de qualquer ação de planejamento.

Para Galvão *et al.* (1969, p. 55-56), uma área metropolitana:

[...] seria um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota.

De acordo com Firkowski (2013, p. 38), a compreensão institucional de região metropolitana é "definida por força de leis estaduais, relacionadas aos interesses políticos, por

vezes, motivadas pela necessidade de ordenamento do território na escala regional e cuja cidade-polo não é necessariamente uma metrópole".

Moura (2014, p. 47) afirma que:

[...] o processo de metropolização vem provocando diferentes arranjos, acentuando, densificando e expandindo aglomerações em território brasileiro. Mais compactos ou mais dispersos, polarizados por metrópoles ou outras classes de centros, tais arranjos carecem de um ordenamento específico, que não se resume à institucionalização de uma unidade regional - particularmente nos termos constitucionais - mas a um amplo conjunto de instrumentos e políticas, apoiado em mecanismos de participação e controle democráticos e em consonância com uma estratégia nacional de ordenamento do território e desenvolvimento regional.

No Brasil, vigora um distanciamento entre a realidade manifestada territorialmente e as normas criadas para viabilizar o planejamento e a gestão do processo de metropolização. De acordo com Firkowski (2013, p. 35):

A limitada visão de médio e longo prazo, a hibernação do planejamento no país e a ausência de uma coordenação nacional do processo resultaram na perda de uma visão nacional para a questão das regiões metropolitanas, resultando em que a compreensão da espacialidade do processo de metropolização no Brasil passasse a não poder ser capturada pelo recorte "região metropolitana". Isto porque nem todas as unidades institucionalizadas enquanto "região metropolitana" decorrem efetivamente do processo de metropolização. Assim, no Brasil, parte das regiões metropolitanas se aproxima mais de um recorte regional convencional, sem qualquer evidência de características metropolitanas, resultando no divórcio entre metropolização e região metropolitana, bem como em seus respectivos processos constitutivos.

No Brasil, a maioria das Regiões Metropolitanas reúnem municípios de um mesmo estado, mas também há processos envolvendo Regiões Metropolitanas com municípios de estados diferentes. A Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) é um conceito jurídico elaborado para possibilitar a regulação de Regiões Metropolitanas constituídas por municípios de mais de uma Unidade Federativa. As demandas pela criação das RIDEs serão abordadas no próximo tópico.

### 2.3 A CRIAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO JURÍDICO PARA A GESTÃO DOS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO: AS RIDEs

De acordo com Barreira e Borges (2013), a primeira região metropolitana institucionalizada do Centro-Oeste foi a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), em 1998. No ano seguinte, foi institucionalizada, pela

Assembleia Legislativa do estado de Goiás, a Região Metropolitana de Goiânia (LCE nº 27/1999). A terceira Região Metropolitana da Região Centro-Oeste foi a do Vale do Rio Cuiabá/Mato Grosso (LCE nº 359/2009).

A realidade territorializada que primeiro suscitou a constituição de uma RIDE foi produzida a partir da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Isto porque o Distrito Federal interiorizado promoveu o deslocamento de migrantes para o Planalto Central brasileiro. A partir de então, um processo de metropolização foi deflagrado. Neste contexto, é interessante destacar que a RIDE/DF foi a primeira região metropolitana institucionalizada no Centro-Oeste, o que demonstra que a capital federal alterou severamente o território goiano.

O município de Valparaíso de Goiás (GO) está inserido no processo de metropolização promovido a partir da transferência da capital federal: ele é um dos municípios goianos que compõem a RIDE-DF. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional (2014a), as Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs – foram criadas para estabelecer redes de cooperação, por envolver municípios de mais de uma Unidade da Federação.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve uma descentralização no que se refere a criação e gestão das Regiões Metropolitanas, que passaram a ser produto de legislação estadual. Contudo, a RIDE é uma figura jurídica vinculada a legislação federal, por tratar de realidades em que o processo de metropolização avança para territórios de mais de uma Unidade Federativa, com o intuito de reduzir as desigualdades regionais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a).

As RIDEs têm como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento e assim, acabam conseguindo prioridade no recebimento de recursos públicos destinados à promoção de iniciativas e investimentos que reduzam as desigualdades sociais e estejam de acordo com o interesse local consensuado entre os entes participantes; esse consenso é fundamental, pois a criação de uma RIDE envolve a negociação prévia entre os estados envolvidos sobre questões como os limites e municípios da região, os instrumentos necessários, os objetivos e a adequação às necessidades específicas de gestão (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a).

Os recursos públicos destinados às RIDEs contemplam: sistema viário, transporte; serviços públicos comuns; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico; uso, parcelamento e ocupação do solo; proteção ao meio ambiente; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção



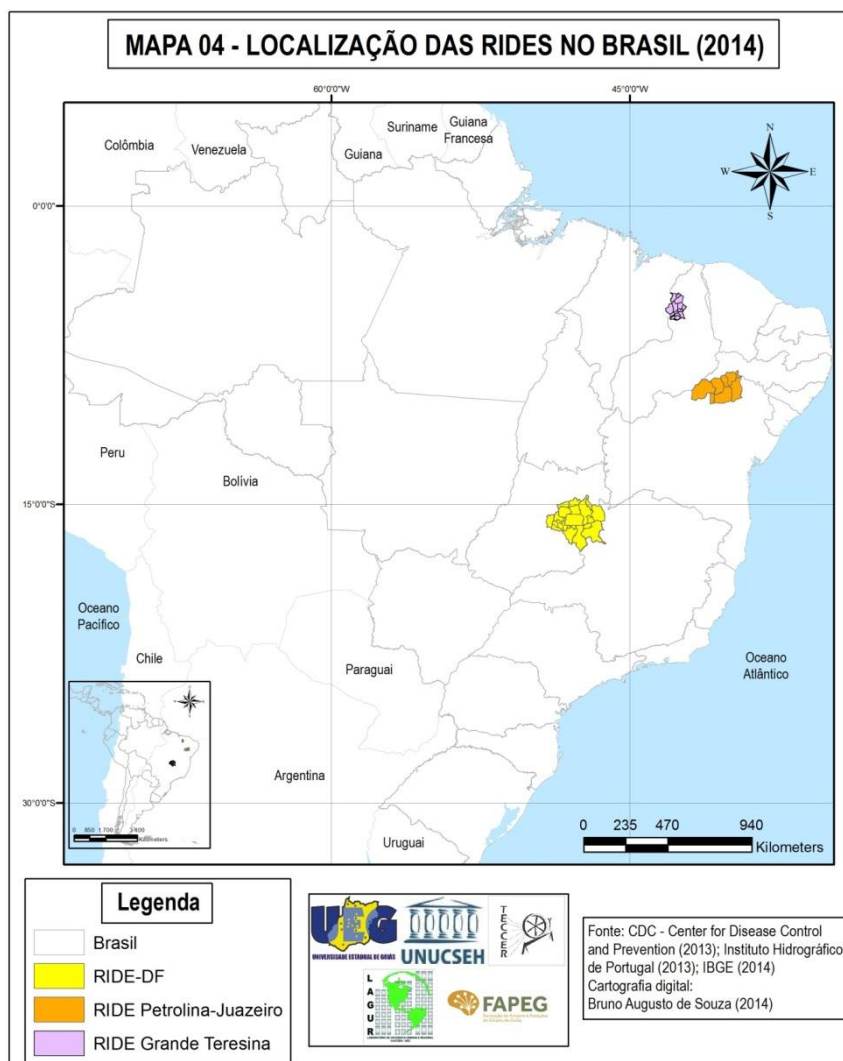
agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate a causas de pobreza e fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo e segurança pública (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a).

A criação das RIDEs deriva das demandas por uma gestão do território mais suscetível a acordos para reduzir as desigualdades regionais e melhorar a condição de vida dos habitantes. Mas, até o momento, o que impera é uma distância entre o discurso justificador do novo conceito jurídico e as realidades territorializadas. Na RIDE/DF, os municípios que compõem o entorno imediato, nada mais são que cidades-dormitório. De acordo com Ojima, Pereira e Silva (2008, p. 1-2, grifos dos autores):

[...] o termo "cidade-dormitório" se vinculou aos processos de marginalização e periferização da pobreza nos contextos metropolitanos, especialmente a partir de análises na Região Metropolitana de São Paulo ao longo das décadas de maior crescimento econômico e populacional dessa região. Conseqüentemente, o termo passou a ser empregado em um sentido pejorativo em diversos contextos regionais [...].

Os governos locais tendem a se proteger do rótulo de ser uma "cidade-dormitório" devido à carga ideológica negativa que permeia essa denominação, principalmente quando se trata de municípios onde parte significativa do crescimento populacional está relacionada à chegada de pessoas de maior poder aquisitivo que vão residir em municípios mais distantes do seu local de trabalho em busca de amenidades como: melhor qualidade ambiental, fuga da violência, etc. Surge, portanto, um novo cenário no qual o termo "cidade-dormitório" necessita ser melhor detalhado. Assim, compreender em escala regional o papel dos deslocamentos populacionais cotidianos (entre o local de residência e de trabalho e/ou estudo) traz novos contornos para se pensar o que se poderia chamar de cidade-dormitório.

No Brasil existem três RIDEs (ver Mapa 04): a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF); Região Integrada de Desenvolvimento-RIDE Petrolina-Juazeiro; e Região Integrada de Desenvolvimento-RIDE Grande Teresina.



A RIDE-DF foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000. É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014b). A motivação política para a criação da RIDE-DF teve por pano de fundo a preservação da capital federal, como centro administrativo do país e Patrimônio Cultural da Humanidade. A fragilidade social dos municípios do entorno do Distrito Federal deixa a População Economicamente Ativa (PEA) à margem do mercado de trabalho. Enquanto o Distrito Federal apresenta alta concentração de emprego e renda, os municípios de

seu entorno apresentam baixíssimo desempenho econômico, social, tecnológico e fiscal (AZEVEDO; ALVES, 2010).

De acordo com Azevedo e Alves (2010, p. 94):

Somam mais de 30 anos da existência de programas e ações sobre a região geoeconômica de Brasília e os 12 anos de criação da RIDE não foram suficientes para encontrar uma forma de gestão que pudesse desenvolver economicamente a região. Sem institucionalidade adequada e base de financiamento compatível, esse território é encarado mais como uma fonte de problemas para o Distrito Federal do que de potencial desenvolvimento integrado ao DF.

A RIDE Petrolina-Juazeiro foi criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 09 de setembro de 2002. É constituída pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014c). Azevedo e Alves (2010, p. 98) afirmam que:

O reconhecimento do potencial econômico diferenciado da região e a intenção de transformá-lo numa região auto-sustentável que atenuasse as migrações comuns de grandes contingentes populacionais rumo à região sudeste e ao litoral nordestino fizeram com que, ainda em 1999, se apresentasse solicitação de apoio ao Ministério da Indústria e Comércio, para a criação da RIDE do Pólo Petrolina-Juazeiro. [...] a RIDE do Pólo Petrolina-Juazeiro se propôs a articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos estados e dos municípios integrantes para a promoção de ações que visassem a dinamização econômica e provisão de infraestruturas.

A RIDE Grande Teresina foi criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.367, de 09 de setembro de 2002. É constituída pelos municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco, União e Teresina, além do município de Timon, no Estado do Maranhão (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014d). Teresina é um centro político e de serviços, pois se situa na confluência dos eixos de circulação que ligam Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE) a Belém (PA). Caracteriza-se como um centro regional de atividades econômicas e de serviços, especialmente no setor de saúde, atraindo população do Maranhão, Tocantins e Pará (LIMA, 2006).

Como exposto anteriormente, a presente pesquisa está centrada na RIDE-DF, especificamente no município de Valparaíso de Goiás. A seguir, destacaremos alguns aspectos da RIDE-DF.

### 2.3.1 A RIDE-DF

A preocupação institucional com o processo de metropolização decorrente da transferência da capital federal, para o interior do país, antecede a criação da RIDE-DF. De acordo com Caiado (2002, p. 123, grifo da autora):

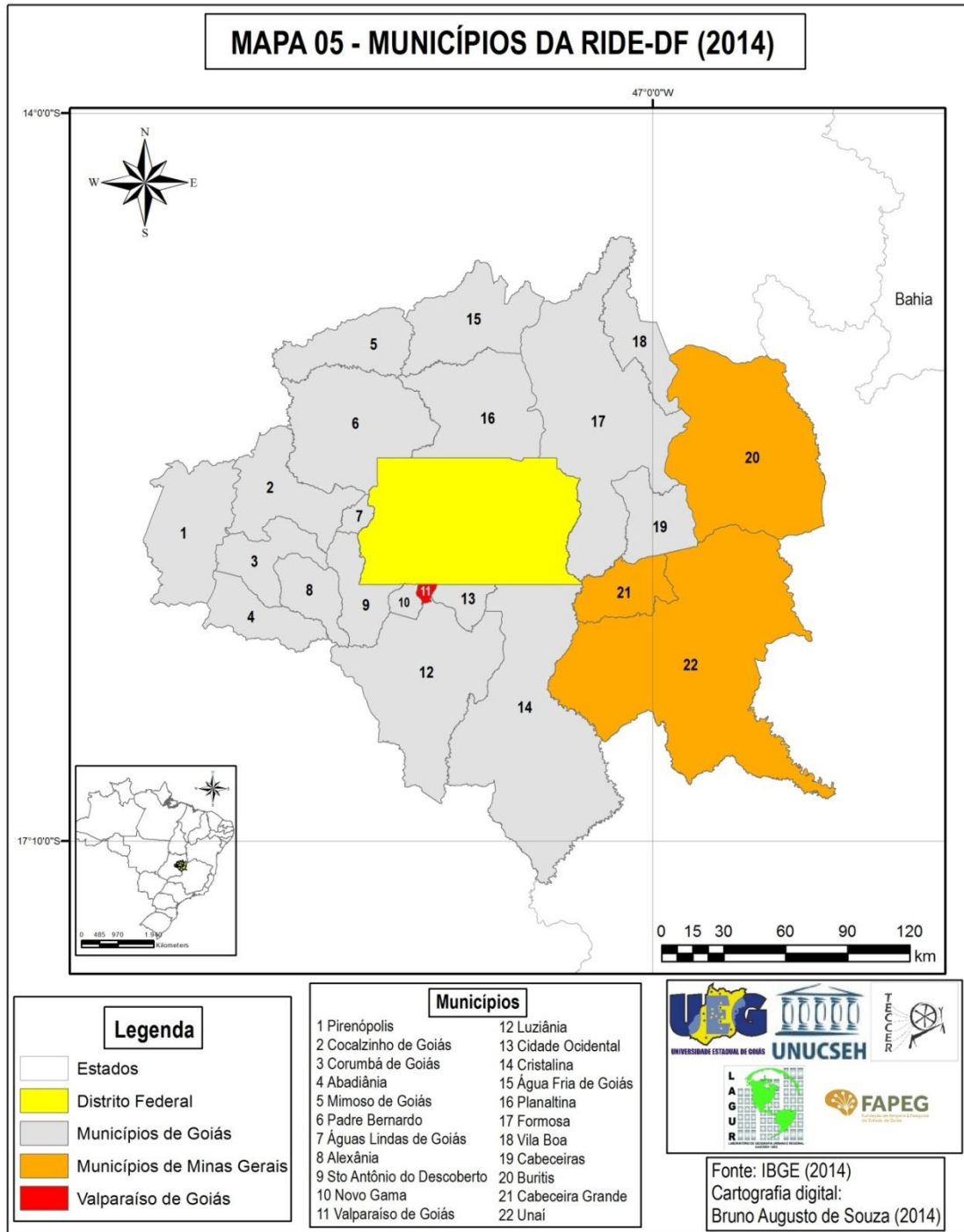
A preocupação com a institucionalização e delimitação da área de influência direta do Distrito Federal surge na década de 70, durante o período de consolidação da capital do país, quando ocorre o fenômeno da aceleração do crescimento espacial e demográfico dos municípios limítrofes ao quadrilátero do Distrito Federal, marcando assim o surgimento da chamada "região do entorno".

A partir de 1975, com a criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, foram criadas diferentes delimitações e diferentes instituições com o objetivo de desenvolver e gerenciar esta região, sempre envolvendo três unidades da Federação: Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

A RIDE-DF é uma região sob influência de Brasília (ver Mapa 05), “inspirada” nas regiões metropolitanas. Mas essa região diferencia-se de outras regiões metropolitanas do país. No caso da centralidade exercida por Brasília, vigora a influência do controle maior do solo. Os espaços periféricos da RIDE-DF cumprem uma função residencial, no contexto de uma lógica segregadora. De acordo com Caiado (2002, p. 124):

Os municípios que compõem a RIDE apresentam perfis bastante diferenciados no que se refere à centralidade, capacidade de atração e retenção de população, e conseqüentemente, às taxas de crescimento populacional. Os municípios com maiores taxas de crescimento populacional, níveis de centralidade, maiores volumes de migração líquida e maiores densidades habitacionais são os que se localizam no entorno mais imediato, principalmente na denominada periferia sul do quadrilátero. Esses municípios, na grande maioria originários dos desmembramentos de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, têm o seu crescimento condicionado ao processo de expansão da mancha urbana do DF.

O município de Valparaíso de Goiás faz divisa com o Distrito Federal ao norte de seu território; Cidade Ocidental, a leste; Novo Gama, a oeste; e Luziânia (município que deu origem a Valparaíso de Goiás) a sul (ver Mapa 05).

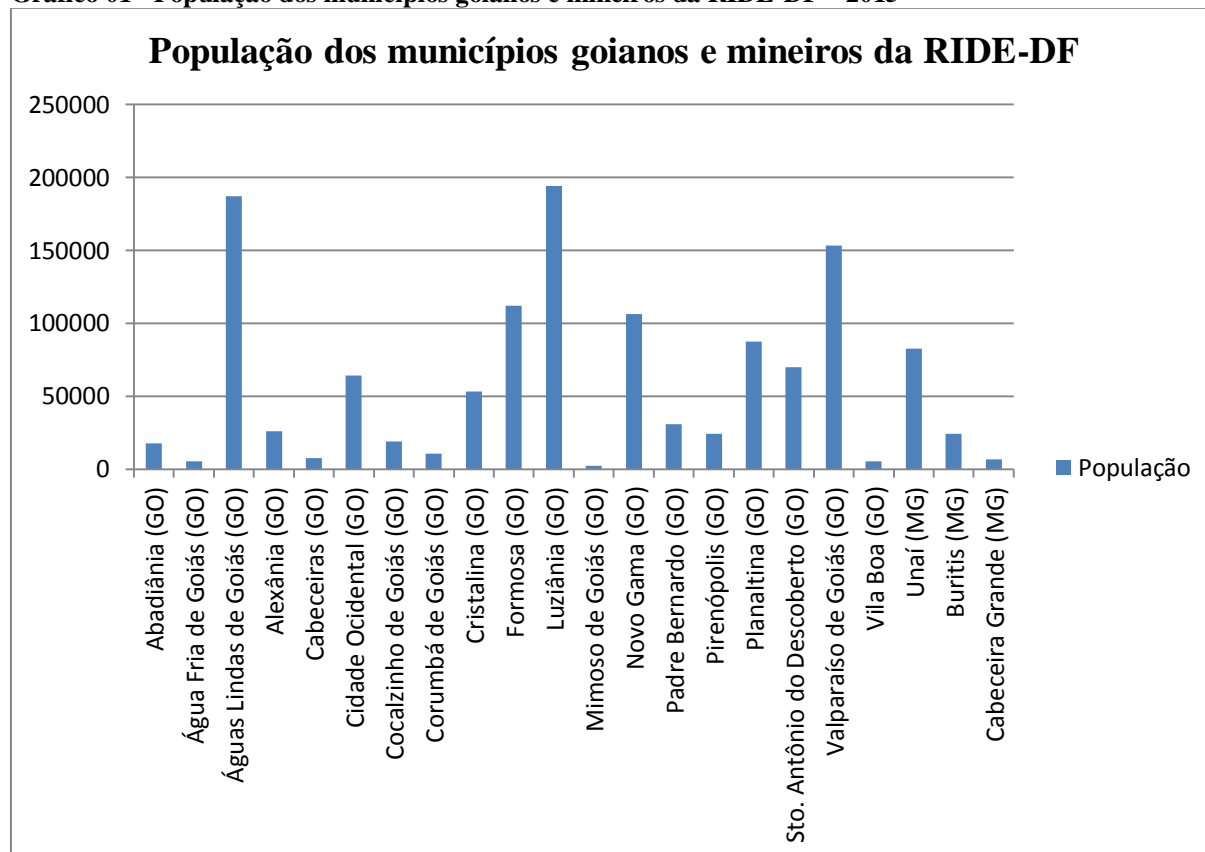


A impossibilidade de acesso ao solo urbano em Brasília, no final da década de 1970 e início da década de 1980, além das altas taxas de crescimento populacional, fizeram com que ocorresse parcelamentos no solo urbano nos municípios limítrofes à capital federal. No período 1970/1980, o município de Luziânia apresentou taxa de crescimento populacional acima de 9% ao ano.

De acordo com dados das estimativas de 2015, do IBGE (2016a), o Distrito Federal possui 2.914.830 habitantes. O município goiano na RIDE-DF com maior

quantitativo de habitantes é Luziânia, com 194.039 habitantes. Águas Lindas de Goiás é o 2º maior município goiano em população na RIDE-DF, com 187.072 habitantes. Já Valparaíso de Goiás, com 153.255 habitantes, é o 3º município da RIDE-DF com maior quantitativo populacional. Em relação aos municípios mineiros da RIDE-DF, o que mais se destaca é Unaí, com 82.887 habitantes (ver Gráfico 01):

**Gráfico 01 - População dos municípios goianos e mineiros da RIDE-DF – 2015**



Fonte: IBGE (2016a)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

De acordo com Mello (2009, p. 187):

[...] a seguinte realidade foi forjada: uma nova cidade-capital repleta de investimentos se viu cercada por municípios que possuíam em comum a sua descaracterização econômica e a falta de perspectivas para o seu desenvolvimento. Outro elemento que passou a aproximar os municípios do entorno de Brasília foi a grande fragmentação de seus territórios, seja no parcelamento do solo para a formação de loteamentos e conjuntos habitacionais, seja no desmembramento para a formação de outros municípios.

O gráfico 01 demonstra que a RIDE-DF possui municípios com diferentes características demográficas. Os mais populosos quase chegam a 200.000 habitantes - casos

de Águas Lindas de Goiás e Luziânia; por outro lado, há na Região oito municípios com menos de 20.000 habitantes.

No próximo capítulo, destacamos a criação do município de Valparaíso de Goiás, abordando o crescimento populacional e a distribuição das atividades exercidas por seus habitantes.

## **CAPÍTULO 03**

### **3 VALPARAÍSO DE GOIÁS NO CONTEXTO DA RIDE-DF E OS REGISTROS DE UMA DESARTICULAÇÃO METROPOLITANA**

#### **3.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS**

O primeiro loteamento aberto no território que hoje abriga o município de Valparaíso de Goiás foi implantado em 1959. O empreendimento recebeu o nome de Parque São Bernardo e, atualmente, é um dos bairros da cidade. A data de implantação do empreendimento evidencia que sua criação ocorreu simultaneamente a construção de Brasília. Na ocasião, a região recebeu grande número de migrantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, 2014).

Mello (1999) e Silva (2012) afirmam que o Parque São Bernardo, conhecido também como Parque da Divisa, surgiu a partir da transferência de prostíbulos do Distrito Federal para Goiás. Em um momento próximo à inauguração da cidade-capital da república, as prostitutas foram expulsas de Brasília.

Com a proximidade do fim das obras de construção a dita Cidade Livre deveria ser "higienizada". Ou seja, as prostitutas, antes bem-vindas, tornaram-se um estorvo no contexto da nova capital. Pela proximidade com Brasília e consequentemente com a Cidade Livre, o bairro de Luziânia Parque São Bernardo é escolhido para ser o "depósito" onde as "mulheres de vida fácil" se estabeleceriam [...]. E as prostitutas se tornam exemplos de migração forçada (SILVA, 2012, p. 67, grifos do autor).

Outra importante ação no processo de formação de Valparaíso de Goiás ocorreu em 19 de abril de 1979, quando o prefeito de Luziânia, Walter José Rodrigues, inaugurou o Núcleo Habitacional Valparaíso I. Na época, o mais novo Núcleo Habitacional de Luziânia possuía 864 casas, uma escola estadual e um prédio que abrigou a administração local. O Núcleo Residencial, construído pela Encol, começou com muitos problemas: não havia comércio, a falta de água era frequente e só havia transporte coletivo na BR-040 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, 2014).

No dia 2 de maio de 1980, por meio do Decreto-Lei nº 972, foi instituído e oficializado o dia 19 de abril para comemorar o aniversário da fundação do Núcleo Habitacional Valparaíso, que já contava com um posto telefônico, uma agência de Correios e Telégrafos, um escritório de contabilidade e 11 lojas comerciais. O conjunto habitacional



ainda possuía uma escola estadual e duas escolas particulares, atualmente extintas (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, 2014).

O Núcleo Habitacional foi desmembrado do município de Luziânia e elevado à categoria de município, com a denominação de Valparaíso de Goiás, pela lei estadual nº 12.667, de 18 de julho de 1995 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, 2014).

O território que hoje abriga o município de Valparaíso de Goiás era uma área rural, composta por fazendas cujas atividades estavam voltadas à pecuária extensiva. Por conta da inauguração de Brasília, as fazendas foram fracionadas em chácaras que serviam para o lazer dos moradores da capital federal (MELLO, 1999, 2009; SILVA, 2012; SILVA, 2014; VIEIRA, 2014).

A pressão por moradia, no processo de consolidação de Brasília, fez com que as chácaras fossem fracionadas para a construção de moradias voltadas para a população de baixa renda. Diante da impossibilidade de fixar residência no Distrito Federal, um expressivo contingente populacional foi segregado para além dos limites da capital federal (SILVA, 2012).

Valparaíso de Goiás foi considerado ideal pelos promotores imobiliários, por apresentar vantagens comparativas. De acordo com Silva (2012, p. 70), "área de relevo relativamente plano com eletrificação rural. Localização nas proximidades da BR-040, que orientou e orienta a urbanização. Facilidade para a mobilidade até o Plano Piloto de Brasília". É importante ressaltar que estes argumentos foram elaborados por especuladores imobiliários.

É importante destacar que "a facilidade de mobilidade para o Plano Piloto de Brasília" é ilusória. A precariedade apresentada pelo serviço de transporte público dificulta o deslocamento para Brasília. Outro fator relevante é a relação inversamente proporcional estabelecida entre a grande pressão por serviços públicos e os pequenos investimentos nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

A grande deficiência na oferta de serviços fundamentais para a população faz com que a população deste município goiano recorra aos serviços oferecidos no Distrito Federal. Partindo desta realidade, Silva (2012, p. 109) afirma que:

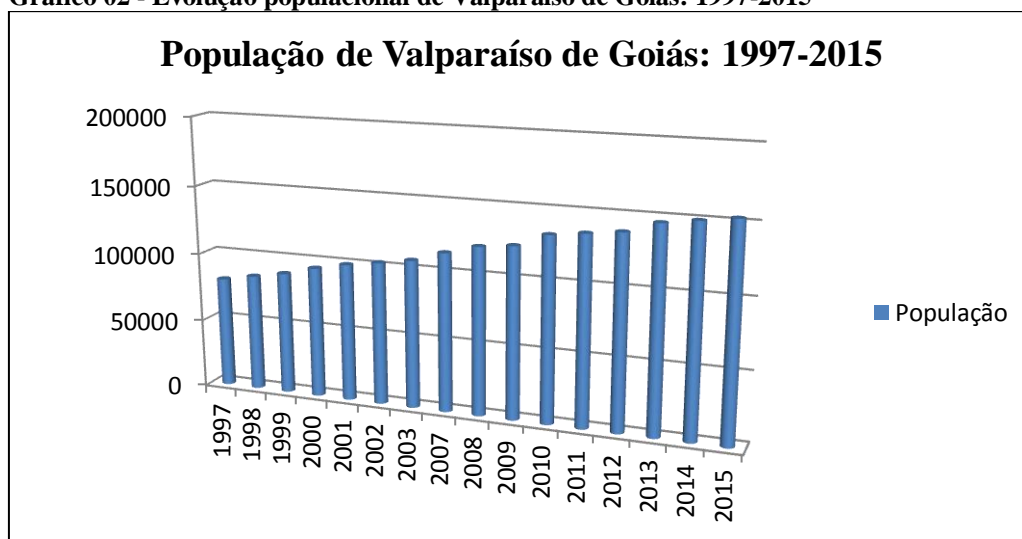
[...] os migrantes que formaram o município e que, até hoje [...] possuem relações institucionais com Goiás e relações sociais e funcionais com Brasília. Essa interescalaridade redonda numa ambiguidade territorial. Que por sua vez culmina na construção da identidade territorial de Valparaíso de Goiás. Pulverizada recorrentemente pela cultura dos sempre chegantes.

No próximo tópico realizamos uma análise do município de Valparaíso de Goiás, enfatizando as questões do crescimento populacional e do movimento pendular.

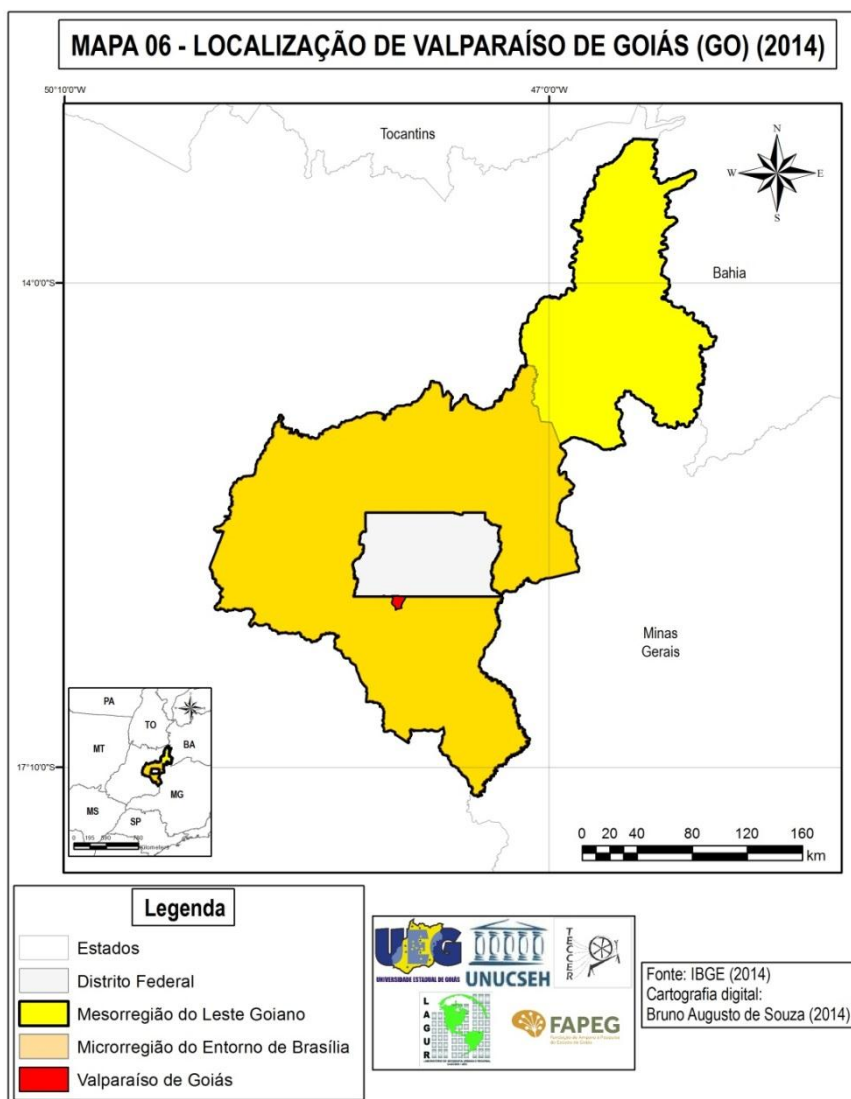
### 3.2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E GEOGRÁFICA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Além de compor a RIDE-DF, como visto anteriormente, Valparaíso de Goiás está na mesorregião do Leste Goiano e na microrregião do Entorno de Brasília (ver Mapa 06). No Censo de 2000, do IBGE, o município de Valparaíso de Goiás possuía 94.856 habitantes. Já no Censo de 2010, a população atingiu a marca de 132.982 habitantes (IBGE, 2014h). As estimativas mais recentes do IBGE, de 2015 (IBGE, 2016a), indicam que o município possui atualmente 153.255 habitantes (ver Gráfico 02).

**Gráfico 02 - Evolução populacional de Valparaíso de Goiás: 1997-2015**



Fonte: IBGE - Estimativas da população de 1997-1999, 2001-2003, 2008-2009 e de 2011-2015, Censos demográficos de 2000 e 2010, e Contagem da população de 2007 (IBGE, 2014h; 2015d; 2016a); Ipeadata (2014)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)



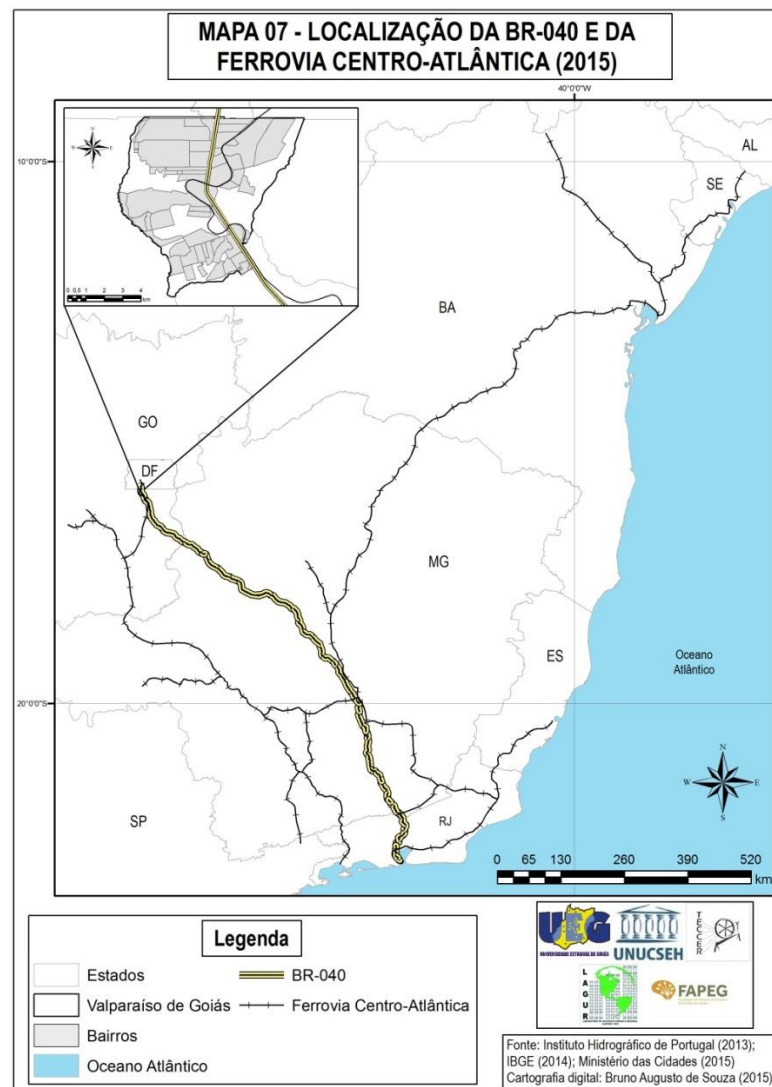
O município possui uma área de 61,41 km<sup>2</sup>. Em 2010, Valparaíso apresentou uma expressiva densidade demográfica de 2.165,48 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2014a). Como o número de habitantes aumentou em 2015, o município possui hoje 2.495,60 habitantes por km<sup>2</sup>.

Segundo Silva (2012), Valparaíso de Goiás não possui zona rural e é o terceiro menor município do estado de Goiás<sup>16</sup>. De acordo com dados do Censo do IBGE (IBGE, 2014a), em 2010, 33.438 pessoas, com 10 anos ou mais de idade, residiam em Valparaíso de Goiás, mas trabalhavam em outro município; enquanto que 28.449 pessoas residiam e trabalhavam no município de Valparaíso de Goiás. Ou seja, do total de 61.887 habitantes do município, com 10 ou mais anos de idade que trabalhavam, mais de 54% desenvolviam suas

<sup>16</sup> O menor município goiano em extensão territorial é Anhangüera com 56,95 km<sup>2</sup>; o segundo menor município goiano em extensão é Palmelo com 58,95 km<sup>2</sup>; e o 3º é Valparaíso de Goiás com 61,41 km<sup>2</sup> (IBGE, 2014a).

atividades profissionais fora de Valparaíso de Goiás. Este dado justifica o elevado fluxo de pessoas que se deslocam diariamente para o Distrito Federal pela BR-040.

O município de Valparaíso de Goiás é cortado pela BR-040, que liga o Distrito Federal à região sudeste do país (ver Mapa 07). Essa rodovia tem seu ponto inicial no Distrito Federal e passa por Goiás, Minas Gerais e tem como destino final o Rio de Janeiro. Outro elemento importante é a presença da Ferrovia Centro-Atlântica. Ela cruza o referido município, saindo do entroncamento de Leopoldo de Bulhões (GO), passando por Luziânia, até a Rodoferroviária de Brasília (SILVA, 2012). A ferrovia liga o Distrito Federal com as regiões Sudeste e Nordeste (ver Mapa 07).



A principal via de acesso à Brasília é a BR-040. A rodovia apresenta intenso fluxo de veículos, evidenciando, de acordo com Silva (2012, p. 76), "[...] o caráter conurbado e conflituoso característico da vida nervosa da metrópole".

Com relação a economia do município de Valparaíso de Goiás, Silva (2012, p. 41) afirma que ela "estrutura-se em torno do setor terciário, na construção civil e com tendência ao setor moveleiro. A ausência de uma economia embasada no setor primário se justifica em função da inexistência de área rural neste município". O Censo de 2010, do IBGE, dividiu em 22 seções as atividades exercidas pela população. Seguindo os critérios do IBGE, verificamos como a população de Valparaíso de Goiás está distribuída nestas seções de atividades (ver Tabela 06):

**Tabela 06 - Seção de atividade do trabalho principal dos moradores de Valparaíso de Goiás: 2010**

<b>Atividade</b>	<b>Pessoas</b>	<b>%</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	648	1,03
Indústrias extrativas	30	0,04
Indústrias de transformação	3.556	5,69
Eletricidade e gás	117	0,18
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	324	0,51
Construção	7.110	11,3
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10.722	17,1
Transporte, armazenagem e correio	2.284	3,65
Alojamento e alimentação	3.367	5,39
Informação e comunicação	1.158	1,85
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	990	1,58
Atividades imobiliárias	706	1,13
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.525	2,44
Atividades administrativas e serviços complementares	3.916	6,27
Administração pública, defesa e seguridade social	5.159	8,26
Educação	3.521	5,63
Saúde humana e serviços sociais	2.337	3,74
Artes, cultura, esporte e recreação	487	0,77
Outras atividades de serviços	2.170	3,47
Serviços domésticos	6.255	10,01
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	75	0,12
Atividades mal especificadas	5.984	9,58
<b>Total</b>	<b>62.441</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2015d)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2015)

De acordo com a Tabela 06, a atividade econômica que apresenta maior expressão entre os moradores de Valparaíso de Goiás é a de comércio e reparação de veículos automotores/motocicletas, com 17,1% do total da população. Em seguida aparece a Construção, com 11,3% do total da população. Na 3ª posição estão relacionados os Serviços domésticos, com 10,01%. A construção civil aparece de maneira destacada, devido a construção dos inúmeros empreendimentos imobiliários na RIDE-DF. Os serviços domésticos também se apresentam de maneira expressiva, pois a proximidade com o Distrito Federal faz com que a população de Valparaíso de Goiás trabalhe em domicílios desta unidade federativa.

No próximo tópico analisamos a questão do déficit habitacional presente no município, em 2000 e em 2010. A partir de um aprofundamento da questão habitacional, verificamos as repercussões de Programas como o Programa Crédito Solidário e o Minha Casa, Minha Vida no município.

### 3.3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL E ANÁLISE DO DÉFICIT HABITACIONAL EM VALPARAÍSO DE GOIÁS

Para analisar o déficit habitacional de Valparaíso de Goiás, utilizamos os conceitos, assim como os *softwares*, da Fundação João Pinheiro<sup>17</sup>, que considera as seguintes variáveis na composição deste índice: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel, dentre outras. Tais variáveis consideraram os dados dos Censos de 2000 e de 2010 do IBGE.

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas, em razão da precariedade das construções; incluindo, ainda, a necessidade de incremento de estoque, em função da coabitação familiar forçada: caracterizada por famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar, mas são impedidas por questões vinculadas a renda, redundando em uma grande densidade em casas e apartamentos alugados. O conceito de déficit habitacional considera, também, a moradia em edificações com fins não residenciais (FJP, 2013); ou seja, o déficit habitacional pode ser entendido como: déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (FJP, 2013).

Os domicílios rústicos se enquadram no déficit por reposição de estoque. Tradicionalmente, utilizando o conceito do IBGE, os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças (FJP, 2013).

A depreciação de domicílios se enquadra no déficit por reposição, uma vez que há o pressuposto de um limite para a vida útil de um imóvel. A partir de tal limite, dependendo da conservação do imóvel, sua substituição completa será inevitável. Entretanto, há um

---

<sup>17</sup> A Fundação João Pinheiro foi criada em 1969, é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Suas atividades abrangem estudos para conhecimento da realidade econômica e social, assim como de: planejamento regional, municipal e metropolitano; elaboração de projetos e estratégias de desenvolvimento setorial e regional; proposição, análise e avaliação de políticas públicas; apoio ao desenvolvimento organizacional e institucional público e privado; dentre outros (FJP, 2016).

percentual de imóveis antigos que, por terem passado regularmente por manutenção e reformas, exigem apenas reparos na estrutura física. Eles são classificados como domicílios inadequados e não são considerados déficit (FJP, 2013).

O déficit por incremento de estoque contempla os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que famílias com renda familiar de até três salários mínimos pagam 30% ou mais da sua renda para o locador (FJP, 2013). Na condição de indicador, o déficit habitacional deve orientar as ações dos agentes públicos responsáveis pela elaboração de programas capazes de suprir as demandas habitacionais (NETO, FURTADO e KRAUSE, 2013, p. 2).

De acordo com a metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), o déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano; e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores.

A forma de cálculo garante que não haja uma dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios em que uma ou mais famílias se enquadrem na condição de conviventes secundárias. De acordo com tal metodologia, Valparaíso de Goiás possuía, em 2000, 3.048 domicílios de déficit habitacional, correspondendo a 12,42% do total de domicílios no período (total de 24.539 domicílios). Em 2010, o total era de 6.103 domicílios de déficit habitacional, que correspondia a 15,49% (total de 39.379 domicílios); ou seja, o déficit habitacional teve um acréscimo de mais de 3% em uma década.

Ao segmentar os dados de déficit habitacional de 2010, do município de Valparaíso de Goiás, confirmamos que a faixa de renda com maior déficit habitacional era a faixa com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, correspondendo a 3.617 domicílios (59,26% do total deficitário). A faixa sem rendimento correspondia a 631 domicílios de déficit habitacional (10,33% do total deficitário). A faixa de renda com 3 a 6 salários mínimos, compreendia 855 domicílios de déficit habitacional (14% do total deficitário). A faixa de 6 a 10 salários mínimos, correspondia a 725 domicílios de déficit habitacional (11,87% do total deficitário). E a faixa de rendimento com 10 ou mais salários mínimos, correspondia a 275 domicílios em déficit (4,50% do total deficitário).

Neste contexto, é interessante destacar que o Programa Minha Casa, Minha Vida, não financiou sequer uma unidade habitacional vinculada a faixa 1 em Valparaíso de Goiás.

Esta faixa é justamente a que concentra o maior déficit habitacional no município, 59,26%, formada pela população com renda entre 0 e 3 salários mínimos.

Devemos ressaltar, ainda, que a necessidade da população de baixa renda adquirir moradia no Brasil - por meio de programas habitacionais – é produto da concentração de terras e da renda presente no país. Maricato (2003b, p. 151) afirma que:

O processo de urbanização brasileiro deu-se praticamente, no século XX. No entanto, [...] o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.

As políticas habitacionais no Brasil, assim como as constituições das regiões metropolitanas, não são pautadas no bem estar da população de baixa renda. O que vigora é a "aplicação da lei para manutenção de poder concentrado e privilégios, nas cidades, refletindo e ao mesmo tempo promovendo, a desigualdade social no território urbano" (MARICATO, 2003b, p. 151).

De acordo com Maricato (2001, p. 20-21):

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos.

[...] Infelizmente o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra via instituição da função social da propriedade. Essa era a proposta da reforma urbana preconizada pelos arquitetos no Congresso do IAB de 1963. A atividade produtiva imobiliária nas cidades brasileiras não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. Para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades o mercado não se abriu. O acesso das classes médias e altas foi priorizado.

A constituição dos programas habitacionais no país não resolveu os problemas da população desprovida de recursos econômicos. Maricato (2001, p. 25) afirma que "é preciso considerar ainda que as periferias das metrópoles cresceram mais do que os núcleos centrais, o que implica em um aumento relativo das regiões pobres".

No contexto de repercussão da questão habitacional, podemos realizar uma cronologia até chegar na regulamentação do Estatuto da Cidade em 2001. De acordo com Maricato (2001, p. 97):

Em 1963, foi realizado o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana [...]. O contexto histórico era de intensa mobilização da sociedade civil e de debates das



grandes reformas sociais nacionais: agrária, da saúde, da educação, da cultura entre outras. Debatia-se a tecnologia mais adequada aos recursos nacionais e às necessidades sociais. Aparentemente, estava dada a oportunidade de construir um caminho emancipador para uma sociedade formada sob a dominação externa. Apenas 50% da sociedade era urbana e a vida nas cidades era agradável, mas as capitais já forneciam amostras, por meio das favelas e periferias existentes então, do que viria a ser o futuro, caso não houvesse uma mudança na rota do crescimento com desigualdade.

Contudo, o contexto político nacional mudou radicalmente em 1964, quando ocorreu o golpe militar no Brasil. A partir de então, foi orquestrada uma reversão das propostas das reformas de base que se encontravam em curso (MARICATO, 2001). O regime ditatorial criou o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). De acordo com Maricato (2001, p. 98):

Em 1967, as fontes de financiamento da política habitacional e urbana, em especial do saneamento básico, passaram a alimentar um forte movimento de construção nas cidades. Ele se estenderia até a passagem dos anos 70 para os 80, quando a crise do petróleo e a reestruturação produtiva internacional causaram significativo impacto na economia brasileira, que, até então, mantinha forte crescimento.

Além da questão do financiamento habitacional, o planejamento tecnocrático conservador se preocupou com a institucionalização das Regiões Metropolitanas. No II PND, a questão urbana recebeu atenção especial. Foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e Planos Diretores municipais proliferaram em todo o país (MARICATO, 2001).

Em 1979, o Congresso Nacional aprovou a lei 6.766, estabelecendo diretrizes para o parcelamento do solo e criminalizando o promotor de loteamentos ilegais [...]. Em 1983, foi o próprio governo militar que tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei do Desenvolvimento Urbano, PL 775/83. Dessa forma, teve início a saga do Estatuto da Cidade. Outros acontecimentos relevantes tiveram lugar no período compreendido entre a primeira versão da lei do Desenvolvimento Urbano e a aprovação do Estatuto da Cidade (MARICATO, 2001).

Maricato (2001, p. 99) afirma que:

Em 1985, é criado o MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano - e o governo federal, em conjuntura de abertura política e enfraquecimento do regime autoritário, dá início a um debate nacional sobre os 21 anos de atuação do BNH e solicita sugestões para seu redesenho. No ano seguinte, as capitais dos estados retomaram as eleições diretas para prefeitos. Mas o que parecia ser a superação de 22 anos de trevas não aconteceu. O debate sobre o BNH foi abortado, exatamente quando

parecia que as iniciativas sociais, abandonadas em 1964, poderiam ser retomadas pelo governo conhecido por "Nova República". Em 1986 o BNH foi extinto e sua herança transferida para a CEF - Caixa Econômica Federal.

A maior conquista social resultante das mobilizações que marcaram os anos 1980, no que se refere à política urbana, foi a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (MARICATO, 2001). A regulamentação do Estatuto da Cidade só foi definida em 2001. O Estatuto da Cidade (2015) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Ribeiro (2004) afirma que o Estatuto da Cidade apresenta dois modelos de políticas urbanas; sendo que o primeiro modelo é redistributivo e regulatório, na medida em que pretende capturar parte da renda real gerada pela expansão urbana para financiar uma ação pública que iguale as condições habitacionais e urbanas da cidade. Regulatório por pretender submeter o uso, a ocupação e a valorização do solo urbano aos imperativos das necessidades coletivas. Esse modelo está expresso no princípio da função social da propriedade, na regulação dos mecanismos de produção e do uso da cidade. Está também expresso nos instrumentos de "solo criado", IPTU progressivo etc., que também expressam essa modalidade de política. Esse modelo redistributivo e regulatório implica ações conflituosas, pois intervém nos interesses econômicos e patrimoniais que historicamente comandam a política urbana no Brasil.

Já o segundo modelo de política urbana do Estatuto da Cidade é distributivo. Pois, estabelece a provisão de serviços habitacionais e urbanos pelo poder público: regularização fundiária, urbanização de favelas, usucapião espacial urbano etc. (RIBEIRO, 2004). Um documento que promoveria as ações contidas no Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, de acordo com Villaça (1999, p. 238) esse documento é:

[...] um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

O conceito de plano diretor (físico-territorial ou não) desenvolveu-se no Brasil a partir dos anos 1950. Entretanto, a expressão “plano diretor” já aparecia no Plano Agache no Rio de Janeiro, em 1930. Quanto ao zoneamento, é correto afirmar que ele é ainda mais

antigo; pois esteve presente, mesmo que de forma rudimentar, em São Paulo e no Rio de Janeiro desde o final do século XIX (VILLAÇA, 1999).

No que diz respeito a Valparaíso de Goiás, vigora um Plano Diretor aprovado em agosto de 2006. O documento é dividido em duas partes (Diretrizes e ações prioritárias; e Macrozoneamento), com 5 seções no total. As seções são intituladas: Desenvolvimento da dimensão sociocultural; desenvolvimento da dimensão econômica; desenvolvimento da dimensão geoambiental; desenvolvimento da dimensão institucional; e diretrizes de política urbana e da organização do território. Para nossa análise, priorizamos a seção "Diretrizes de política urbana e da organização do território".

Na referida seção, as diretrizes de política urbana abordam os seguintes temas: I - Priorização da busca pelo desenvolvimento sustentável, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações atual e futuras; II - Estancamento definitivo do processo de parcelamento do solo, incorporando glebas rurais aos usos urbanos, sem considerar a dinâmica demográfica e socioeconômica do município, seu meio físico e os requisitos legais quanto à preservação ambiental; III - Promoção da integração entre os municípios limítrofes, pertencentes à RIDE-DF; IV - Criação e implantação de um Conselho da Cidade, o qual buscará a implantação e consolidação de uma gestão urbana democrática e participativa; V - Aprovação, implantação, acompanhamento e fiscalização da aplicação da Legislação Urbanística Básica (LUB), que deverá dotar a municipalidade de instrumentos adequados de política urbana, em consonância com o Estatuto da Cidade; VI - Dotação pelo município de uma política de desenvolvimento sustentável, abarcando todas as dimensões da vida social e humana, a qual permita a realização da função social da propriedade, do desenvolvimento sustentável, da função social da cidade, da igualdade e da justiça social e da participação popular; VII - Localização dos equipamentos de consumo coletivo, tais como escolas, postos de saúde e hospitais, considerando a demanda instalada e a proximidade à população atendida, em todos os extratos de renda, em especial a população de baixa renda; VIII – Elaboração, adoção e implantação dos instrumentos, mecanismos e práticas de planejamento previstos no Plano Diretor; IX - Estruturação e implantação de uma política habitacional baseada em critérios que aliem o "direito à cidade" às ações que evitem estímulos indesejáveis à aceleração do processo de urbanização, submetendo-se às diretrizes gerais do Plano Diretor; X – Estruturação e implantação de um programa de regularização fundiária urbana, que busque regularizar a situação dos assentamentos subnormais, loteamentos clandestinos e irregulares; XI – Adoção da hierarquização de vias urbanas estabelecida na Lei

de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, utilizando-a como referência para a Política Urbana, de forma a permitir condições de acessibilidade e mobilidade a todas as regiões da cidade e do município; XII – Adoção de parâmetros equivalentes na definição do macrozoneamento municipal e urbano, tendo em vista a conurbação, a interrelação e a complementaridade dos municípios limítrofes pertencentes à RIDE-DF; XIII – Preservação, recuperação, e valorização do patrimônio cultural, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da política urbana em consonância com o Estatuto da Cidade; XIV – Preservação, recuperação e valorização do patrimônio natural e ambiental, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da política urbana; XV – Implantação, recuperação e valorização dos espaços destinados ao patrimônio cultural e ao patrimônio natural e ambiental, visando a qualificação do ambiente urbano e a sua disponibilização para o usufruto de toda a sociedade; XVI – Adoção de uma política tributária sintonizada com as diretrizes de desenvolvimento sustentável, que possibilite uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; e, XVII - Revisão dos procedimentos administrativos municipais.

Ao analisar o Plano Diretor de Valparaíso de Goiás, percebemos que o documento aborda e indica questões fundamentais para o bem estar da população. Todavia, as diretrizes normativas indicadas pelo documento não são cumpridas. A urbanização no município avança desconsiderando o Plano Diretor. Podemos demonstrar esta realidade a partir do Setor de Chácaras Anhanguera, com rápida expansão urbana na década de 2010.

Alguns itens das “Diretrizes de política urbana e da Organização do território”, do Plano Diretor do município de Valparaíso de Goiás, especificam a **preservação, recuperação e valorização do Patrimônio Natural e Ambiental** (grifo nosso). Mas ao permitir o parcelamento e a urbanização de chácaras, em específico o local denominado Setor de Chácaras Anhanguera, o poder público não preservou, e muito menos recuperou e valorizou, o patrimônio natural e ambiental. A respeito dos condomínios horizontais estabelecidos nesse setor de chácaras, Silva (2012, p. 115) afirma que:

[...] Estes condomínios são estabelecidos em antigas chácaras. Estas são escolhidas por já possuírem algumas vantagens como: a topografia plana, possibilidade de concentração das edificações em um espaço restrito à área das chácaras. Vias de circulação preexistentes, eletrificação e água tratada.

Este é mais um exemplo do que ocorre no Brasil, os Planos Diretores não garantem uma melhoria da vida nas cidades, muito menos quando consideramos a população

de baixa renda. Villaza (1999) afirma que nunca houve plano diretor no Brasil fora do discurso. O urbanista ressalta que as políticas habitacionais são importantes para que as famílias de baixa renda adquiram moradia. Mas, no Brasil, as políticas implementadas aumentam a desigualdade socioeconômica. Neste contexto, um fato a ser destacado é a ausência de controles rigorosos no processo de aquisição de imóveis por meio dos programas habitacionais; o que beneficia empresas e organizações econômicas, em detrimento dos segmentos sociais que justificam as verbas destinadas aos programas habitacionais.

Em Valparaíso de Goiás, algumas políticas públicas tomaram forma. Uma delas foi o Programa Crédito Solidário: um programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS. O objetivo do programa é atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizadas por cooperativas, associações ou entidades privadas sem fins lucrativos. As modalidades elegíveis desse programa foram: Terrenos (aquisição de terreno e construção); Construção (em terreno próprio ou de terceiros); Reforma (conclusão, ampliação ou reforma de unidade habitacional); e Compra de imóvel pronto (aquisição de unidade construída ou de imóveis para reabilitação urbana com fins habitacionais) (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015a). Dois empreendimentos, vinculados ao Programa de Crédito Solidário, estavam concluídos e um se encontrava em conclusão no período de referência: abril de 2009 (ver Tabela 07).

**Tabela 07 - Projetos concluídos ou em conclusão do Programa Crédito Solidário com percentual de obras acima de 90% em Valparaíso de Goiás: 30/04/2009**

<b>PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>							
<b>Situação da obra</b>	<b>% Obra executada</b>	<b>Agente organizador</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Financiamento total</b>	<b>UH</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Renda média familiar (s. m.)</b>
Concluída	100	COOPHAMDFE	COOPHAMDFE	R\$1.370.880,00	70	Aquisição de terreno e construção	2
Em conclusão	92,5	AGENVAL	Chácara Anhanguera	R\$1.362.874,00	50	Aquisição de terreno e construção	2
Concluída	100	COOPHAMDFE	Residencial Brasil Solidário I	R\$2.374.999,00	100	Aquisição de terreno e construção	3

Fonte: Ministério das Cidades (2015)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2015)

Ao pesquisar a localização dos recursos investidos, surgiram alguns problemas no que diz respeito aos empreendimentos da ONG Cooperativa Habitacional dos Moradores do Distrito Federal e Entorno (COOPHAMDFE). Em Valparaíso de Goiás não encontramos tais empreendimentos, com um agravante: essa cooperativa foi denunciada pelo programa televisivo Fantástico da Rede Globo. Em Luziânia, a cooperativa cobrava taxas para incluir

famílias no programa. A reportagem supracitada foi exibida em 30 de outubro de 2011<sup>18</sup>, e destacou que as obras não foram executadas, deixando moradores que realizaram o pagamento sem a moradia.

Já o empreendimento vinculado à Agência Nacional de Desenvolvimento Social (AGENVAL) – Crédito Solidário – promoveu a construção do Condomínio Residencial Atalaia, localizado no Setor de Chácaras Anhanguera.

No próximo capítulo enfatizamos as políticas habitacionais implementadas em Valparaíso de Goiás, assumindo como referência os dados do Censo de 2010 do IBGE. A partir de análises realizadas, elaboramos mapas temáticos evidenciando a produção do espaço urbano por meio da ação articulada entre o Estado e os agentes imobiliários.

---

<sup>18</sup> ONG de Luziânia (GO) cobra taxa para inclusão no Minha Casa, Minha Vida. Reportagem de 31/10/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2011/10/ong-de-luziania-go-cobra-taxa-para-inclusao-no-minha-casa-minha-vida.html>> (G1 GOIÁS, 2015). ONGs cobram taxa por vagas no programa Minha Casa, Minha Vida. Reportagem do Fantástico em 30/10/2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=upla2u0R41M>> (YOUTUBE, 2015).

## **CAPÍTULO 04**

### **4 O PAC E A REPRODUÇÃO DE UMA DESARTICULAÇÃO METROPOLITANA EM VALPARAÍSO DE GOIÁS (E A FRAGMENTAÇÃO DE UM MUNICÍPIO DESINTEGRADO)**

No presente capítulo abordamos questões relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), enfatizando sua atuação frente a questão habitacional. O referido programa governamental promoveu investimentos no Brasil, a partir de uma segmentação de seis eixos: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos.

Segundo o Ministério do Planejamento (2015), o programa foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), e promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país; contribuindo para um desenvolvimento acelerado. Para seus idealizadores, o PAC é um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o que possibilitou o aumento da oferta de empregos e a geração de renda, elevando o investimento público e privado a partir de obras fundamentais.

Em 2011, o PAC iniciou uma segunda fase, com mais recursos e mais parcerias com estados e municípios. O objetivo era a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015). Contudo, a realidade produzida a partir das ações não se aproximou dos objetivos presentes no conteúdo oficial. A análise da discrepância apresentada entre o discurso e os produtos materializados no território estão apresentados neste capítulo.

Para tanto, utilizamos os dados do Censo de 2010 do IBGE, no município de Valparaíso de Goiás. A partir dos dados oferecidos pelo IBGE, foi possível avaliar a demanda por moradia de interesse social no ano do Censo. Assim, pudemos verificar que no decorrer das ações do Minha Casa, Minha Vida, não houve uma correspondência entre os produtos ofertados e as necessidades da população em situação de vulnerabilidade social. A análise demonstra que o aumento da renda e uma melhor qualidade de vida não se fizeram presentes na vida dos moradores de Valparaíso de Goiás. Como elemento destacado, apresentamos um fato representativo: segundo dados do IBGE, a maioria dos domicílios do município abriga famílias com renda equivalente a faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida; contudo, nele não

foram edificadas unidades habitacionais para este segmento da população. É o que veremos a seguir.

#### 4.1 PAC EM VALPARAÍSO DE GOIÁS: MINHA CASA, MINHA VIDA

O Minha Casa, Minha Vida é um programa governamental que tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro: um dos problemas mais crônicos do país. A primeira fase do programa foi implementada entre os anos 2009 a 2011, a segunda fase compreendeu o período de 2011 a 2014, e a terceira fase iniciou em 2015 e seguirá até 2018. A meta da primeira fase era a construção de 2 milhões de unidades habitacionais, das quais 60% deveriam estar voltadas para famílias de baixa renda<sup>19</sup>. Em 2010, após um ano de atividade, o Minha Casa, Minha Vida alcançou um milhão de contratações; mas, até o final de 2011, não alcançou a meta traçada. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015). A respeito da atual política habitacional, Rolnik (2012, p. 100) afirma que ela:

[...] é concebida e praticada como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, colocando-se de forma desarticulada com uma política de ordenamento territorial e fundiária destinada a disponibilizar terra para moradia popular. O resultado é um extraordinário aumento no preço de terras e imóveis.

O programa Minha Casa, Minha Vida, na área urbana, foi dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$1.600 (faixa 1), de R\$ 1.600,00 até R\$3.275 (faixa 2) e de R\$ 3.275,00 até R\$5.000 (faixa 3). Além da construção das unidades habitacionais (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015). A terceira fase do programa passou por uma atualização das faixas de renda: até R\$1.800 (faixa 1); de R\$1.800,00 até R\$2.350 (faixa 1,5); de R\$2.350,00 até R\$3.600,00 (faixa 2); e de R\$3.600,00 até R\$6.500,00 (faixa 3).

Para as famílias da faixa 1, a Caixa Econômica Federal oferece um financiamento de até 120 meses (10 anos), com prestações mensais na casa de 5% da renda bruta da família, sendo o valor mínimo da parcela de R\$25,00 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015b). O Minha Casa, Minha Vida possui grande apelo eleitoral e é frequentemente acusado de ignorar as conquistas no campo do direito à cidade e da cidadania. Rolnik (2012) afirma que ele foi formulado como política industrial: financiando diretamente as construtoras, serviu como

<sup>19</sup> No momento o programa está na terceira fase.



estímulo à produção habitacional de mercado e se transformou em um enorme mecanismo de transferências de subsídios públicos para o preço da terra e dos imóveis, sem estabelecer um controle sobre o processo de especulação imobiliária.

De acordo com Vieira (2014), entre 2009 e 2012, o Programa Minha Casa, Minha Vida não apresentou nenhum contrato na faixa 1 em Valparaíso de Goiás. Na faixa 2 foram contratados 1.660 empreendimentos; e na faixa 3, 2.514 empreendimentos. Assim, no período citado, foram contratadas 4.174 unidades habitacionais, mas nenhuma para a faixa 1, que abarca a população de menor renda e maior vulnerabilidade. Já no ano de 2014, foram contratadas 5.558 unidades habitacionais em Valparaíso de Goiás, todas para as faixas 2 e 3 (VIEIRA, 2014).

Os dados do Censo de 2010 do IBGE comprovam a existência de uma demanda expressiva por unidades da faixa 1. As variáveis de rendimento nominal mensal dos domicílios, em nosso entendimento, constituem uma fonte segura para balizar a distância entre os discursos oficiais e a realidade materializada. De acordo com Maricato (2003a, p. 81):

O fato de o mercado legal não atingir as rendas médias inviabiliza as políticas públicas voltadas para as faixas de menor renda – cinco salários mínimos para baixo, onde se concentra o déficit habitacional brasileiro. Dificilmente as políticas públicas de moradia conseguem fugir do destino de atender as faixas de renda média e média baixa, como se viu com o Sistema Financeiro da Habitação e seu organismo executor central, o Banco Nacional de Habitação, em seus 22 anos de existência, de 1964 a 1986. Ou como se pode ver com o PAR – Plano de Arrendamento Residencial, no início do século XXI, em todo o Brasil. Salta aos olhos a irracionalidade de dar prioridade à baixa renda (e isso é feito nos discursos, invariavelmente), quando camadas situadas mais acima não têm acesso à moradia.

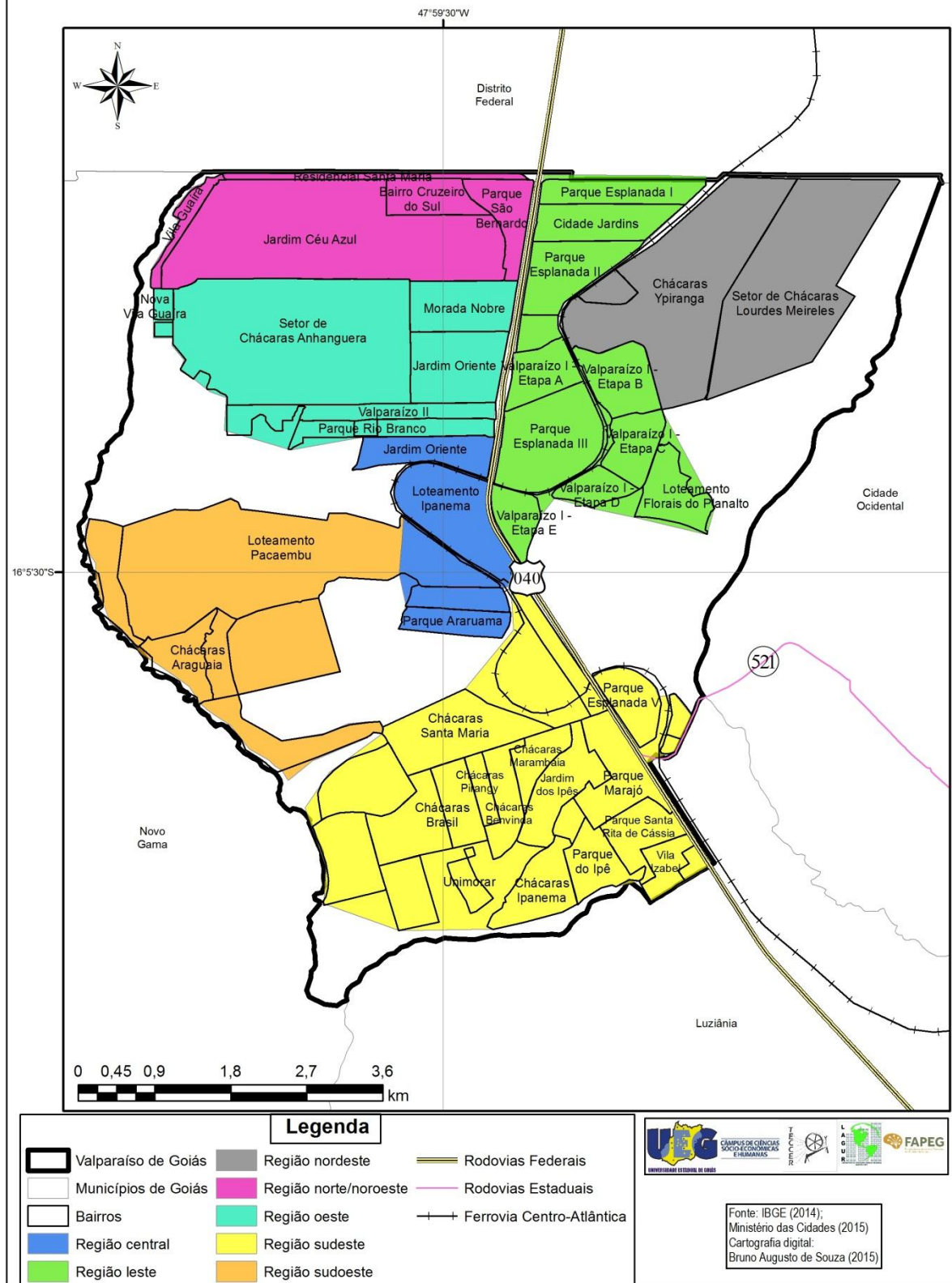
O Censo de 2010 apresentou o dia 31 de julho de 2010 como data de referência. Nessa data, o salário mínimo era de R\$510,00<sup>20</sup>. A análise do último Censo realizado é importante para a investigação em curso, pois possibilita a elaboração de uma cartografia socioeconômica no município de Valparaíso de Goiás. O Censo possui inúmeras variáveis e selecionamos aquelas que condizem com nosso estudo.

A expansão urbana, evidenciada pelos setores censitários, permite a visualização das regiões mais adensadas. Segue, a seguir, um mapa dos bairros de Valparaíso de Goiás (Mapa 08). O mapa apresenta uma regionalização elaborada para facilitar o entendimento e análise dos dados do Censo (Quadro 01).

---

<sup>20</sup> O salário mínimo em vigência (ano de 2016) é de R\$880,00.

# **MAPA 08 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: BAIRROS (2015)**



**Quadro 01: Bairros que compreendem as regiões de Valparaíso de Goiás (regionalização proposta pelo autor)**

<b>Área</b>	<b>Bairros</b>
Região norte/noroeste	Vila Guaíra, Residencial Santa Maria, Jardim Céu Azul, Bairro Cruzeiro do Sul, Parque São Bernardo
Região oeste	Nova Vila Guaíra, Setor de Chácaras Anhanguera, Morada Nobre, Jardim Oriente, Valparaíso II, Parque Rio Branco
Região leste	Parque Esplanada I, Cidade Jardins, Parque Esplanada II, Parque Esplanada III, Valparaíso I – Etapas A, B, C, D e E, Loteamento Florais do Planalto
Região nordeste	Chácaras Ypiranga, Setor de Chácaras Lourdes Meireles
Região central	Jardim Oriente, Loteamento Ipanema, Parque Araruama
Região sudoeste	Loteamento Pacaembu, Chácaras Araguaia
Região sudeste	Parque Esplanada V, Chácaras Santa Maria, Chácaras Marambaia, Chácaras Pirangy, Chácaras Brasil, Chácaras Benvinda, Jardim dos Ipês, Parque Marajó, Parque Santa Rita de Cássia, Unimorar, Chácaras Ipanema, Parque do Ipê, Vila Izabel

Elaboração: Bruno Augusto de Souza (2016)

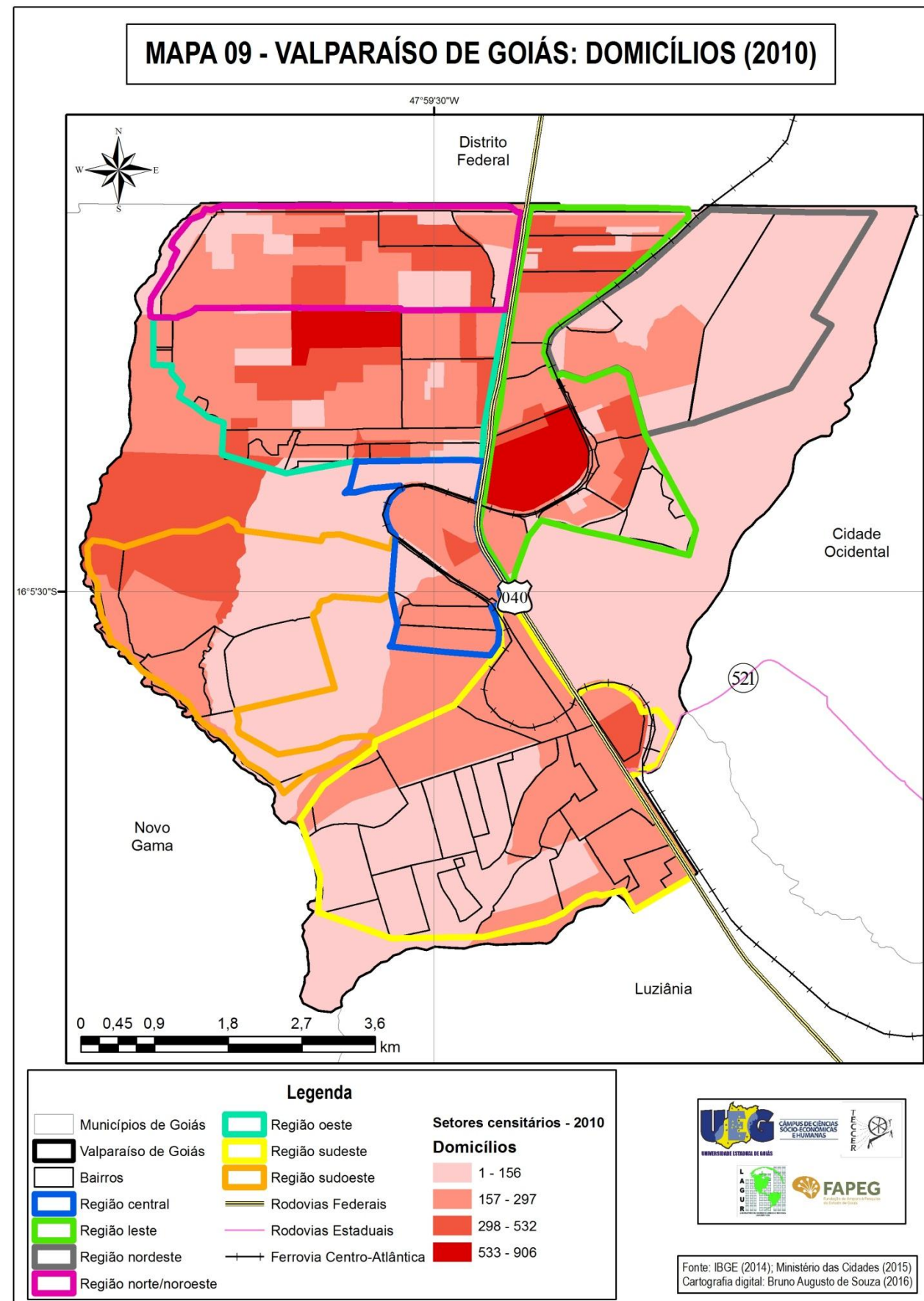
No Censo de 2010, o município foi dividido em 177 setores censitários: grande parte dos setores censitários estão nas regiões norte/noroeste e oeste de seu território, que é a parte mais próxima do Distrito Federal. Os dados censitários oferecem informações relativas às características da população e dos domicílios. Estas informações são sistematizadas e espacializadas por meio de setores censitários. Na área urbana, cada setor censitário é definido por um número de domicílios que varia entre 250 a 350. Na área rural, cada setor é composto, em sua maioria, de 150 a 250 domicílios ou de 100 a 200 estabelecimentos agropecuários, tendo no máximo 500 km<sup>2</sup>, e utilizam variáveis para demonstrar os resultados coletados. Dos 177 setores censitários, o IBGE considerou que dois deles possuem características rurais, ambos na região nordeste do município.

Selecionamos algumas variáveis para referenciar quantitativamente elementos importantes para a análise das questões habitacionais como domicílios com rendimento nominal mensal<sup>21</sup>: de até 3 salários mínimos; de 3 a 5 salários mínimos; de 5 a 10 salários mínimos; e sem rendimento. Outras variáveis utilizadas foram as características gerais dos domicílios, como domicílios: próprios e quitados; próprios e em aquisição; alugados; cedidos por empregador; e cedidos de outra forma. Estas variáveis espacializam as demandas por moradia no município de Valparaíso de Goiás.

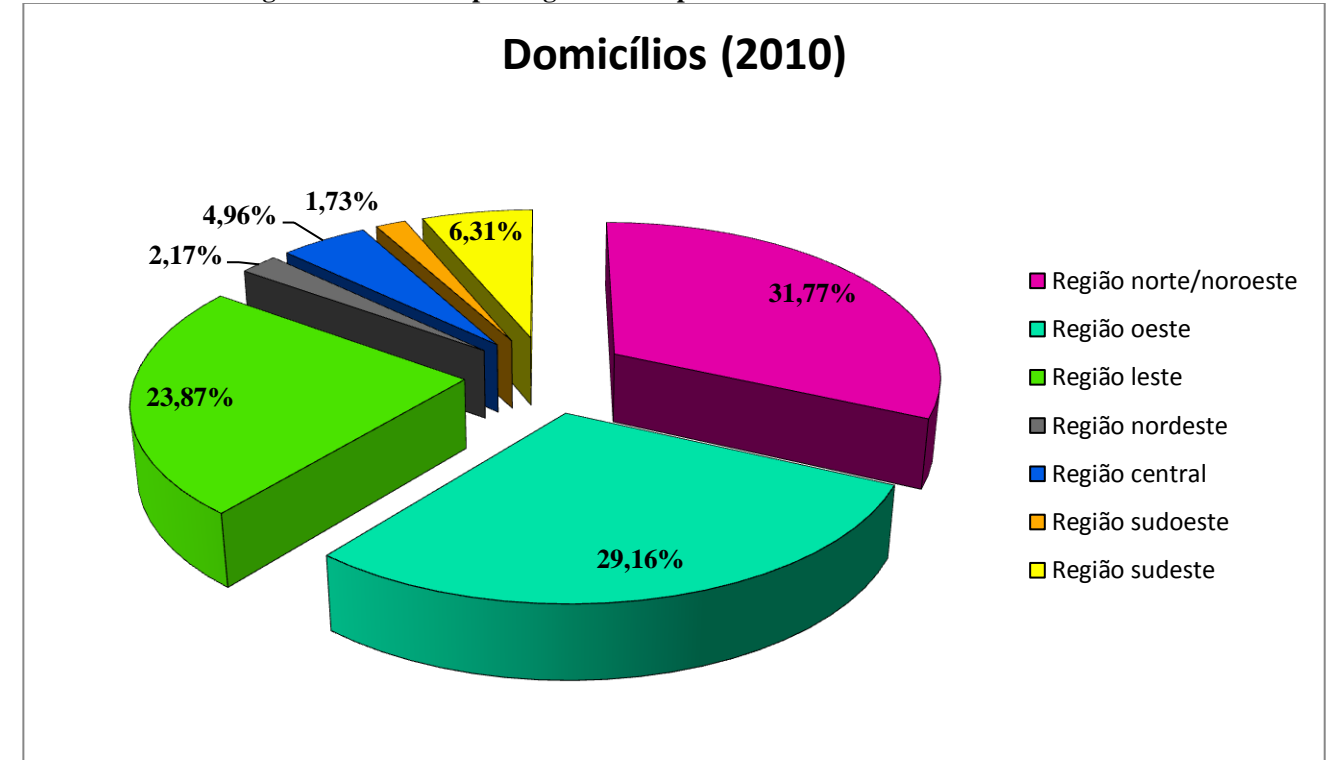
O Mapa 09 e o Gráfico 03 demonstram a variação no adensamento de domicílios distribuídos no município de Valparaíso de Goiás em 2010<sup>22</sup>, e o número total era de 39.434 domicílios.

<sup>21</sup> O rendimento nominal mensal é a soma dos rendimentos (do trabalho e outras fontes) que uma pessoa recebeu no período de um mês.

<sup>22</sup> No Censo de 2000 do IBGE, o município de Valparaíso de Goiás possuía 94.856 habitantes, já no Censo de 2010, a população era de 132.982 habitantes (IBGE, 2014h), um acréscimo de quase 40.000 habitantes.



**Gráfico 03: Porcentagem de domicílios por região em Valparaíso de Goiás – 2010**

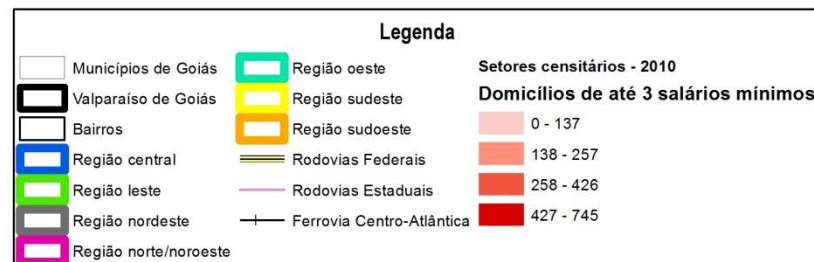
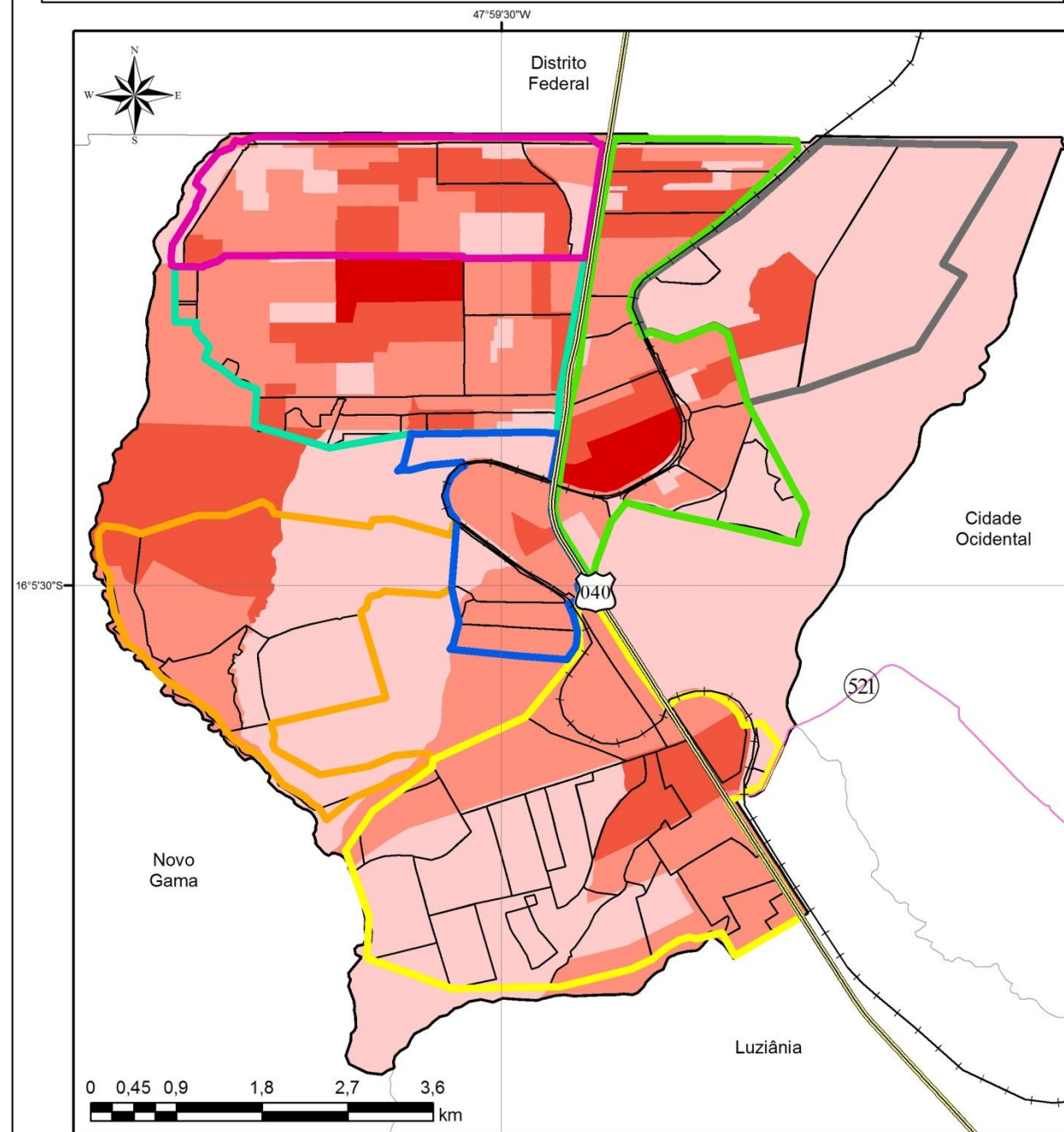


Deve ser destacado que um dos principais fatores de exclusão das pessoas que necessitam de moradia é a renda: ela é uma condição fundamental para o acesso ao financiamento habitacional. O Minha Casa, Minha Vida, afirma que prioriza as famílias de baixa renda; ou seja, as situadas na faixa 1. Mas, em Valparaíso de Goiás, essa afirmação não foi territorializada. Os mapas que seguem demonstram a existência de uma grande demanda por moradia – da faixa 1 – em Valparaíso de Goiás.

O primeiro mapa que representa a renda domiciliar é o Mapa 10. Este mapa compreende os domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até 3 salários mínimos. Isso significa que, em 2010, tais domicílios possuíam renda de até R\$1.530 mensais. Naquele momento, 34.046 domicílios se enquadravam na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida: o que corresponde a 86,33% do total de domicílios.

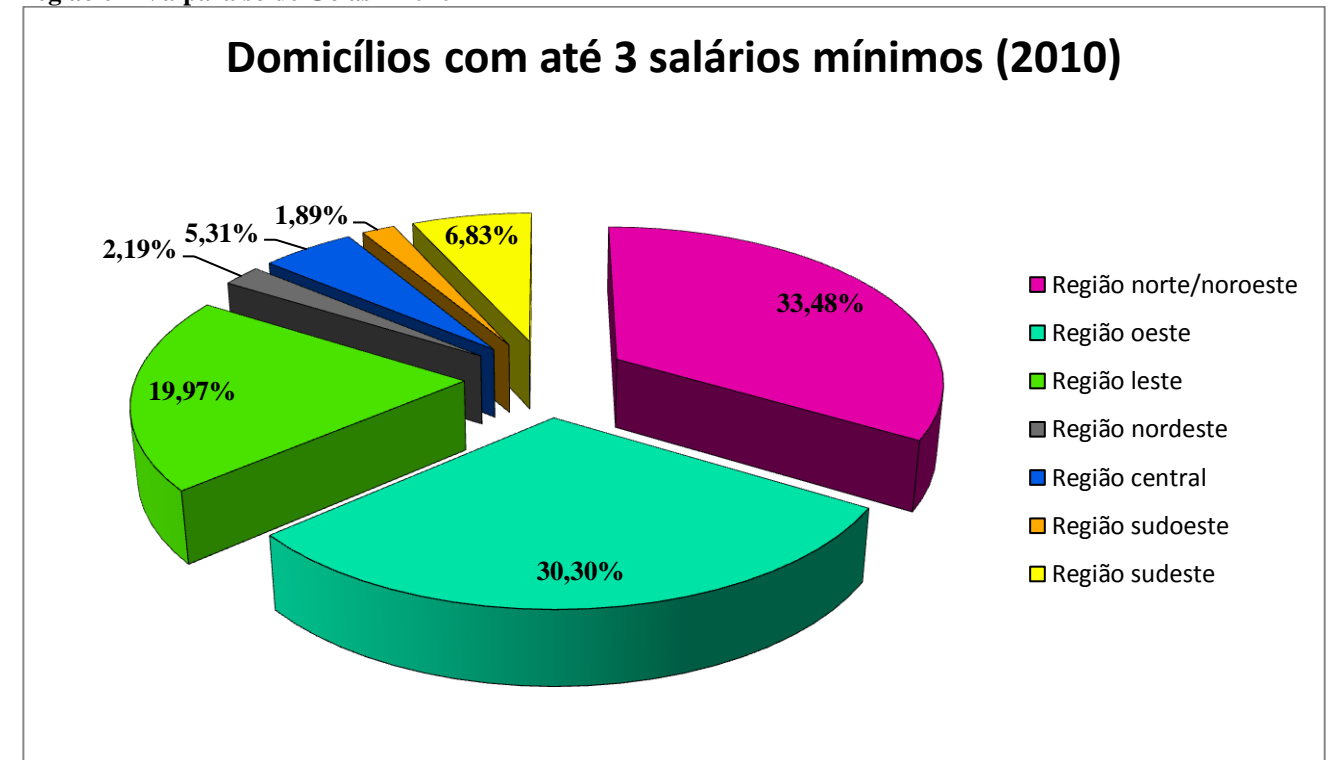


**MAPA 10 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPITA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)**



Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)  
Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2016)

**Gráfico 04: Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até 3 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás – 2010**

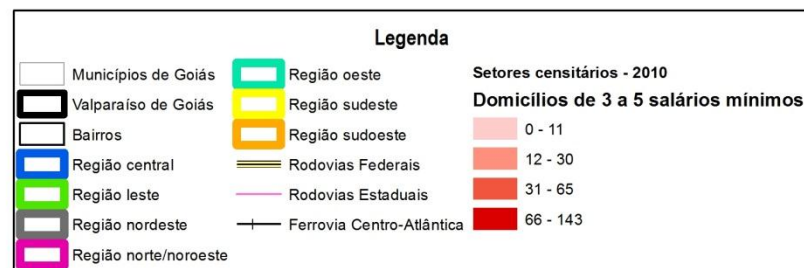
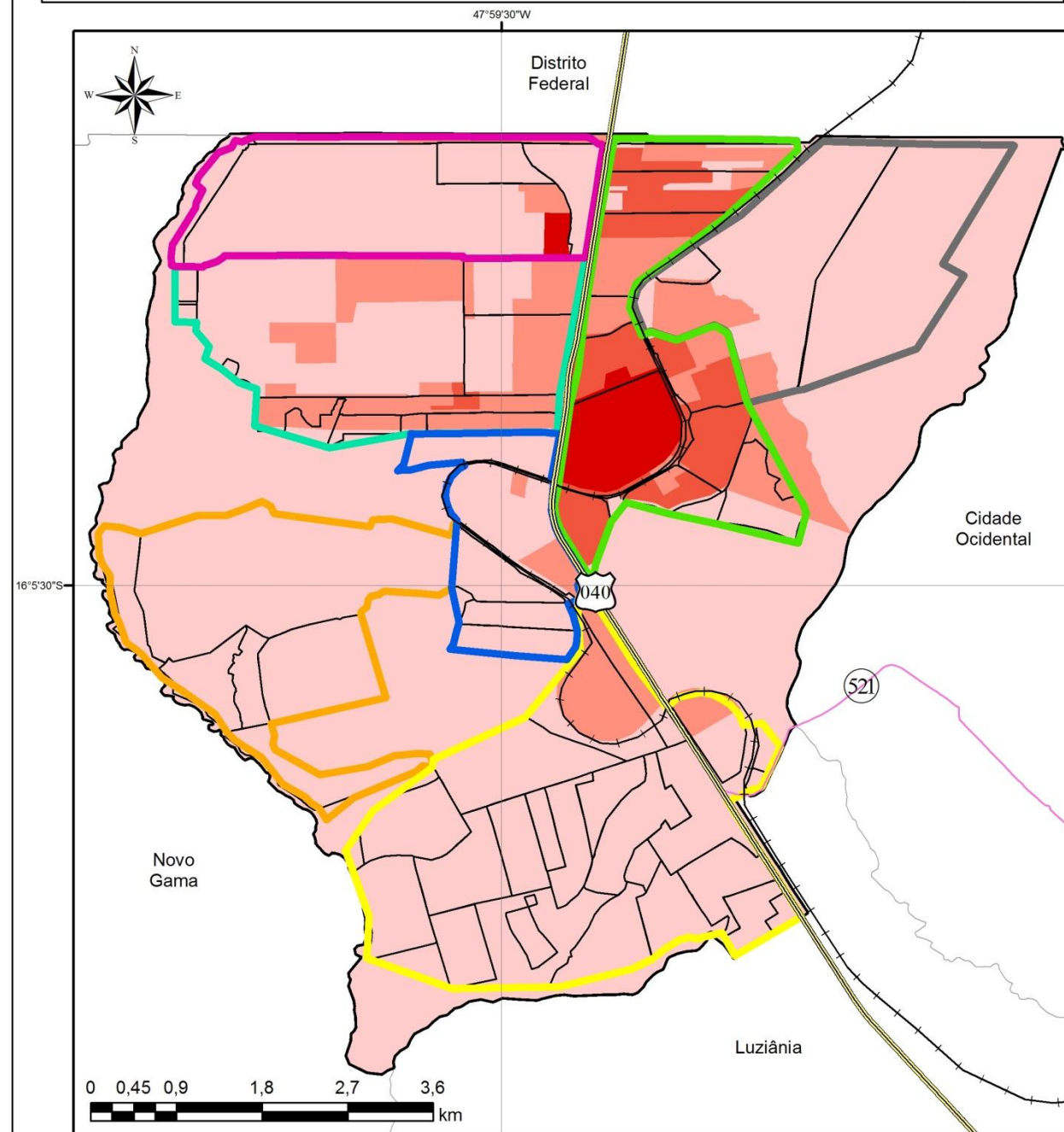


Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

O Mapa 11 e o Gráfico 05 indicam os domicílios que possuíam, na data de referência do Censo de 2010, rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos: de R\$1.530,00 a R\$2.550,00. Essa variável abarca, também, parte dos que se enquadram na faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Como a variável é de 3 a 5 salários mínimos, incluem os domicílios com 3 salários mínimos, ou, R\$1.530,00.

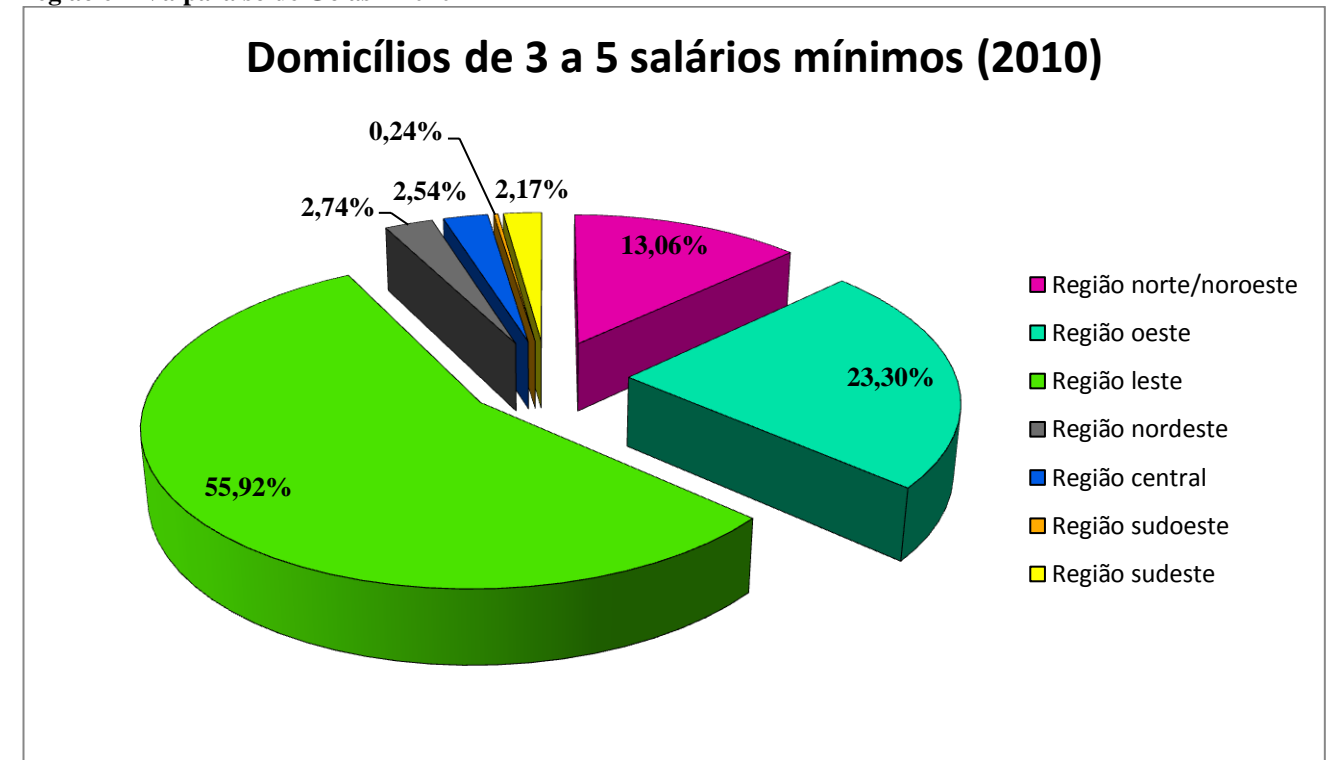
O total de domicílios nessas condições atingiu a casa das 2.480 unidades; ou seja, 6,28% do total de domicílios, um quantitativo pouco expressivo se comparado aos domicílios com até 3 salários mínimos de renda per capita.

### MAPA 11 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPITA DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)



Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)  
Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2016)

Gráfico 05: Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)



O quantitativo de domicílios com melhores condições de renda, no município de Valparaíso de Goiás, estão na região leste, principalmente no bairro Parque Esplanada III. Com a variável de 3 a 5 salários mínimos, começamos a perceber as regiões dos domicílios com melhores condições financeiras no período do Censo de 2010, que é a região mais próxima do Distrito Federal, especialmente os bairros que estão na parte leste da rodovia BR-040. De acordo com Silva (2012, p. 120, grifo do autor):

[...] os incorporadores imobiliários são importantes produtores do espaço urbano em Valparaíso de Goiás. A ação destes manifesta-se pela segregação socioespacial que se impõe no território através dos empreendimentos realizados. Instalam-se ao longo e nas proximidades da BR-040 condomínios verticais fechados. Propagandeiam facilidade de deslocamentos para o trabalho e/ou estudo. Encontram-se estruturados em restritos espaços dotados de infraestrutura. O que conduz a um aparente “isolamento” em relação ao restante da cidade.

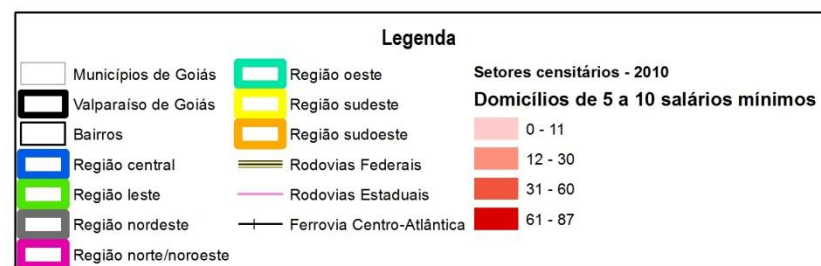
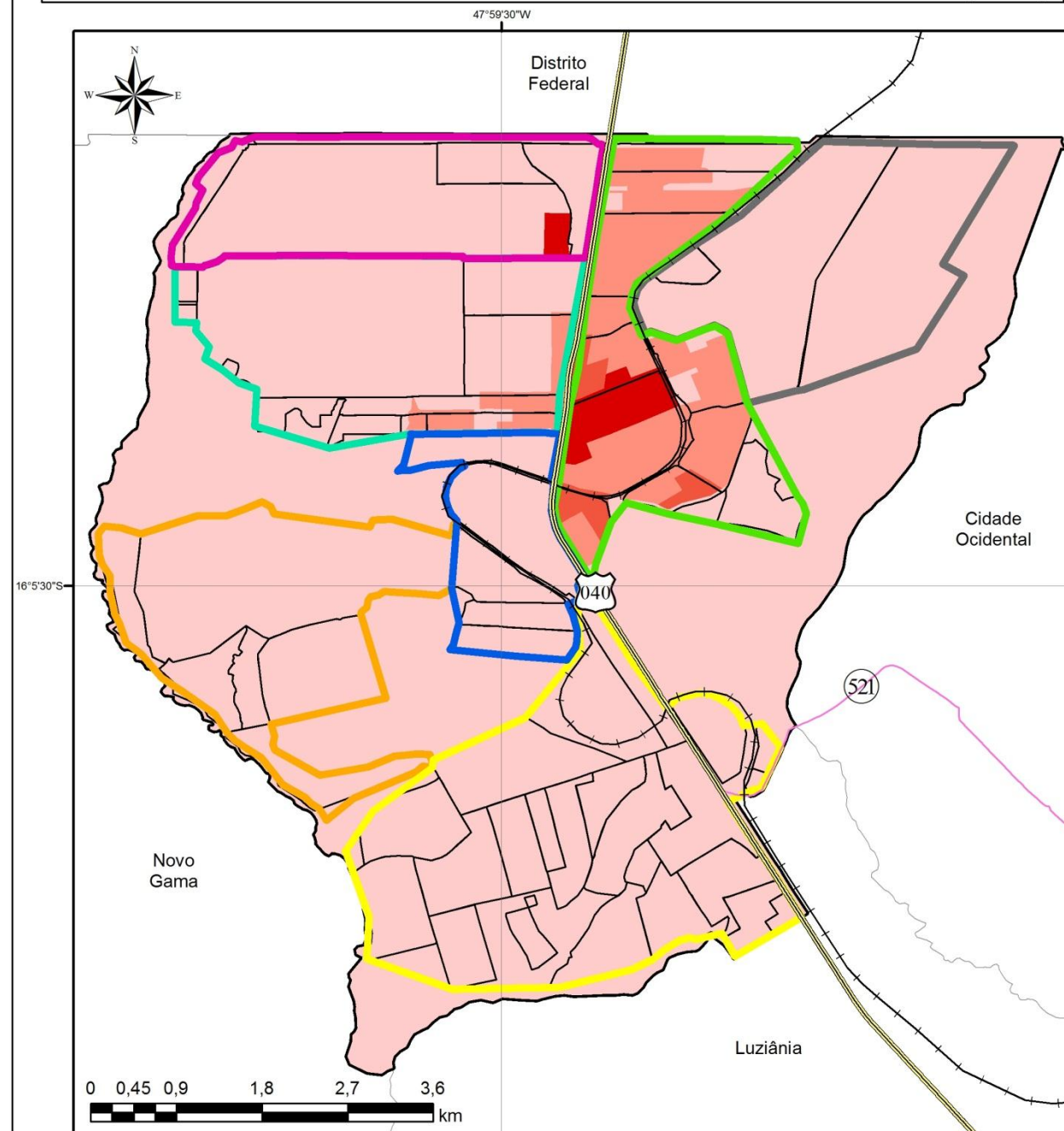
A região de destaque é a leste, compreendendo o Parque Esplanada III. Nesse e nos bairros próximos, há a presença de inúmeros condomínios verticais. Dessa maneira, Silva (2012, p. 120) afirma que:

[...] À medida que esses condomínios são construídos para servirem de habitação para os migrantes sempre chegantes, reduz-se o estoque de terras, eleva-se o preço destas e a população mais pobre é “empurrada” para habitações inadequadas e precárias. Em condições sanitárias, urbanísticas e ambientais que contrariam a legislação e a sobrevivência. Construídas em espaços de menor valor na cidade como fundo de vales, como se deu com a “invasão” Vila Guaíra. E em algumas áreas de preservação permanente nas proximidades de nascentes ou às margens de córregos.

Outra área de destaque é a área extrema leste do bairro Jardim Céu Azul. O referido local possui um condomínio vertical chamado Residencial Costa Marina e se destaca contrastando na região norte/noroeste do município.

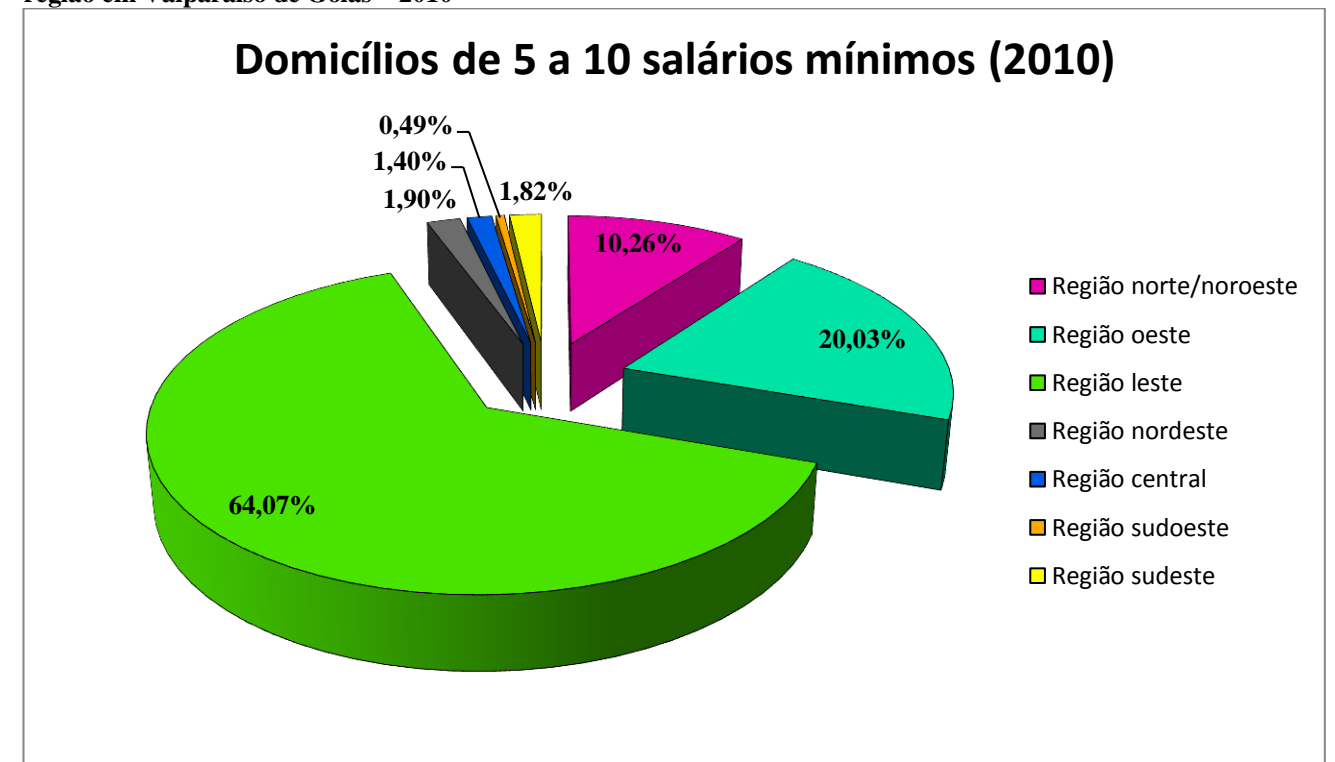
No Mapa 12 apresentamos os domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 5 a 10 salários mínimos, em 2010: uma renda de R\$2.550,00 a R\$5.100,00. Um quantitativo de 1.208 domicílios compuseram este segmento, representando 3,06% do total de unidades habitacionais do município. Os moradores desses domicílios se encaixavam nas faixas 2 e 3 do Minha Casa, Minha Vida.

**MAPA 12 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPITA DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)**



Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)  
Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2016)

**Gráfico 06: Porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de 5 a 10 salários mínimos por região em Valparaíso de Goiás – 2010**



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

No Mapa 13, temos os domicílios que não possuíam rendimento nominal mensal, o que indica uma situação de extrema vulnerabilidade. No período do Censo de 2010, 1.420 domicílios se encontravam na situação de não possuir renda, o que corresponde a 3,6% do total de domicílios em Valparaíso de Goiás. A região que concentra a maior parte destas unidades é a norte/noroeste. Os dados espacializados revelam que em Valparaíso de Goiás haviam mais domicílios sem rendimento do que domicílios com renda nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos, o que enfatiza o caráter de precariedade presente na vida de parte expressiva de seus habitantes.

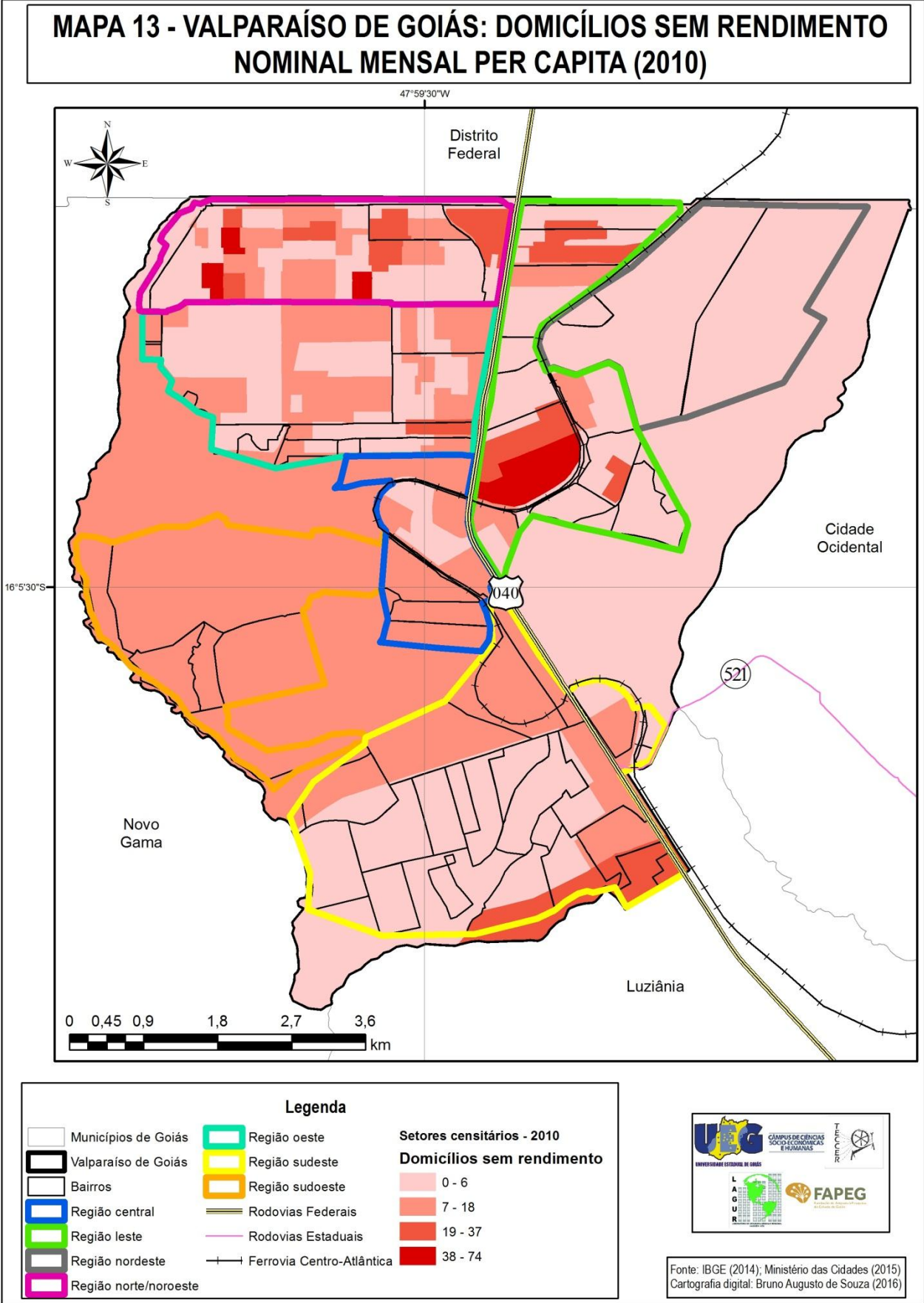
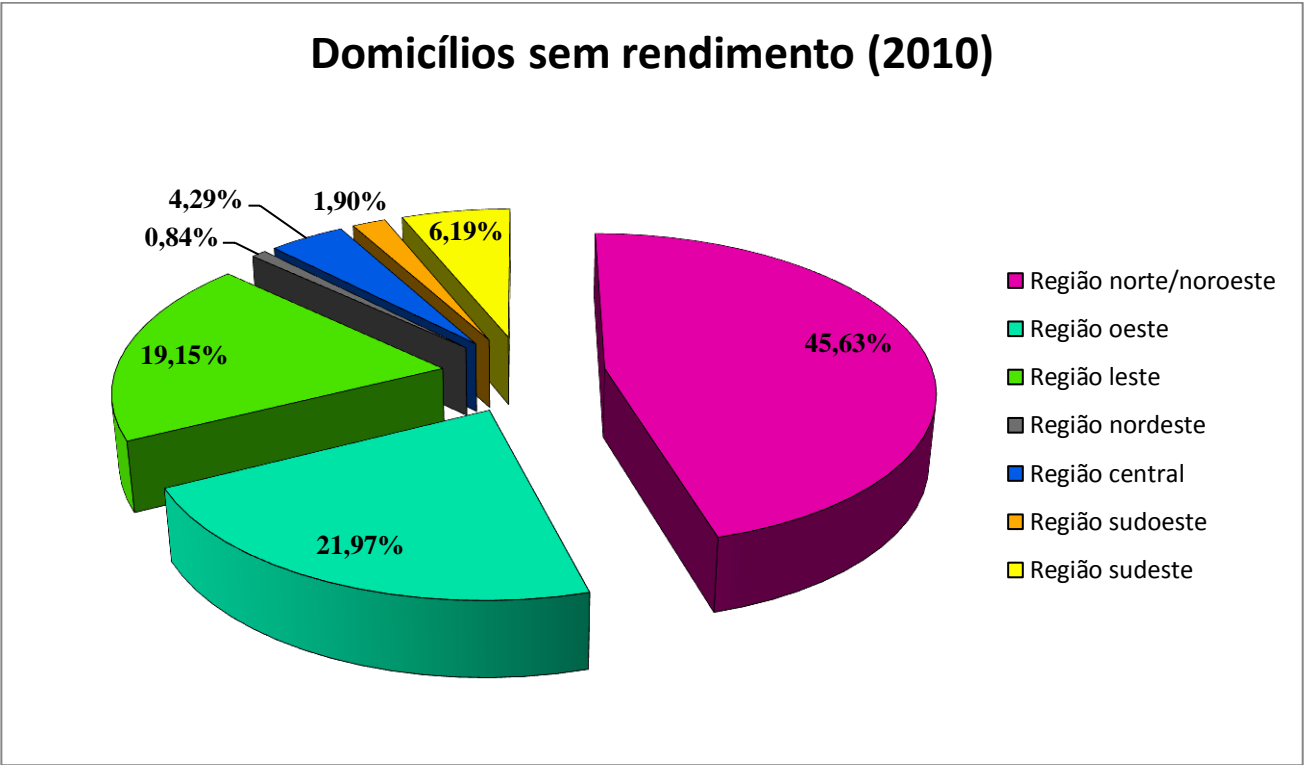


Gráfico 07: Porcentagem de domicílios sem rendimento nominal mensal per capita por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

**Quadro 02: Características de renda dos domicílios por região de Valparaíso de Goiás - 2010**

<b>Região</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Domicílios com rendimento de até 3 salários mínimos</b>	<b>Domicílios com rendimento de 3 a 5 salários mínimos</b>	<b>Domicílios com rendimento de 5 a 10 salários mínimos</b>	<b>Domicílios sem rendimento</b>
Região norte/noroeste	12.519	11.401	324	124	648
Região oeste	11.493	10.317	578	242	312
Região leste	9.408	6.801	1.387	774	272
Região nordeste	859	746	68	23	12
Região central	1.955	1.809	63	17	61
Região sudoeste	683	644	6	6	27
Região sudeste	2.488	2.328	54	22	88
<b>Total</b>	<b>39.405</b>	<b>34.046</b>	<b>2.480</b>	<b>1.208</b>	<b>1.420</b>

Fonte: IBGE (2015a)

Elaboração: Bruno Augusto de Souza (2016)

A partir do próximo mapa, apresentamos as características gerais dos domicílios de Valparaíso de Goiás. No Mapa 14 e no Gráfico 08, vemos o quantitativo de domicílios próprios e quitados, de acordo com os dados do Censo de 2010. Essa condição de ocupação se refere ao domicílio de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores, estando integralmente pago (IBGE, 2015a). Este cenário abarcou 16.831 domicílios (42,71% do total de domicílios no período).

No período de referência, já se encontrava em rápida expansão o crescimento habitacional no Setor de Chácaras Anhanguera, fato comprovado por meio da sequência de imagens de satélite (ver Mosaico 01).



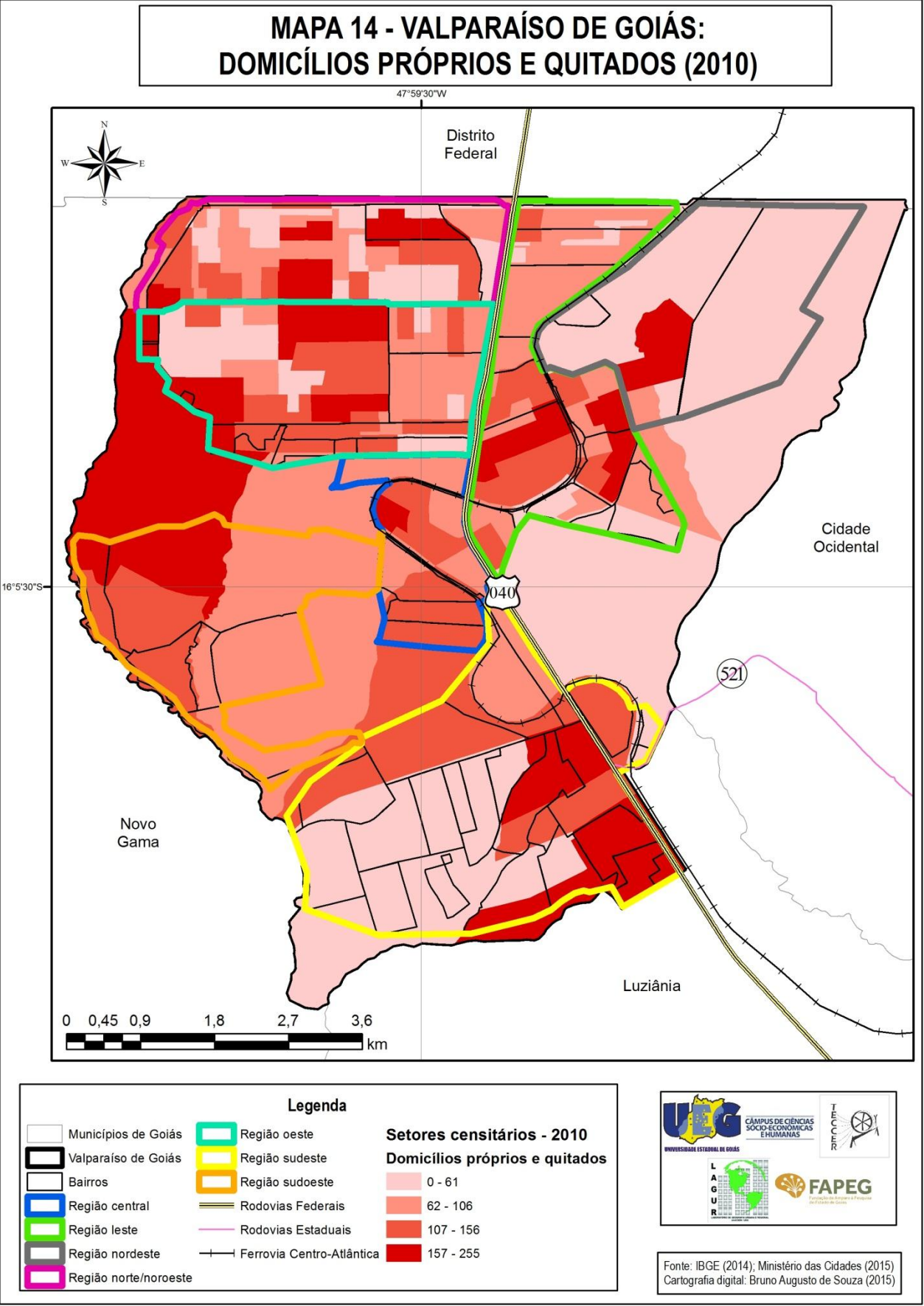
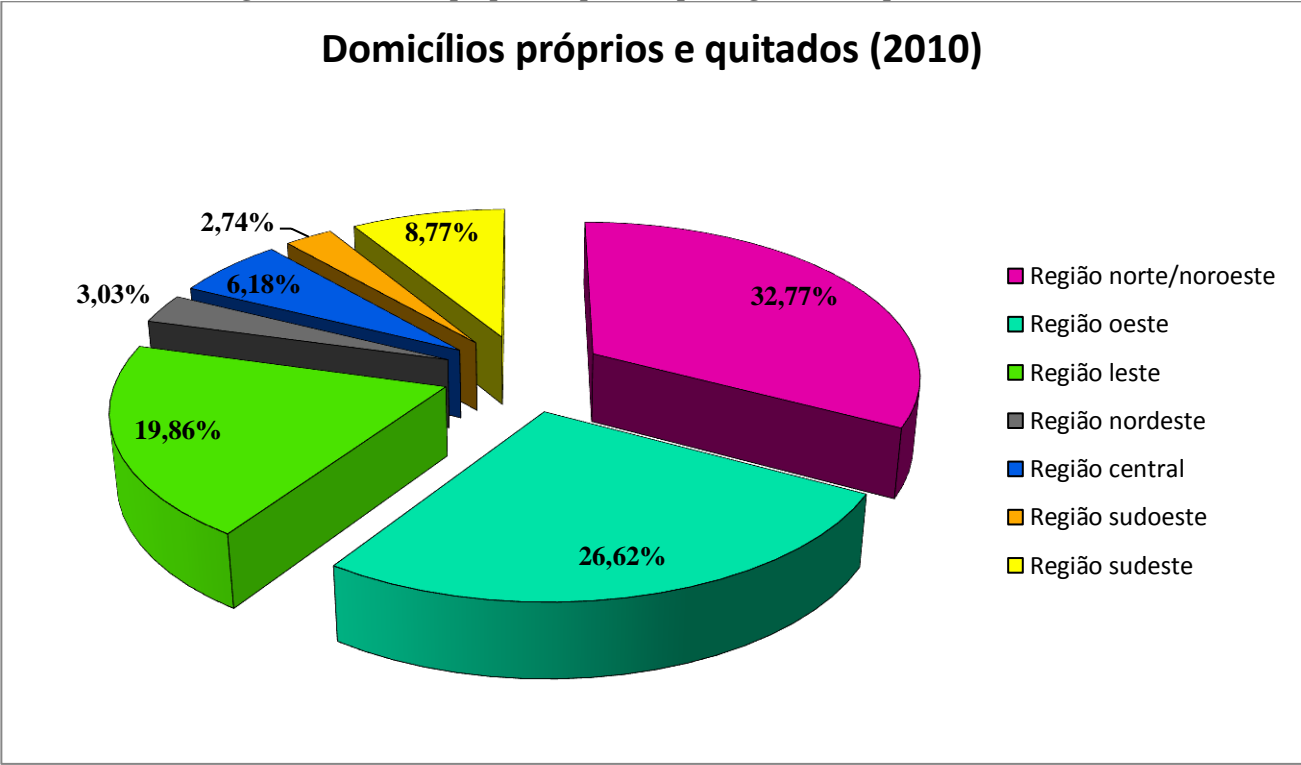


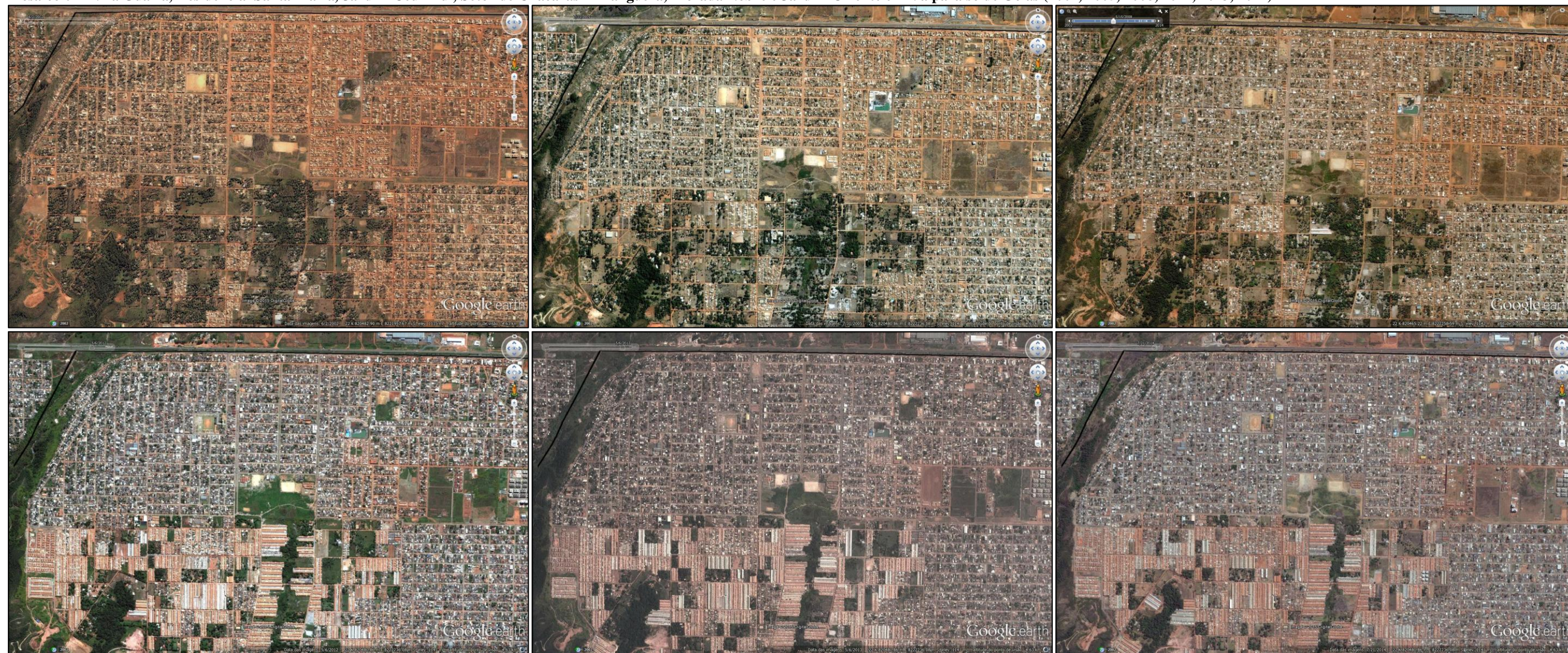
Gráfico 08: Porcentagem de domicílios próprios e quitados por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)



Mosaico 01 - Vila Guáira, Residencial Santa Maria, Jardim Céu Azul, Setor de Chácaras Anhanguera, Morada Nobre e Jardim Oriente em Valparaíso de Goiás (2002, 2005, 2008, 2012, 2013, 2014)



Fonte: *Google Earth* (2015)



No Mapa 15 e no Gráfico 09, é possível verificar o quantitativo de domicílios próprios e em aquisição, de acordo com dados do Censo de 2010 do IBGE. A metodologia do Censo considerou essa condição de ocupação quando o domicílio era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores, mas ainda não estava integralmente pago (IBGE, 2015a). Nesse período, havia em Valparaíso de Goiás, 8.368 domicílios (21,23% do total de domicílios) em tais condições.

É importante salientar que os domicílios em aquisição, mesmo que sejam próprios, consomem parte da renda de seus moradores. Muitas vezes esse gasto se configura como um pesado ônus.



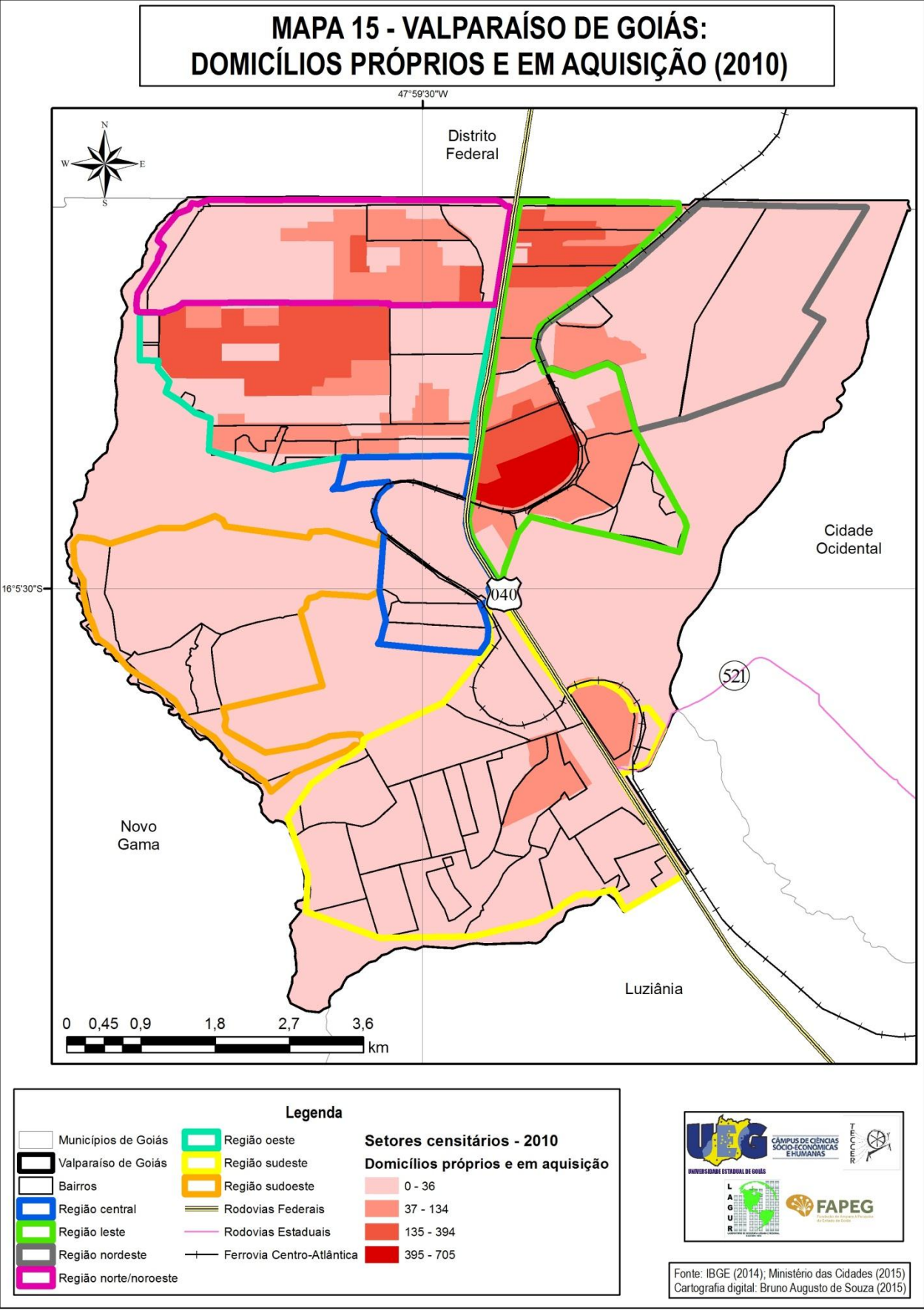
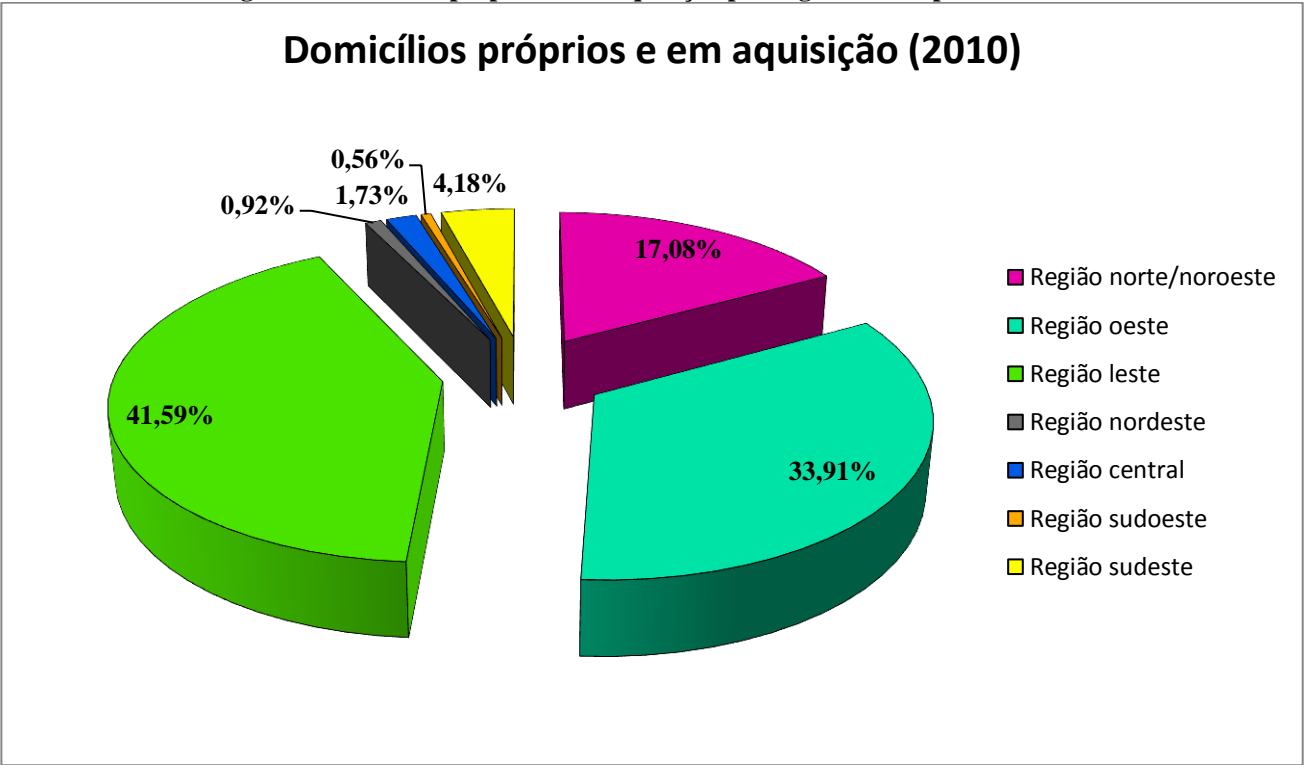
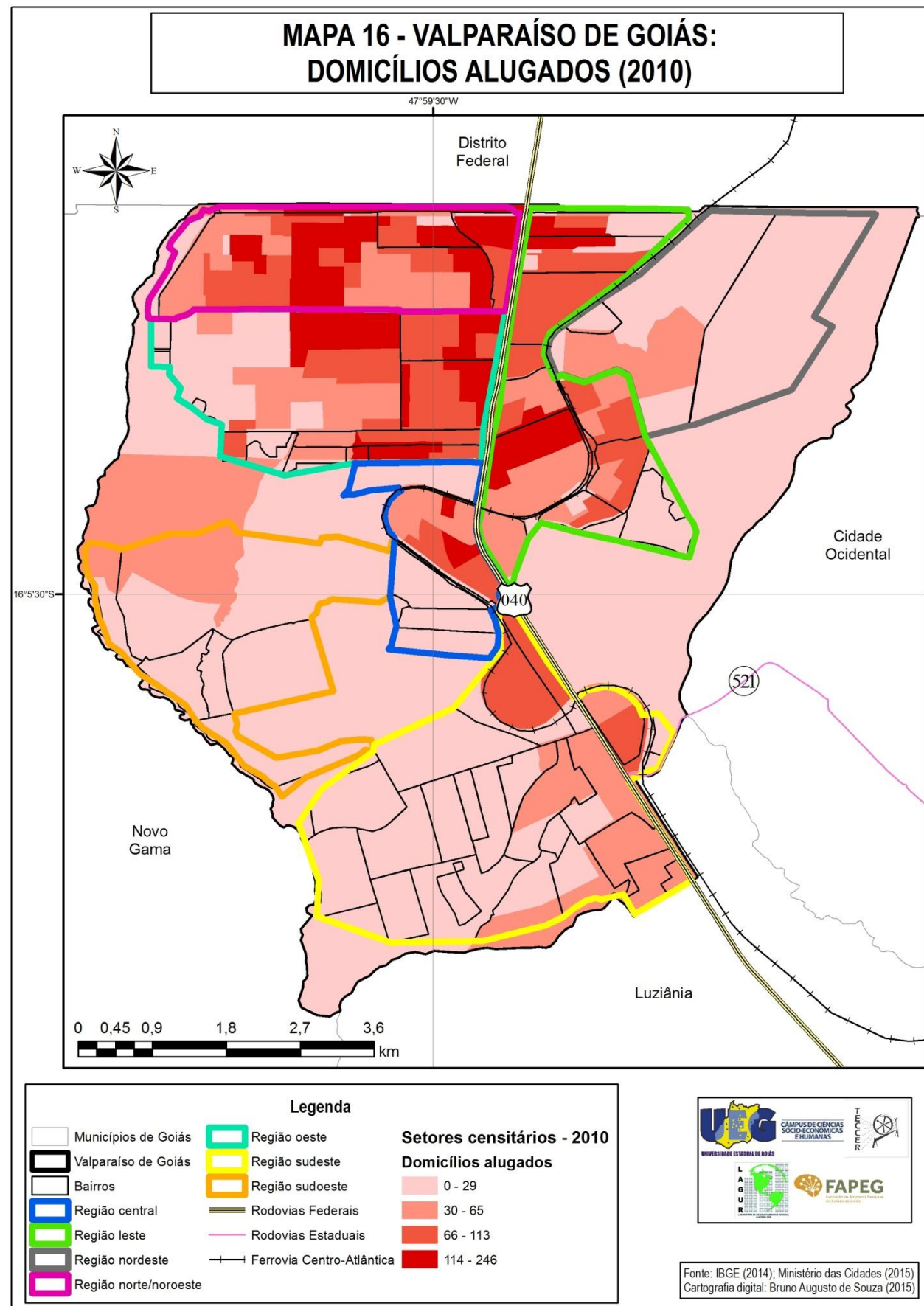


Gráfico 09: Porcentagem de domicílios próprios e em aquisição por região em Valparaíso de Goiás – 2010

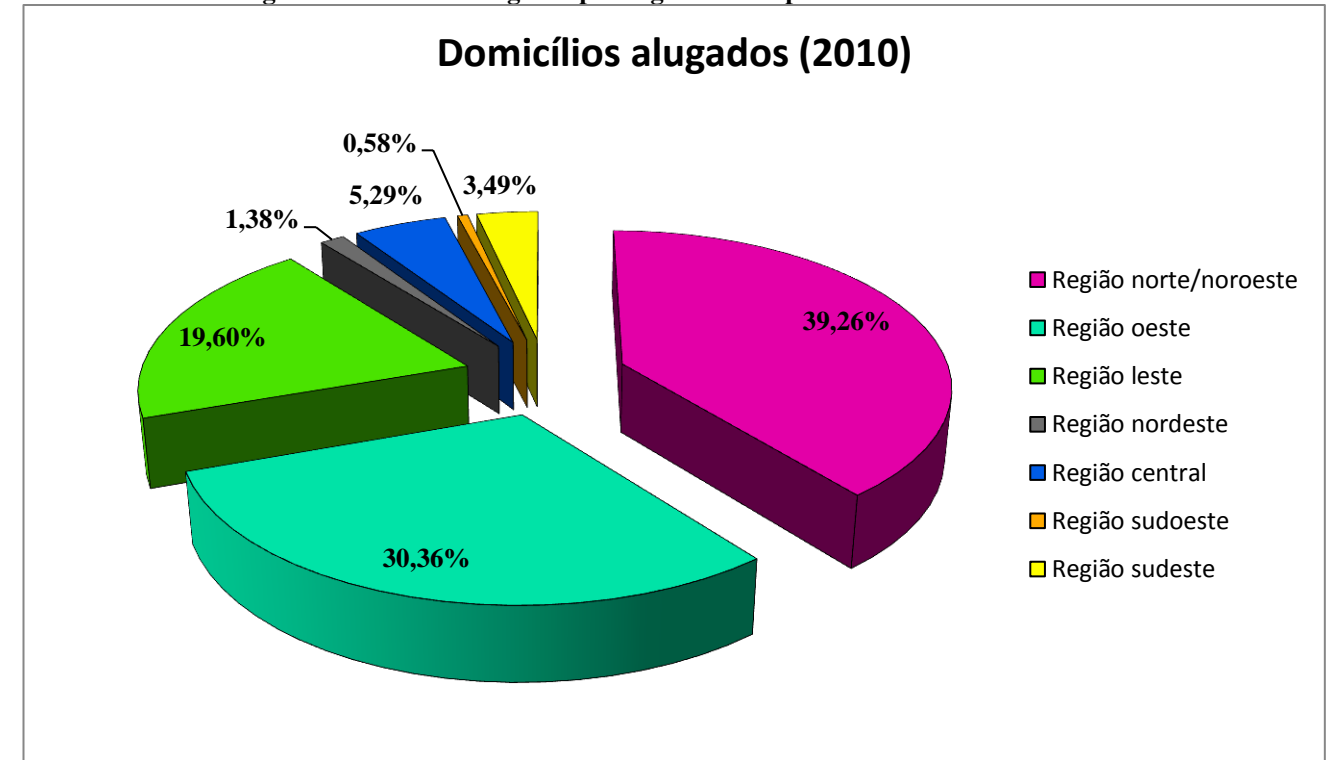


Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

No Mapa 16 e no Gráfico 10, vemos o quantitativo de domicílios alugados em Valparaíso de Goiás. Como domicílio alugado, o Censo considera aqueles domicílios que eram alugados e o aluguel era pago por um ou mais moradores. Considerou-se, também, como alugado o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava o aluguel, como parte integrante do salário (IBGE, 2015a). Um total de 11.750 domicílios, ou seja, 29,81%, se encontrava nestas condições.



**Gráfico 10: Porcentagem de domicílios alugados por região em Valparaíso de Goiás – 2010**



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

O Mapa 17 espacializa as informações referentes aos domicílios cedidos por empregador na data de referência do Censo de 2010. O total de domicílios nesse período era de 350 (0,88% do total de domicílios no período).

Na condição de domicílios cedidos por empregador, de acordo com o Censo, o domicílio era cedido por empregador (público ou privado) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz, etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio<sup>23</sup> (IBGE, 2015a).

Percebemos na região sudeste do município uma forte presença desta variável. Este local é representado por um único setor censitário formado pelas Chácaras Benvinda, Pirangy e Brasil.

---

<sup>23</sup> Se realizarmos uma análise hipotética, podemos inclusive reconhecer que Valparaíso de Goiás, como possui proximidade territorial com o Distrito Federal, muitos desses domicílios cedidos por empregador, podem ser de moradores que trabalhavam na capital federal e seus empregadores realizaram tal ação com esses moradores.



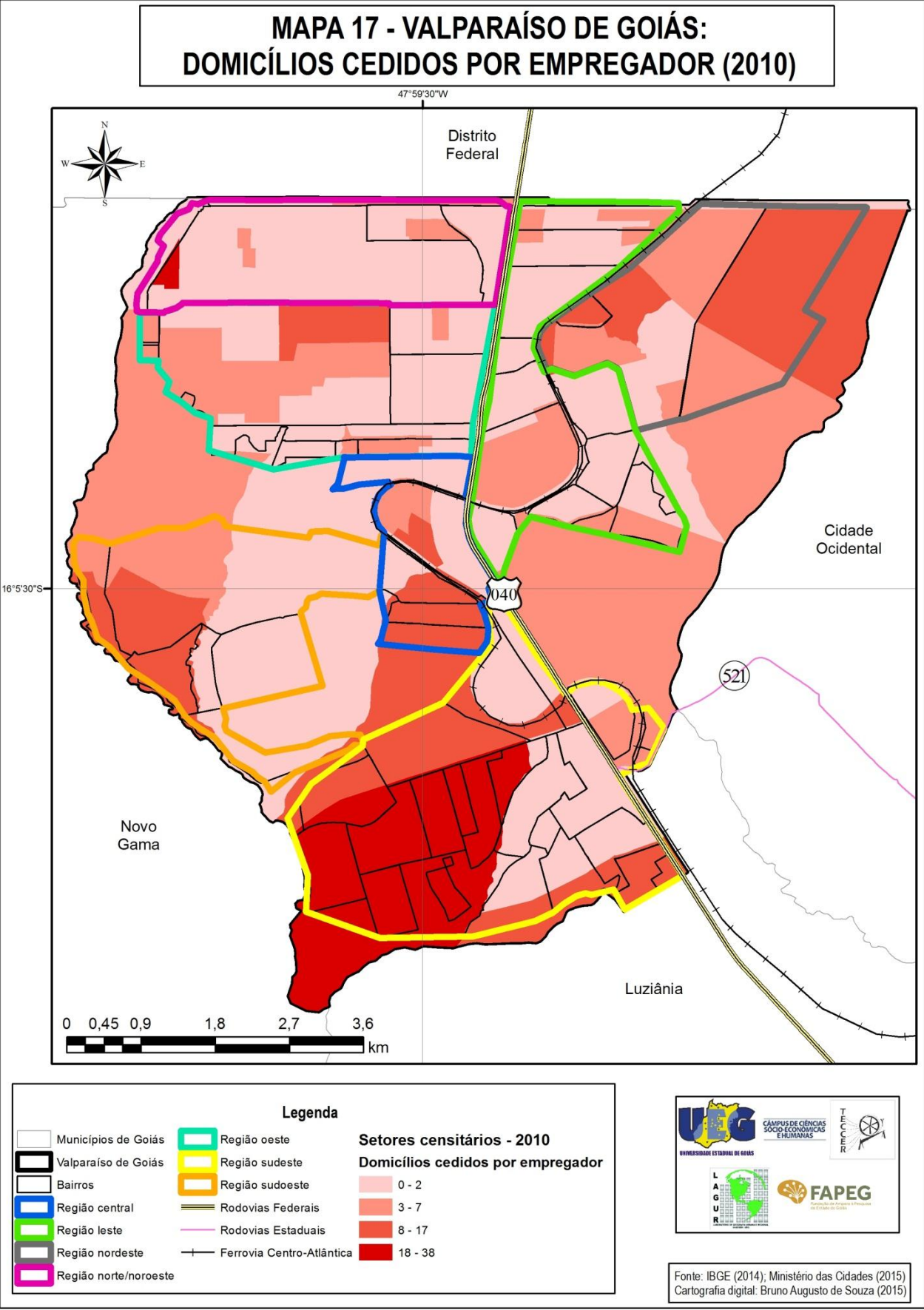
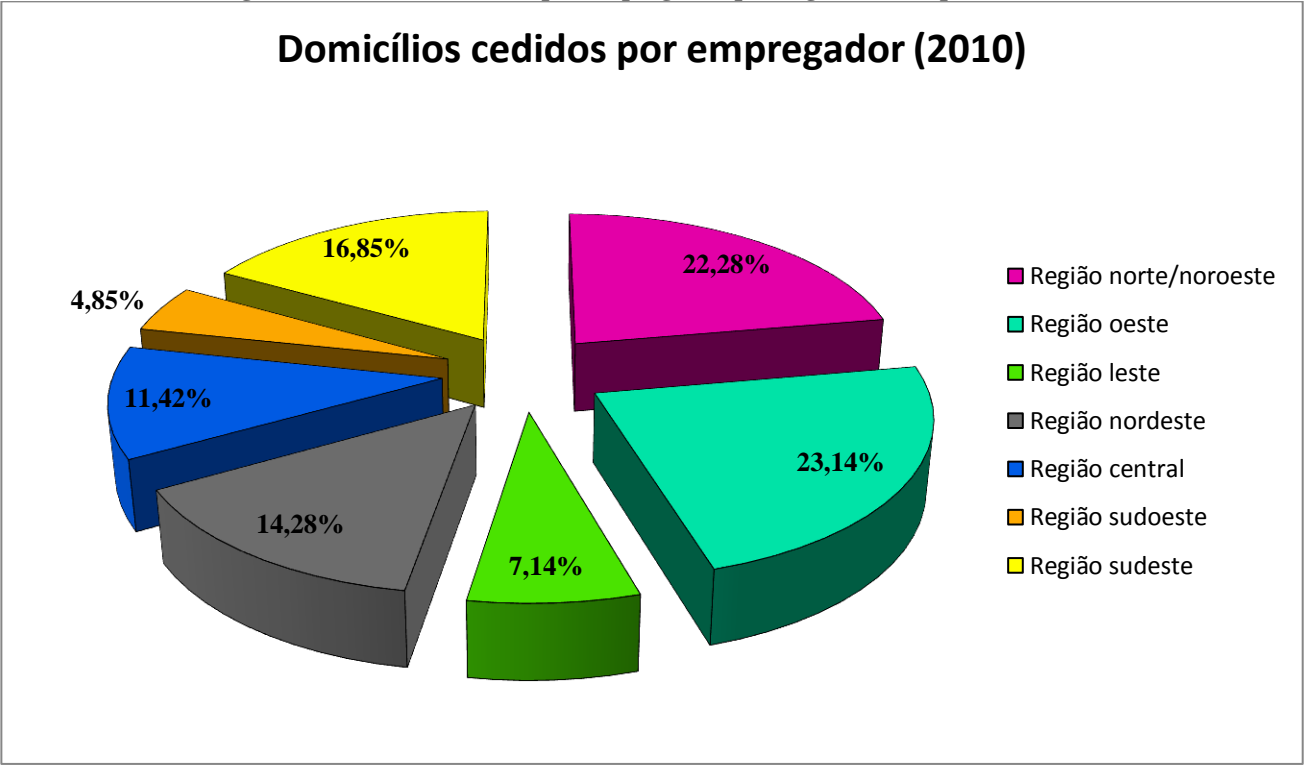


Gráfico 11: Porcentagem de domicílios cedidos por empregador por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

De acordo com o Censo, os domicílios cedidos de outra forma, são os domicílios cedidos gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio etc.) ou de conservação. Inclui-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel integral era pago, direta ou indiretamente, por não morador ou por instituição que não era empregadora de algum morador (IBGE, 2015a).

O Mapa 18 e o Gráfico 12 trazem informações referentes ao quantitativo de domicílios cedidos de outra forma em 2010. Nesse período, o total era de 1.935 domicílios em tais condições domiciliares (4,91% do total de domicílios no período). Se somarmos o quantitativo total de domicílios cedidos (por empregador ou de outra forma) em 2010, temos 2.285 domicílios no período de referência do Censo de 2010 (5,79% do total de domicílios), número alto por considerar que esses moradores residiam "de favor".

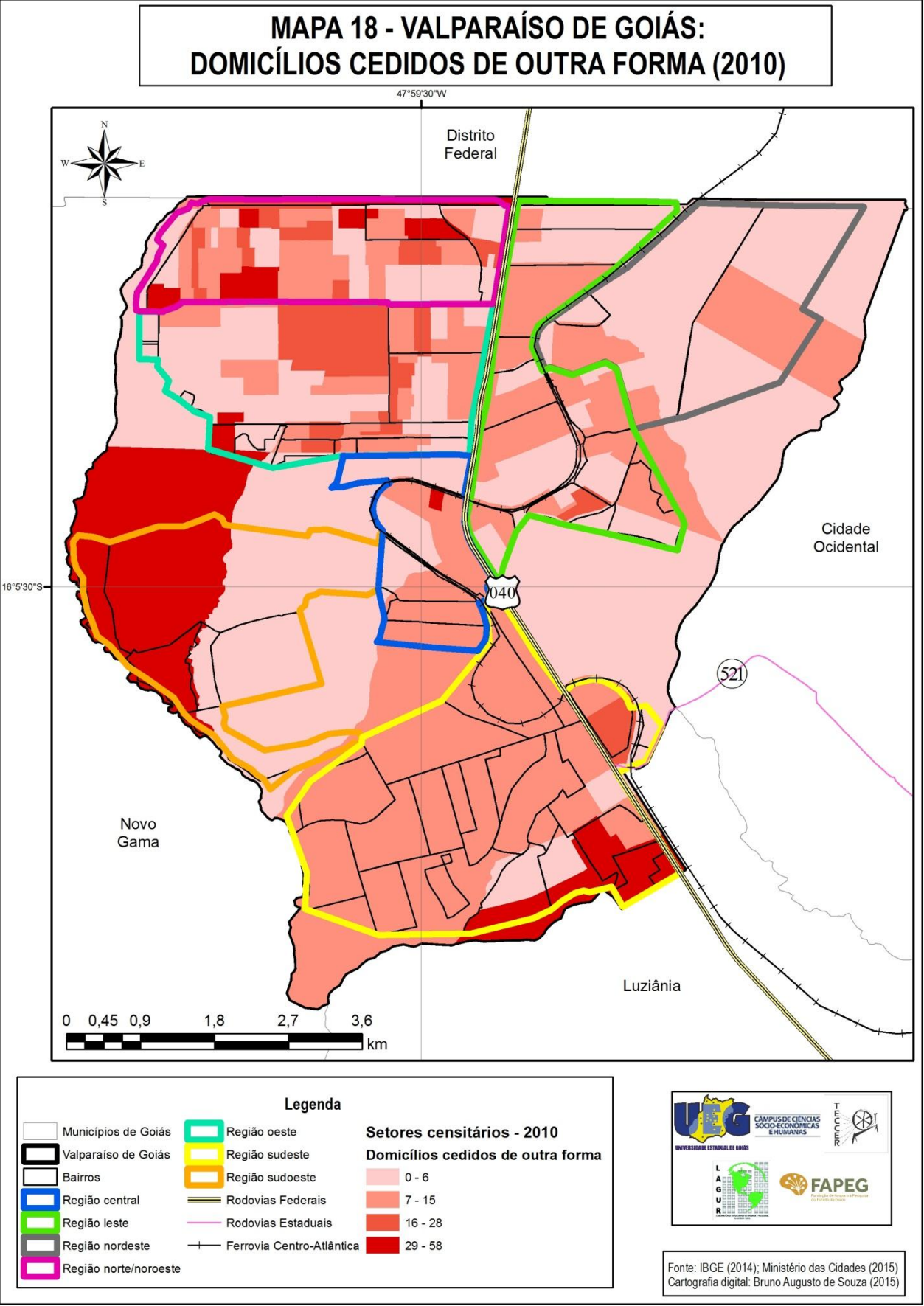
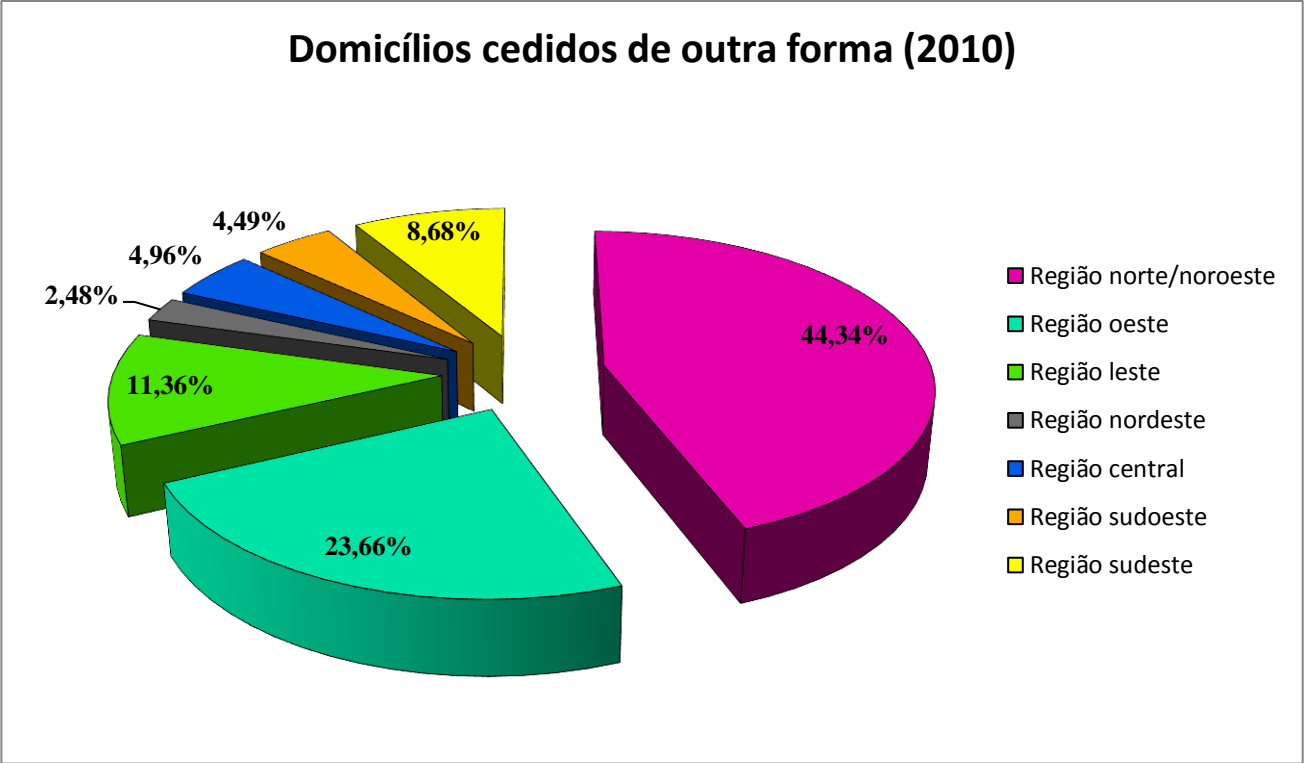


Gráfico 12: Porcentagem de domicílios cedidos de outra forma por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Fonte: IBGE (2015a)  
Organização: Bruno Augusto de Souza (2016)

Os domicílios com outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos) são os domicílios ocupados diferentemente dos anteriormente relacionados. Eles indicam o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referiu-se à unidade domiciliar em unidade não residencial (oficina, loja, etc.); também considerou o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão (IBGE, 2015a).

O Mapa 19 e o Gráfico 13 representam os domicílios com outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos) em 2010. O total em tais condições na data de referência do Censo era de 166 domicílios, ou seja, 0,42% do total de domicílios no período.



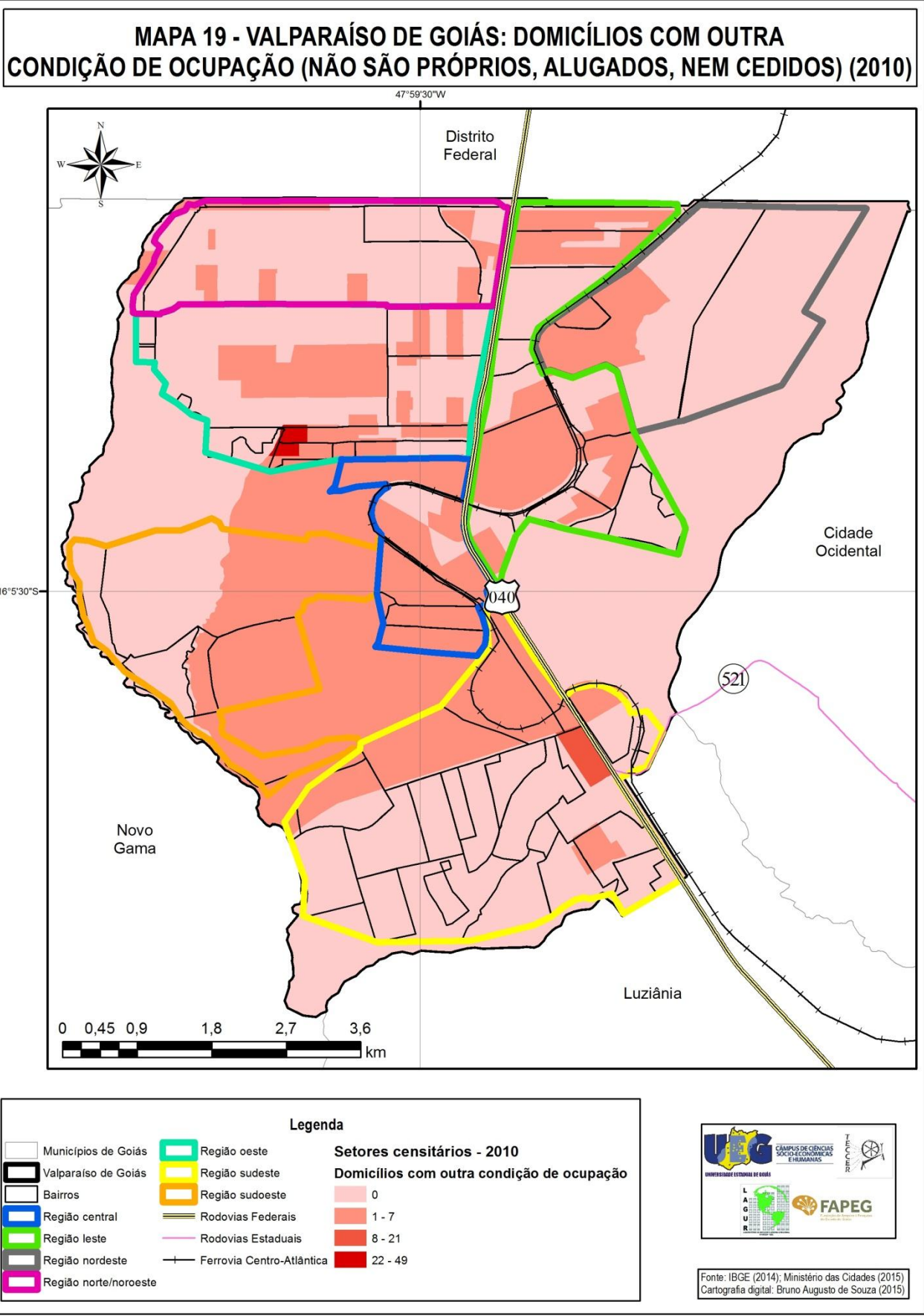
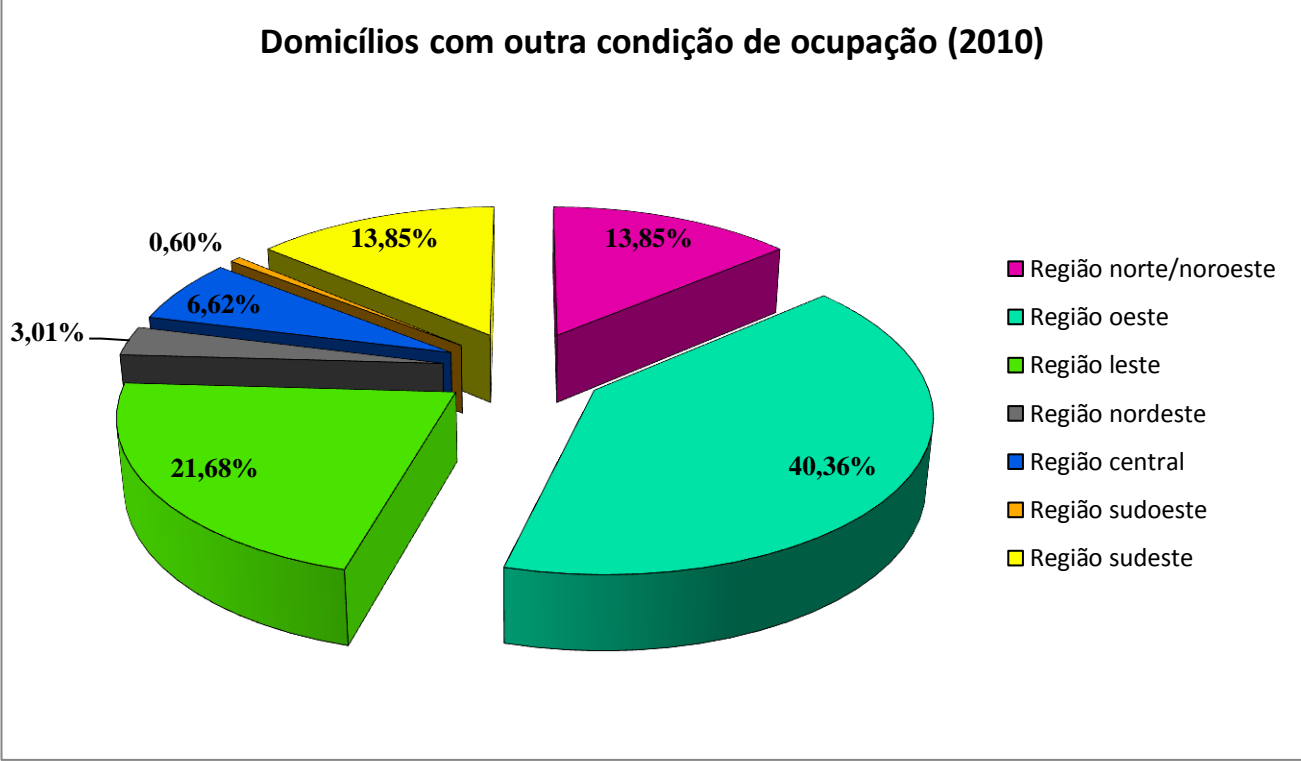


Gráfico 13: Porcentagem de domicílios com outra condição de ocupação por região em Valparaíso de Goiás – 2010



Em 2010, o total de domicílios próprios e quitados era de 16.831. Ao considerar as outras condições domiciliares, chegamos ao número total de 22.569 imóveis, o que é superior ao número daqueles que já tem seu imóvel quitado e representa 57,25% do total de domicílios.

Esse número demonstra o quantitativo de moradores com algum gasto "extra" para manter sua condição domiciliar, ou mesmo morando "de favor", os colocando em situação de vulnerabilidade social.

**Quadro 03: Características domiciliares por região de Valparaíso de Goiás - 2010**

<b>Região</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Domicílios próprios e quitados</b>	<b>Domicílios próprios e em aquisição</b>	<b>Domicílios alugados</b>	<b>Domicílios cedidos por empregador</b>	<b>Domicílios cedidos de outra forma</b>	<b>Domicílios com outra condição de ocupação</b>
Região norte/noroeste	12.519	5.516	1.430	4.614	78	858	23
Região oeste	11.493	4.481	2.838	3.568	81	458	67
Região leste	9.408	3.343	3.481	2.303	25	220	36
Região nordeste	859	511	77	163	50	48	5
Região central	1.955	1.041	145	622	40	96	11
Região sudoeste	683	462	47	69	17	87	1
Região sudeste	2.488	1.477	350	411	59	168	23
<b>Total</b>	<b>39.405</b>	<b>16.831</b>	<b>8.368</b>	<b>11.750</b>	<b>350</b>	<b>1.935</b>	<b>166</b>

Fonte: IBGE (2015a)

Elaboração: Bruno Augusto de Souza (2016)

Com a análise dos mapas, gráficos e quadros, percebemos que a população de baixa renda em Valparaíso de Goiás não foi priorizada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. O quantitativo dos domicílios que se encaixavam na faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2010, é composta pela incrível marca de 34.046 domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até 3 salários mínimos (sem contar aqueles que recebiam de 3 a 5 salários mínimos). A análise deste cenário indica que a realidade apresentada pelos dados oficiais não direcionou a oferta de unidades habitacionais nos anos que sucederam o Censo de 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do território urbano contemplado nesta pesquisa foi intensificada a partir da construção de Brasília. A nova capital federal foi acompanhada por um discurso que a apresentava como a “capital da esperança”. A edificação de uma nova cidade, em um espaço relativamente despovoado, promoveu um processo migratório centrado nos canteiros de obras destinados a construção da capital federal interiorizada. Em pouco tempo, Brasília e seu entorno receberam levas de migrantes em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

O número de migrantes ultrapassou a capacidade das instalações construídas para abrigar os operários. Como consequência, precoces manifestações reivindicando moradia passaram a compor a realidade da cidade-capital ainda em construção. Como alternativa, os municípios goianos limítrofes à Brasília passaram a receber os povoadores do Planalto Central que, em um primeiro momento, aspiraram por moradia na nova capital da república.

Neste contexto, o estado de Goiás foi envolvido por complexas relações territorializadas: além de perder parte de seu território para a construção de Brasília (especificamente de três municípios: Luziânia, Formosa e Planaltina), os municípios do entorno da capital federal apresentaram um incremento populacional vertiginoso. Entre os municípios goianos, Luziânia foi, certamente, o mais severamente afetado. Esta afirmação é facilmente comprovada quando recordamos que seu território foi fragmentado, originando outros cinco municípios.

Assim, na segunda metade do século XX processos de conurbação passaram a se manifestar no Planalto Central brasileiro. Na atualidade, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama – em Goiás – e, Gama, Santa Maria apresentam uma continuidade em suas estruturas urbanas que dificulta a percepção das fronteiras que individualizam cada ente federativo.

O processo de conurbação, formado por Brasília e por municípios de seu entorno goiano, revela as profundas alterações não previstas pelos planejadores e executores das obras na nova capital federal. Para administrar as complexidades territorializadas, foi criada uma região metropolitana intitulada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a RIDE-DF: a primeira região metropolitana do Centro-Oeste.

A complexidade aqui destacada é bem demonstrada pelas realidades urbanas produzidas nos territórios dos municípios criados a partir da fragmentação de Luziânia. Nas décadas de 1980 e 1990, o referido município sofreu processos de fragmentação territorial

para a criação de outros municípios: Santo Antônio do Descoberto em 1982; Cidade Ocidental em 1991; e, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Águas Lindas de Goiás em 1995.

Entre os municípios produzidos neste contexto fragmentador, evidenciamos Valparaíso de Goiás. A ênfase dada a esta realidade urbana pode ser justificada pelo fato de Valparaíso de Goiás possuir uma altíssima densidade habitacional. Em 2015, apresentou um contingente de mais de 150.000 habitantes. Este dado adquire maior relevância quando consideramos que ele é o 3º menor município goiano em extensão territorial. Isso significa que os agentes do espaço urbano que atuam em Valparaíso de Goiás realizam suas ações de forma muito estratégica.

A demanda por moradia no município se dá em função de sua proximidade com Brasília, pois ele faz limite com a capital federal. As ações estratégicas dos promotores imobiliários se manifestam, por exemplo, por meio do parcelamento do solo de chácaras para a construção de condomínios horizontais e verticais.

As ações estratégicas também se dão a partir de discursos pautados em elementos que promovem uma valorização diferencial do solo urbano, com o intuito de atrair moradores com maior poder aquisitivo. Neste caso, o Shopping Sul, às margens da BR-040, é um ponto privilegiado no interior das estratégias dos agentes econômicos.

Independentemente do local de residência no município, grande parte de seus moradores se deslocam diariamente para Brasília pela BR-040, para trabalhar ou estudar, promovendo uma migração pendular. O Censo de 2010 do IBGE revela que mais de 54% dos residentes de Valparaíso de Goiás não trabalhavam no município, o que demonstra a importância da migração pendular para a subsistência da população.

Como elemento central no processo de fixação de migrantes nos municípios goianos da RIDE-DF, temos a questão da moradia. No Brasil, ao longo do século XX, inúmeras políticas habitacionais tomaram forma para atender a população de baixa renda. Como vimos, no século XXI, um programa habitacional tem ocupado um espaço privilegiado na mídia. Trata-se do Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O referido programa habitacional tem se destacado na construção de moradias populares, bem como no subsídio de moradia no Brasil, em várias faixas de renda.

O problema do Programa é que seu discurso prioriza a moradia para a população de baixa renda, mas o mundo concreto indica uma grande distância entre o que está grafado nos documentos oficiais e o que é materializado nos municípios. A investigação por nós narrada evidencia este fato. Em Valparaíso de Goiás não foi construída nenhuma moradia

vinculada a faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. Essa faixa compreende moradores com renda mensal de até R\$1.600,00. Ao realizarmos as investigações, por meio de dados do Censo de 2010 do IBGE, verificamos que mais de 85% dos domicílios possuíam renda que se encaixava na faixa 1 do programa habitacional.

Na realidade, o cenário investigado faz coro com a realidade brasileira que apresenta como imperativo uma alteração na condução das políticas habitacionais. Essa alteração estabelece como princípio novas bases, fundadas na função social do uso do solo, a partir de uma organização que priorizasse a aquisição de moradia por parte da população de baixa renda. Outro fator relevante, no processo de alteração de posturas, está relacionado com uma alteração na visão de mundo que perceba a cidade como um sistema urbano marcado por serviços e equipamentos públicos integrados.

Maricato (2003b), Souza (2005), Rolnik (2012), entre outros autores, apresentam a necessidade de uma reforma urbana para o estabelecimento de novas bases. Escolhemos alguns objetivos principais apontados pelos autores, que são: a) coibir a especulação imobiliária; b) reduzir o nível de disparidade socioeconômico espacial, reduzindo o nível de segregação residencial; c) democratizar o planejamento e a gestão do espaço urbano.

Analizando os objetivos listados pelos autores, e considerando o cenário apresentado por Valparaíso de Goiás, percebemos que entre eles há uma enorme distância. No que se refere ao primeiro objetivo listado, deve-se coibir a especulação imobiliária por meio de acesso à moradia a partir da elaboração do Plano Diretor do município. Esse elemento se encontra nas “Diretrizes de política urbana e da organização do território”, no plano diretor de Valparaíso de Goiás, mas como evidenciamos no capítulo 03, os planos diretores no Brasil não passam de discurso e não são efetivados. Em tese, esses documentos não existem na prática (VILLAÇA, 1999).

O Minha Casa, Minha Vida possui a faixa 1 para atender a população de baixa renda. Nesta faixa, a população socialmente vulnerável tem acesso a unidades habitacionais financiadas. Como característica, as prestações destes imóveis são mais baixas para não inviabilizar a vida de uma população marcada pela vulnerabilidade social. Mas em Valparaíso de Goiás não foram edificadas unidades habitacionais vinculadas a faixa 1. Por esta razão, a população de baixa renda do município teve, como única opção, assinar contratos vinculados a faixa 2 do programa. Isso quer dizer que os mesmos pagam um valor muito alto de prestação para adquirir uma moradia própria.

Outro fator mais complexo em Valparaíso de Goiás que atenderia a demanda da disparidade socioeconômica espacial, é o fato de que a maior parte da população trabalhadora

que reside no município não trabalha nele, ou seja, os mesmos possuem um gasto elevado com transporte para deslocamento, comprometendo a renda.

Ao longo da dissertação, vimos que Valparaíso de Goiás surge em razão da construção de Brasília, e mais, ao longo das décadas que se seguiram, o município cresceu não só em população, mas toda a demanda por serviços que uma cidade com população acima de 100.000 habitantes necessita. A efetivação das demandas desse objetivo remodelaria toda a estrutura produtiva do município, e também da RIDE-DF, para ele se auto sustentar tanto na demanda infraestrutural, como na renda.

No terceiro objetivo, as políticas de planejamento e as ações de gestão do espaço urbano devem ser democratizadas. O que temos é a tomada de decisões fechadas, para que a população não compreenda como é forjada a realidade no município.

Os modelos e instituições de gestão participativas não foram incorporados nos processos decisórios das políticas e programas recentes de financiamento e desenvolvimento urbano, casos do PAC e do Minha Casa, Minha Vida. Esses programas ganharam enorme impulso nos últimos anos, o que deslegitimou os fóruns e arenas de participação existentes – como os conselhos de habitação – como locus de elaboração e decisão (ROLNIK, 2012).

Vemos que para a composição de uma reforma urbana, Valparaíso de Goiás necessita da alteração drástica na gestão do município, isso inclui melhoramentos até no imaginário social dos moradores que possuem vínculos com Brasília.

Ao realizarmos a análise da renda per capita dos domicílios e constatarmos que 86,33% deles são marcados por uma renda de até 3 salários mínimos, renda que se enquadrava na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, e atestar que no município não foi edificada nenhuma moradia para tal faixa de renda, vemos que os moradores que não possuem moradia própria e quitada estão severamente prejudicados e que necessitam urgentemente de ações efetivas de acesso a moradia respeitando o Estatuto da Cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 49-62, 2014.

AZEVEDO, Heloisa Pereira Lima; ALVES, Adriana Melo. Rides – por que criá-las? **Geografias**, Belo Horizonte, 11, p. 87-101, 2010.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; BORGES, Elcileni de Melo. Dinâmica metropolitana no Centro-Oeste: concentração, produção habitacional e reconfiguração urbana em Goiânia e Brasília. In: XV ENANPUR Desenvolvimento, Planejamento e Governança (XXX anos ANPUR), 2013, Recife-PE. **Anais...** Recife-PE: ANPUR, v. 1, 2013, p. 526-543.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em maio/2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em nov./2015.

CAIADO, Maria Célia Silva. A Migração Intrametropolitana e o Processo de Estruturação do Espaço Urbano na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno. In: HOGAN, Daniel Joseph; CARMO, Roberto Luiz do; CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana (orgs.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2002, p. 111-156.

\_\_\_\_\_. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 55-88, jan./jun. 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Crédito Solidário**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/credito-solidario/Paginas/default.aspx>>. Acesso em abr./2015a.

\_\_\_\_\_. **Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em abr./2015b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, 2007, p. 33-43.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-51.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Histórico do transporte ferroviário no Brasil**. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/historico.asp>>. Acesso em abr./2015.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: Conciliação ou divórcio? In: FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla Christina Batista de (Org.). **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: Ipea, 2013, p. 21-51.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional municipal no Brasil**. FJP Centro de Estatística e Informações - Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. **Apresentação da Fundação João Pinheiro**. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em mar./2016.

G1 GOIÁS. **ONG de Luziânia (GO) cobra taxa para inclusão no Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2011/10/ong-de-luziania-go-cobra-taxa-para-inclusao-no-minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em abr./2015.

GALVÃO, Marília Velloso; FAISSOL, Speridião; LIMA, Olga Maria Buarque de; ALMEIDA, Elisa Maria José Mendes de. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 31 (4), p. 53-127, 1969.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXXVI. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC 2007)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em set.-out./2014a.

\_\_\_\_\_. **Geociências - População dos municípios brasileiros de 1872 a 2010**. Disponível em <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em dez./2014b.

\_\_\_\_\_. **População das Capitais dos Estados do Brasil (1872, 1890, 1900 e 1920)**. Disponível em: <[http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1936/populacao\\_1936aeb\\_06.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1936/populacao_1936aeb_06.pdf)>. Acesso em out./2014c.

\_\_\_\_\_. **População do Brasil (1872, 1890, 1900, 1920, 1940).** Disponível em: <[http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1941\\_45/populacao\\_m\\_1941\\_45aeb\\_001.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_001.pdf)>. Acesso em maio/2014d.

\_\_\_\_\_. **População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010.** Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em out./2014e.

\_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades - 2007.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em nov./2014f.

\_\_\_\_\_. **População do Estado de Goiás - Censo Demográfico de 2010 - Estados.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=resultuniverso\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=resultuniverso_censo2010)>. Acesso em dez./2014g.

\_\_\_\_\_. **SIDRA - Censos demográficos de 2000 e 2010.** Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>>. Acesso em nov./2014h.

\_\_\_\_\_. **Censo de 2010 - Resultados.** Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em abr./2015a.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 2010: Aglomerados subnormais.** Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Aglomerados\\_subnormais/Aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais/aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais.pdf)>. Acesso em maio/2015b.

\_\_\_\_\_. **População das Regiões Metropolitanas em 2014.** Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2704>>. Acesso em jan./2015c.

\_\_\_\_\_. **SIDRA**. Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em mar./2015d.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em jan./2016a.

\_\_\_\_\_. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015**. Disponível em  
em  
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2972&busca=1&t=ibge-divulga-estimativas-populacionais-municipios-2015-atualizado-1800h-dia-28082015>>. Acesso em jan./2016b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata**. Disponível em  
<<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em out./2014.

\_\_\_\_\_/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007**. Curitiba: IPARDES, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Antônia Jesuíta de. Gestão urbana e gasto público municipal em infra-estrutura viária: a experiência de Teresina – Piauí. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 1, p. 141-165, 2006.

LUZ, Janes Socorro da. Os caminhos do desenvolvimento e modernização do território: a dinâmica territorial e a urbanização em Goiás. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELLO, Marcelo de (orgs.). **Território, Cidades e Cultura no Cerrado**. Anápolis: UEG, 2012, p. 13-28.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso

de; MELLO, Marcelo de (orgs.). **Território, Cidades e Cultura no Cerrado**. Anápolis: UEG, 2012, p. 29-52.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Urbanização brasileira/redescobertas**. Belo Horizonte, C/Arte, p. 78-96, 2003a.

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, maio-ago./2003b.

MELLO, Marcelo de. **Luziânia**: a fragmentação territorial de um município do Entorno de Brasília. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 1999.

\_\_\_\_\_. **Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (Des)Encontro da Racionalidade com a Irracionalidade**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2009.

\_\_\_\_\_. O Homem e a Razão instrumental no processo de apropriação da natureza do Cerrado. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELLO, Marcelo de (orgs.). **Território, Cidades e Cultura no Cerrado**. Anápolis: UEG, 2012, p. 53-62.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Crédito Solidário**. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/programas-e-acoas/519-programa-credito-solidario.html>>. Acesso em abr./2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs**. Disponível em <[http://www.integracao.gov.br/regioes\\_integradas\\_rides](http://www.integracao.gov.br/regioes_integradas_rides)>. Acesso em jul./2014a.

\_\_\_\_\_. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF**. Disponível em <[http://www.integracao.gov.br/web/guest/regioes\\_integradas\\_df\\_rides](http://www.integracao.gov.br/web/guest/regioes_integradas_df_rides)>. Acesso em jul./2014b.

\_\_\_\_\_. **Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Petrolina-Juazeiro**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/regiao-integrada-de-desenvolvimento-do-polo-petrolina-e-juazeiro>>. Acesso em jul./2014c.

\_\_\_\_\_. **Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/ride-grande-teresina>>. Acesso em jul./2014d.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em abr./2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert, O Sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5, jan./dez., 2003.

MOURA, Rosa. Questões sobre a formação de regiões metropolitanas. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014, p. 39-58.

NETO, Vicente Correia Lima; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. **Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília: IPEA, 2013.

OJIMA, Ricardo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SILVA, Robson Bonifácio da. Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2008, p. 1-19.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Quando o sertão chegou ao mar: o território goiano na primeira metade do século XX sob a ótica da revista A Informação Goyana. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELLO, Marcelo de (orgs.). **Território, Cidades e Cultura no Cerrado**. Anápolis: UEG, 2012, p. 169-178.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS. **História**. Disponível em <<http://www.valparaisodegoias.go.gov.br/valparaiso-de-goias/historia>>. Acesso em nov./2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O Estatuto da Cidade na questão urbana brasileira. In: FERNANDES, Ana; SOUZA, Angela Gordilho (orgs.). **Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas**. Salvador: FAUFBA/PPGAU, 2004, p. 69-82.

\_\_\_\_\_. **As metrópoles brasileiras no milênio: resultados de um programa de pesquisa**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Org.). **Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, p. 87-104.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz**. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/5/texto>>. Acesso em dez./2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 73-94.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**, de 08 de junho de 1993. Disponível em

<<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>>. Acesso em mar./2015.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 97-108.

SHOPPING SUL. **O Shopping Sul**. Disponível em <[http://www.shoppingsul.net/o\\_shopping](http://www.shoppingsul.net/o_shopping)>. Acesso em maio/2015.

SILVA, Eliete Barbosa de Brito. **Valparaíso de Goiás-GO: o lugar das identidades, as identidades do lugar 1995-2010**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Departamento de História, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em História, Goiânia, 2014.

SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. **Valparaíso de Goiás-GO: migração e dinâmica socioespacial - 1995/2010**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2012.

SILVA, Jorge Kleber Teixeira; LIMA, Maria Helena Palmer. Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil. In: **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Memória institucional, n. 17, 2011. Disponível em <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/divisao\\_territorial/evolucao\\_da\\_divisao\\_territorial\\_do\\_brasil\\_1872\\_2010/evolucao\\_da\\_divisao\\_territorial\\_do\\_brasil\\_publicacao\\_completa.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_publicacao_completa.pdf)>. Acesso em out./2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 57-72.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123-145.

VIEIRA, Rosângela Viana. **A Reprodução do Espaço na Metrópole**: a habitação como negócio urbano. Tese (doutorado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2014.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM & Correios, 1999, p. 237-248.

YOUTUBE. **ONGs cobram taxa por vagas no programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=upla2u0R41M>>. Acesso em abr./2015.



## ANEXOS

ANEXO A – Metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP) para determinar o déficit habitacional no Brasil com aplicação em Valparaíso de Goiás proposta pelo autor

O 1º componente - domicílios precários - considera no cálculo dois subcomponentes: os domicílios improvisados e os rústicos. O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares. Já os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada causando condições de insalubridade (FJP, 2013). Em 2000, de acordo com o *software* Déficit Habitacional no Brasil da Fundação João Pinheiro, Valparaíso de Goiás possuía 244 domicílios precários, correspondendo a 113 domicílios improvisados e 131 domicílios rústicos. De acordo com dados do *software* Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 da Fundação João Pinheiro, Valparaíso de Goiás possuía 111 domicílios precários no período.

O 2º componente é a coabitação familiar, que nos primeiros cálculos do déficit habitacional, compreendiam a soma das famílias conviventes secundárias que viviam junto com a família principal<sup>24</sup>, no mesmo domicílio, e das que viviam em cômodos (exceto os cômodos cedidos por empregador). A partir de 2007, a disponibilidade de informações reduziu a déficit apenas as famílias conviventes secundárias que declararam intenção de constituir um domicílio exclusivo (FJP, 2013). Em 2000, Valparaíso de Goiás possuía 2.804 domicílios em condição de coabitação familiar. Em 2010, este componente em Valparaíso de Goiás correspondia ao total de 2.609 domicílios, dividido da seguinte forma: 91 domicílios em coabitação familiar para domicílios sem rendimento; 993 domicílios em coabitação familiar para domicílios com rendimento de até 3 salários mínimos; 693 domicílios em coabitação familiar para domicílios com rendimento de 3 a 6 salários mínimos; 557 domicílios em coabitação familiar para domicílios com rendimento de 6 a 10 salários mínimos; e 275 domicílios em coabitação familiar para domicílios com rendimento de 10 ou mais salários mínimos.

---

<sup>24</sup> As famílias conviventes secundárias são aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família, denominada principal (FJP, 2013).

O 3º componente é o ônus excessivo com aluguel urbano. Esse componente corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel (FJP, 2013). Valparaíso de Goiás, na data de referência de 2010, possuía o total de 2.768 domicílios com ônus excessivo de aluguel urbano. Desse total, correspondia a 539 domicílios sem rendimento e 2.229 correspondia a domicílios com rendimento de 0 a 3 salários mínimos.

Já o 4º componente corresponde ao adensamento excessivo de domicílios alugados. A partir de 2008, esse componente foi incorporado aos cálculos de déficit habitacional. Essa condição é caracterizada pelo número médio de moradores por dormitório acima de três. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio (FJP, 2013). Em Valparaíso de Goiás, o total de domicílios com adensamento excessivo de domicílios alugados era de 614 em 2010. Esse total correspondia a 312 domicílios com renda de 0 a 3 salários mínimos, 152 domicílios com renda de 3 a 6 salários mínimos, e de 150 domicílios com rendimento de 6 a 10 salários mínimos.

Para calcular o déficit habitacional, os componentes são estimados na seguinte ordem, de acordo com a metodologia adotada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013): domicílios improvisados e domicílios rústicos (que compõem as habitações precárias), cômodo (parte do componente coabitação), ônus excessivo com aluguel urbano, e adensamento excessivo de domicílios alugados. Se o domicílio se enquadra em um critério igual (seguindo a hierarquia), é contado como uma unidade de déficit e não se investigam os critérios seguintes. Se o domicílio não se enquadra no critério investigado, passa-se para o critério seguinte e, assim, sucessivamente até o último critério, o adensamento excessivo de domicílios alugados.

A estimativa do número de famílias conviventes é feita sem o critério da hierarquia e independe do fato de o domicílio ter sido enquadrado em algum outro critério de déficit. Pois, mesmo que um domicílio represente uma unidade de déficit por se enquadrar em algum critério que diz respeito exclusivamente ao domicílio, a presença de uma família convivente secundária que tenha a intenção de constituir domicílio exclusivo implica a necessidade de uma unidade domiciliar adicional.

Dessa forma, um domicílio pode representar: a) uma unidade de déficit, quando se enquadra em algum critério ou quando tem uma família convivente; b) mais de uma unidade, quando se enquadra em algum critério e tem uma ou mais famílias conviventes secundárias;

c) mais de uma unidade de déficit, quando não se enquadra em algum critério e tem mais de uma família convivente secundária; d) nenhuma unidade de déficit habitacional, quando não se enquadra em critério algum e não possui família convivente secundária.